

O Caso República no contexto político-militar de 1975

Sara Augusta Rufo Ribeiro

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:
Doutor José Manuel Rebelo Guinote, Professor Associado com Agregação,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2013

Agradecimentos

Ao professor José Rebelo por todo o conhecimento partilhado, incentivo e apoio, sem o qual esta dissertação não seria possível.

Aos entrevistados Fernando Cascais, Vasco Lourenço, Jorge Correia Jesuino, Manuel Martins Guerreiro, Rodrigo Sousa e Castro, Alberto Arons de Carvalho, Isabel do Carmo, Carlos Antunes e João Gomes, que muito ajudaram, enriquecendo este trabalho.

Ao Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra, pela disponibilidade e ajuda.

À minha mãe e pai, pelo incentivo e apoio. Sem o vosso sacrifício não conseguiria aqui chegar.

À Fátima, Tiz, Sónia, João, Filipe, Bento e sobrinhas, por serem família.

À minha avó.

Ao Rui, por tudo.

Resumo

Em pleno período revolucionário de 1975, o caso *República* surgiria como um espelho das movimentações políticas do Portugal pós-25 de Abril. Inicialmente visto como um conflito de trabalho, rapidamente evoluiria para uma das mais graves crises políticas do processo revolucionário de 1974/1975.

A partir deste estudo pretendemos relacionar o caso *República* com o contexto político-militar da altura, percebendo quais as razões para o seu desenvolvimento, a forma como os partidos e militares se envolveram, e compreender quais as consequências do conflito ao nível da acção dos principais partidos e das relações entre si. Os militares, como uma das figuras centrais do sistema político português da altura, serão também alvo de análise: focam-se as suas posições em relação ao caso e as consequências do mesmo ao nível interno do Conselho da Revolução. Pretendemos, assim, perceber o impacto do caso *República* no desenrolar do processo revolucionário e a forma como condicionou a acção e o contexto político-militar de 1975.

Palavras-chave: jornal *República*, Revolução, processo revolucionário, partidos, militares, Conselho da Revolução, Partido Socialista, Partido Comunista Português

Abstract

During the revolutionary period of 1975, the *República* affair emerged as a mirror of the political maneuvers post-25th of April. Initially seen as another work conflict, it would rapidly evolve into one of the most serious political crisis of the revolutionary process of 1974/1975.

In this study, we relate the *República* affair to the political-military context of the time to understand which were the reasons for its development, the way the parties and the military engaged, and to comprehend what were the consequences of the affair for the political parties and the relationships between them. The military, as one of the central figures of the political system of the time, will also be studied: we will focus on their position towards the affair and its consequences within the Council of the Revolution. Comprehending the impact of the *República* affair in the development of the revolutionary process and the way it influenced the political-military context and movements of 1975 is the main goal of this thesis.

Keywords: *República* newspaper, Revolution, revolutionary process, parties, military, Revolutionary Council, Socialist Party, Portuguese Communist Party

Índice

Introdução	1
1. O conflito no jornal <i>República</i>	5
1.1 O 19 de Maio.....	7
1.2 Pós - 19 de Maio	10
2. Contexto político-militar do caso <i>República</i>	12
2.1 O 11 de Março	12
2.2 As eleições de 25 de Abril de 1975	13
2.3 O 1º de Maio	14
2.4 Legitimidade eleitoral versus Legitimidade revolucionária	15
3. O <i>República</i> e os partidos	17
3.1 Posição do PS.....	17
3.2 Posição do PCP.....	20
3.3 Posição dos partidos da “esquerda revolucionária”	21
4. O <i>República</i> e os militares.....	23
4.1 O caso no interior do Conselho da Revolução.....	23
4.2 Posição do COPCON	27
5. Consequências do caso <i>República</i>	29
5.1 Nas relações entre PS e PCP	29
5.2 Relação entre PS e os militares	31
5.3 Nas relações entre militares	34
5.4 No Governo e na posição de Vasco Gonçalves	35
Conclusão	38

Introdução

A 24 de Abril de 1974, Marcelo Caetano era, ainda, o presidente do Conselho de Ministros português. Tomando posse em 1968, substituindo António de Oliveira Salazar, Caetano herda um regime autoritário com quase 50 anos. Por esta altura, a imprensa portuguesa continuava controlada por uma censura impositiva e despótica. Dadas as características do regime político português, a imprensa não era vista como instrumento mobilizador das massas, mas, sim, como um potencial veículo para a oposição a Salazar e Caetano (Seaton e Pimlott, 1983: 94). Os jornais, obrigados a reduzir-se ao material oficial, mantinham “a estabilidade e a ordem” (Serrano, 2006: 125). Com taxas de analfabetismo por volta dos 40% (Almeida e Wall apud Serrano, 2006: 119) e sem jornais de massas a circular por todo o território, a imprensa chegava apenas a uma pequena fracção da população, concentrada, principalmente, nos grandes centros urbanos (Seaton e Pimlott, 1983: 94).

Perante uma imprensa desacreditada e com pouca influência na sociedade portuguesa, o *República* destacava-se por ser um dos jornais assumidamente oposicionistas. Fundado em 1911 e ligado a figuras históricas do republicanismo, mantinha uma circulação que não ultrapassaria os 5 mil exemplares. A partir da década de 70, o *República* e o recém-criado *Expresso* destacavam-se pela condenação do regime político, acabando por sofrer várias suspensões ordenadas pela censura. Juntamente com o *Diário de Lisboa*, lideraram uma onda de subversão camuflada e de cultura alternativa nas suas páginas durante os últimos anos do regime autoritário.

O 25 de Abril de 1974 chega e, com ele, a liberdade. O golpe, liderado pelos militares do Movimento das Forças Armadas (MFA), é bem-sucedido e obtém, quase imediatamente, o apoio da quase totalidade dos meios de comunicação portugueses (com excepção dos periódicos directamente ligados ao regime), que se mantêm ligados aos acontecimentos. O próprio desenrolar do golpe evidencia esta ligação entre os media e os militares revolucionários. As movimentações na madrugada do dia 25 de Abril dependem do acesso a determinados órgãos de comunicação social, tendo os militares recorrido, em especial, à rádio para transmitir os sinais das diferentes fases do golpe (Serrano, 2006: 128).

Mas, depois de quase 50 anos de repressão e censura, as marcas do regime na comunicação social provaram-se profundas. Notava Mário Mesquita, numa crónica publicada ainda em 1974, nas páginas do *República*:

“Duas tendências censórias paralelas percorrem o jornalismo português. Uma primeira traduz-se numa demissão instintiva da função crítica que lhe deveria caber (...). A segunda é mais restrita, menos nacional, muito partidária, e traduz-se numa luta subterrânea que, desde o 25 de Abril, com maior intensidade após o 28 de Setembro, se vem travando, em surdina, pelo controlo dos meios de comunicação social.” (*apud* Cádima, 2001: 228)

Logo após o golpe, inicia-se a luta política pelo controlo dos meios de comunicação social (Pinto, 2001: 359), que se intensificou a partir de Maio de 1974 com conflitos constantes no interior das empresas jornalísticas entre administrações, direcções, comissões de trabalhadores e conselhos de redacção (Serrano, 2006: 130). A partir desta altura, a imprensa portuguesa passa a ser um verdadeiro actor político na sociedade portuguesa, não se contentando com o seu papel de observador. As batalhas pelo seu controlo, por parte dos partidos políticos (que entretanto se tinha formado), significavam uma demonstração de força e de poder (Seaton e Pimlott, 1983: 105). A visão dos partidos residia na concepção de que o controlo da imprensa levaria a uma legitimidade política (*idem*, *ibidem*: 113). Na guerra pelo poder que se começava a travar na sociedade portuguesa, os jornais portugueses tornaram-se peças essenciais.

“O novo poder revelou-se, desde o início, hipersensível às questões da Comunicação Social. Governantes inexperientes, divididos entre si e (mais ou menos) temerosos das energias populares que o golpe militar libertara no País, partidos recém-criados sequiosos de acesso à opinião pública, militares experimentados em campanhas de ‘acção psicológica’ nas colónias, disputavam a preponderância na televisão, na rádio e nos jornais”, esclarece Mário Mesquita (1988: 96).

Este autor considera a tendência para o controlo da imprensa, uma “sobrevalorização” do verdadeiro poder dos órgãos de comunicação social devido a uma “sequela dos quarenta anos de censura salazarista”, que acreditava na alteração de mentalidades de forma “rápida e profunda” através dos jornais (*apud* Serrano, 2006: 136).

Através de estudos de Hallin e Mancini (2004) podemos caracterizar o sistema de media português durante o biénio revolucionário de 74/75: jornais com baixa circulação, endereçados a uma minoria, subsidiados por actores políticos e altamente envolvidos no mundo político. Os dois autores argumentam que os media portugueses se pautavam por

um alto paralelismo político, isto é, por um grau de intensidade elevado nas relações entre os actores políticos e os media. Os jornais tornaram-se permeáveis a uma instrumentalização feita pelos partidos políticos, enquanto os próprios jornalistas mostravam uma crescente tendência para serem activos na vida política (Hallin e Mancini, 2004).

Nestes dois anos, 1974 e 1975, o contexto social e político alterou-se profundamente. A efervescência democrática, principalmente em Lisboa e nas cinturas industriais, proporcionou um ambiente favorável à criação de novos títulos e ao aumento das vendas dos jornais (Agee e Traquina, 1984). E é neste contexto que analisaremos o conflito despoletado no vespertino jornal *República* a 19 de Maio de 1975. O conflito, que gerou sérias consequências a nível político, militar e nos meios de comunicação social, é um dos mais importantes acontecimentos ocorridos durante este biénio. Ao lado de outros casos, como o da Rádio Renascença – que abriu caminho para os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 –, estudado e analisado por vários académicos portugueses, o conflito no jornal *República* espelhou a importância da imprensa e dos meios de comunicação social no contexto revolucionário, político e militar então vigente no país.

Para uma melhor compreensão dos acontecimentos ocorridos no jornal e o seu impacto naquele período, entrevistamos oito personalidades relevantes para o estudo, provenientes dos diferentes sectores políticos e militares importantes no contexto da altura, e elementos ligados ao jornal *República* que tivessem assistido ao próprio desenrolar do conflito. Assim, como método de investigação, optamos pela realização de entrevistas semi-directivas. Focadas no tema do caso *República*, estas entrevistas ajudam a reconstruir a memória pessoal do caso, traçando a sua visão dos acontecimentos. Conduzidas em ambiente informal, permitem que o entrevistado seja livre de expressar a sua opinião, sendo as questões direccionadas exclusivamente para o caso *República*, de modo a analisar o impacto do caso em cada entrevistado e registando a sua experiência individual; traduziram-se por *focused interviews* (Quivy e Campenhoudt, 1998, 193).

Dos oito entrevistados, três fizeram parte do corpo redactorial do *República*: Fernando Cascais, Alberto Arons de Carvalho e João Gomes. Fernando Cascais foi redactor do jornal até meados de 1975, tendo saído poucos meses antes do conflito para se juntar à ANOP. Dada a sua aproximação com os tipógrafos e as suas discordâncias com a

direcção do jornal, recolhemos o testemunho de um jornalista com uma perspectiva discordante da da maioria do corpo editorial do jornal. Alberto Arons de Carvalho e João Gomes, ambos ligados ao PS e jornalistas do jornal à altura do conflito, traduziram a visão da maioria dos jornalistas e direcção do *República*.

De entre os militares, para além do ministro da Comunicação Social, optamos por entrevistar elementos do Conselho da Revolução à altura do caso. Reunimos o testemunho de Vasco Lourenço, militar ligado à corrente moderada dos militares, que esteve presente em todas as reuniões em que foi abordado o caso, tendo assumido a posição de porta-voz do Conselho nas audiências concedidas ao PS. Este militar esteve presente ainda nas negociações entre a Comissão de Trabalhadores e a direcção e administração do jornal. Manuel Martins Guerreiro, conotado com a facção gonçalvista do Conselho, esteve presente em todas as reuniões e proporcionou uma versão detalhada dos acontecimentos no seu interior. Rodrigo Sousa e Castro foi o elemento escolhido pelo Conselho da Revolução para mediar as negociações entre a Comissão de Trabalhadores e a direcção e administração, tendo estado presente em várias reuniões entre as partes, tornando assim importante a recolha do seu testemunho. Entrevistamos ainda o ministro da Comunicação Social à altura do conflito, o militar Jorge Correia Jesuíno. Chamado ao jornal no próprio 19 de Maio, Correia Jesuíno actuou como moderador das negociações nesse dia e, mais tarde, durante o desenrolar do caso, tendo assumido uma posição de relevo relativamente ao conflito.

Por último, recolhemos ainda o testemunho de Isabel do Carmo, antiga dirigente do PRP-BR e ligada aos movimentos da esquerda revolucionária, que acompanhou as movimentações da Comissão de Trabalhadores e a publicação do novo *República*, pós 19 de Maio.

Com o desenrolar do processo revolucionário, vários acontecimentos decorridos durante este período contribuíram para a singularidade da situação vivida no jornal. Com a crescente radicalização do processo, a partir do 28 de Setembro e do 11 de Março, chegaram as nacionalizações que tiveram um enorme impacto ao nível da comunicação social – deixando o *República* como um dos únicos jornais ainda em mãos privadas em Portugal. A também crescente radicalização política, as eleições e o confronto entre duas ideologias e legitimidades – revolucionária e eleitoral -, tornariam o caso *República* um episódio único e singular, de enormes proporções, no contexto político-militar português de 1975.

1. O conflito no jornal *República*

Apesar do seu posicionamento claramente anti-fascista, o jornal *República* sobreviveu a décadas de repressão salazarista. Mesmo ameaçado pela censura e por um apertado controlo, o *República* conservou-se como um dos únicos pilares da resistência ao regime. A sua ideologia democrática transpirava, dentro da forma possível, nas páginas do jornal. Desde cedo, o seu posicionamento coincidia, de certa maneira, com uma ideologia de esquerda socialista. Das figuras principais do seu percurso, várias estavam ligadas ao movimento socialista e republicano: Carvalhão Duarte, Raúl Rêgo, José Magalhães Godinho (Mesquita, 1987: pág. 9). Durante os anos marcelistas, várias personalidades ligadas ao Partido Socialista (PS) acabam por tomar conta da administração e das acções do jornal. Raúl Rego e Gustavo Soromenho, dois dos fundadores do Partido Socialista em 1973, são designados, respectivamente, director e administrador do jornal. Sob a direcção de Raúl Rego, a partir de 1972, o *República* alberga na sua redacção jornalistas socialistas e comunistas – e uma tipografia marcadamente esquerdista. A ligação ao PS passaria a ser umbilical, chegando alguns dos membros da redacção - e figuras ligadas ao Secretariado do PS - a ser colocadas a par das movimentações dos militares, que conspiravam contra o regime (Reis, 2005: 64-65).

A partir do dia 25 de Abril, a oposição ao regime deixa de ter um inimigo comum. A luta pela libertação concluiu-se. A revolução inicia a sua marcha e, com ela, um período revolucionário de dois anos que iria marcar os destinos do país. Durante este período, os vários movimentos e partidos que constituíam a oposição ao regime seguem caminhos diferentes, iniciando-se uma acesa disputa política e ideológica pelo poder.

O jornal *República* vai acompanhando o decorrer deste período revolucionário de forma discreta. No interior da redacção, no entanto, começam a delinear-se facções, acompanhando a tendência ocorrida na maioria dos órgãos de comunicação social – cujas redacções se “transformaram em campos de batalha entre facções rivais ou inimigas” (Mesquita, 1988: 95). Logo a partir de Junho de 1974, a facção comunista da redacção começa a exprimir o seu descontentamento em relação à direcção socialista que o jornal estaria a tomar. Os jornalistas comunistas entram em confronto com os socialistas da redacção. O argumento é contrariado por estes, que defendem a autonomia e independência do jornal mas numa tendência “socialista democrática” (Mesquita,

1987: pág.10). Em Outubro, depois da publicação de um artigo, da autoria do dirigente socialista António Reis, intitulado “Quinze reflexões sobre o MDP/CDE”, que classificava este partido como uma organização subsidiária do Partido Comunista Português (PCP), a divisão acentua-se (idem, 1988: 102). As picardias internas vão-se mantendo ao longo de vários meses. Durante este tempo, a redacção foi acolhendo mais jornalistas – afectos ao PS. Pouco após o 11 de Março, os jornalistas comunistas saem do jornal para “reforçar as hostes gonçalvistas de outros jornais” (idem, 1987: pág. 11). A redacção passa a ser composta, praticamente, apenas por elementos socialistas.

Mas, “além dos jornalistas, outros sectores profissionais conquistaram a sua zona de influência da determinação do conteúdo dos jornais. Destacaram-se, pela sua combatividade, os gráficos, depositários de uma velha tradição de lutas contra a ditadura” (Mesquita, 1988: 93). No caso do *República*, estes trabalhadores do jornal – tipógrafos, administrativos, gráficos – exigiram efectivamente um lugar na condução dos destinos da empresa, da sua gestão e da orientação editorial do jornal (idem, 1987: pág. 11). Espectadores das crescentes rivalidades entre as duas facções e cientes de que o jornal estaria a ser comandado e utilizado por pessoas ligadas ao PS, este grupo de trabalhadores deixa de reconhecer o *República* como um jornal independente.

Reflectindo a situação política e militar da sociedade portuguesa no início de 1975, o estado das relações no interior do jornal extremava-se. A admissão de novos jornalistas ligados ao PS impulsiona a intensificação da contestação no interior do *República*. Segundo o jornalista Fernando Cascais, que abandonara poucos meses antes a redacção do jornal, “os tipógrafos estavam cada vez mais interventivos e partiam logo para a discussão”. A situação continuava a deteriorar-se, transformando o jornal num “barril de pólvora”. Para o grupo de trabalhadores descontente com a situação, tornava-se “evidente que, de facto, havia uma ala ligada ao PS e que qualquer outra argumentação em relação aos acontecimentos não era viável porque em primeiro estavam os interesses do PS”, acrescenta ainda Fernando Cascais. Segundo Arons de Carvalho, jornalista do *República* e dirigente socialista, “a verdade é que o jornal era claramente liderado por pessoas afectas ao PS e tinha uma proximidade ao PS nos conteúdos editoriais, na escolha dos jornalistas e do próprio director”. Para o jornalista, estavam em disputa duas concepções de jornalismo: um jornalismo “ao serviço do processo revolucionário, em que não deveria ser concedida a palavra aos antirrevolucionários mas apenas àqueles

que estivessem próximos da revolução”, e outro próximo “da concepção europeísta e pluralista”.

No dia 2 de Maio, após mais dois socialistas se juntarem à redacção, os trabalhadores decidem não deixar sair o jornal. Fazem ultimatos à direcção e tomam posições. A questão era o conteúdo jornalístico do jornal (Mesquita, 1987: pág. 12). As posições estavam tomadas.

1.1 O 19 de Maio

No dia 19 de Maio de 1975, a comissão de trabalhadores entretanto formada (Comissão Coordenadora dos Trabalhadores - CCT) exige a demissão do director Raúl Rêgo, do subdirector e do chefe de redacção do jornal. Formam-se piquetes à porta das instalações do jornal que não permitiam as entradas na redacção. Os jornalistas eram avisados: quem saísse não poderia voltar (Costa e Rodrigues, 1975: 10). Por isso, ninguém sai (idem, ibidem: 10). O jornal passa a estar sob o controlo dos trabalhadores. À hora normal, o *República* chega às bancas. No cabeçalho, como director interino, o nome de Álvaro Belo Marques. Na primeira página figura um editorial elaborado pela CCT dirigido aos leitores do jornal.

A razão da sua luta: “o jornal teria perdido as características históricas que faziam dele um expoente da ‘unidade antifascista’ para se tornar, de forma camuflada, um instrumento ao serviço exclusivo do partido socialista” (Rebelo, 1994: pág. 93). Recusam, “desvios partidários”, “meias-verdades”, “ignorar a luta dos trabalhadores” e “ignorar ideologias, quaisquer que sejam” (Costa e Rodrigues, 1975: 37). Reflecte-se, então, neste conflito, algum do contexto político do exterior: “tipografia comunista sequestra redacção socialista” (Mesquita apud Cádima, 2001: pág. 234), guerra aberta entre “burguesia” e “proletariado” (Rebelo, 1994: pág. 93). Os trabalhadores, actuando perante “plenos direitos revolucionários”, rebelam-se contra a sua administração e direcção, considerados o “patronato” contra-revolucionário.

Nessa mesma tarde, Mário Soares e vários dirigentes socialistas, cientes da situação no jornal, convocam uma manifestação para a Rua da Misericórdia, de apoio aos jornalistas e direcção do jornal. Clamando pela “liberdade de informação”, acusam imediatamente o PCP de querer controlar a totalidade da comunicação social (Rezola, 2008: 168). A multidão que se junta em frente às portas do *República* grita frases anticomunistas, faz

pequenas fogueiras com a “edição pirata” do jornal e dirige palavras de ordem contra o próprio MFA, tentando, mais tarde, forçar a entrada nas instalações (Costa e Rodrigues, 1975: 11-12).

Ao final da tarde, o COPCON chega às instalações para manter a segurança interna e isolar o edifício. Mas a situação de impasse prolongar-se-á no interior do jornal até de madrugada. Ao longo da noite, vários elementos da redacção e da direcção do jornal vão-se dirigindo à multidão das janelas, enquanto a multidão vai reagindo aos acontecimentos com palavras de ordem: “MFA de que lado está?”, “Socialismo, sim! Ditadura, não!”, “Fora do jornal com os lacaios do Cunhal” (idem, ibidem: 13). Do exterior, Mário Soares tenta, por diversas vezes, entrar no jornal. A certa altura, alguns elementos da CCT ripostam: “isto aqui não é a sede do PS. Tu e o teu colega Cunhal devem pôr os olhos na força dos trabalhadores. Não hão-de continuar a brincar com o povo. Vão os dois para onde estavam” (Costa e Rodrigues, 1975: 13). Entretanto, as negociações continuam a decorrer no interior do jornal. Às 23 horas e 35 minutos, o COPCON recebe o pedido da administração para selar as instalações, caso o conflito não se resolva.

Já de madrugada, as negociações vão sofrendo avanços e recuos. Às 2 horas chega o ministro da Comunicação Social, Jorge Correia Jesuíno, acompanhado por Rui Montez, Director-Geral da Informação, encarregue de mediar o conflito. Na sua exposição inicial, Correia Jesuíno declara que “existe uma Lei de Imprensa que deve ser aplicada”, e que “dá razão completa à administração” do jornal. Os trabalhadores tratam de explicitar ao ministro as razões da sua luta. Correia Jesuíno e Rui Montez aconselham, então, os trabalhadores a procurar outro lugar de trabalho, ao que um dos trabalhadores responde: “mas há promessas escritas feitas aos trabalhadores de que o jornal seria independente e apartidário. E isto não foi cumprido”. Gustavo Soromenho intervém: “Eu sempre vos disse que gostaria de ver uma *República* pluralista um tanto inclinada para o socialismo”. A troca de argumentos continuaria.

Às 3 e 40 da madrugada, o ministro interroga-se: “como vamos sair disto?”. À sugestão de Gustavo Soromenho em continuar a publicar-se o jornal no dia seguinte, intervém um dos trabalhadores:

“Como operário não devo nem quero ignorar as divergências que marcam a luta da classe operária contra a classe exploradora. Já se disse que jornalistas não afectos ao PS mudaram para

outras publicações pressionados pelo mau ambiente de trabalho que aqui disfrutavam. Mas todos sabem que os trabalhadores da produção deste jornal não colaboraram nessa luta que se travou entre PS e PC. Efectivamente isso não era connosco. Connosco é esta luta que tem por objectivo transformar este jornal naquilo que entendemos que ele nunca deveria ter deixado de ser: apartidário, objectivo, independente de partidos. E a nossa óptica é a de que quem deve sair são os elementos que desejam continuar a ter na *República* o órgão de um partido, e não os trabalhadores que o querem apartidário e ao serviço de todo o povo português antifascista e patriota (...). Os trabalhadores da produção conseguiram à custa de muito esforço eliminar as suas divergências, que as tinham, indiscutivelmente, e não desejam ser obrigados a vender a sua força de trabalho a um só partido, seja ele qual for. Teremos, por uma coisa que me parece tão simples, ser obrigados a mudar de emprego?...” (idem, ibidem: 19).

Correia Jesuíno, impressionado pelo testemunho do trabalhador, acabaria por concluir:

“Como vocês devem saber, o meu Ministério é acusado de tudo o que de mau acontece nos órgãos de comunicação. E eu próprio não escapo a esses ataques. Acusam-me uns de ser comunista, outros de entrar em jogos e manigâncias. São calúnias que lamento, porquanto só desejo ser objectivo e imparcial no desempenho do meu cargo, desde que essa imparcialidade não brigue com o processo revolucionário em curso (...). Só lamento que não haja mais “*Repúblicas*” e “*Expressos*”. Seria um alívio para o meu Ministério, para o Conselho da Revolução, para o Governo Provisório e para o MFA (...)” (idem, ibidem: 19).

O ministro lançaria ainda uma última tentativa de entendimento. Jaime Gama intervém e afirma que “nunca foi ideia sua nem dos seus camaradas transformar a *República* num órgão sectário”, admitindo que “com cunho socialista, sim; mas objectivo e sem enfeudamentos ao PS, que desejamos ter liberdade para criticar sempre que se entender necessária a crítica” (idem, ibidem: 20). Após a última ronda de negociações, chega o veredicto da CCT: “o que se encontra na origem deste problema é a independência do jornal. Por isso os trabalhadores decidiram não ceder nem um palmo nas suas posições”. O fracasso das negociações materializa-se, sendo evacuados os tipógrafos e os jornalistas e seladas as instalações (Rezola, 2008: 168). Às 6 horas da madrugada, esvazia-se a rua da Misericórdia.

O que teria começado como um “simples problema laboral”, transformar-se-ia num dos maiores problemas políticos nesta fase do biénio revolucionário. Como afirma Maria Inácia Rezola, “começa então uma longa contenda que divide profundamente a opinião pública, os partidos e o próprio MFA” (ibidem: 168) e que teria um importante lugar na definição do percurso da própria revolução.

1.2 Pós - 19 de Maio

A redacção e a CCT envolvem-se publicamente numa guerra de comunicados, com acusações de parte a parte. Entretanto, também o PS começava a sua caminhada pela defesa do *República*. Em contestação pelo fecho do jornal, os ministros do PS anunciam a sua retirada das reuniões do Conselho de Ministros até a resolução da situação (Rezola, 2008: 168), anunciando o seu apoio incondicional aos jornalistas e direcção do jornal.

Depois de reunir com o PS e de estudar o caso, o Conselho da Revolução (CR) decide reabrir as instalações e devolver o jornal à administração. Dão-se, então, duas tentativas de efectivar a decisão. A primeira, no dia 12 de Junho, vê a situação ser adiada para o dia 16. Neste dia, segundo o COPCON, as duas partes em conflito comparecem em frente ao jornal mas, devido a objecções por parte da administração, as instalações voltam a ser seladas. A situação é adiada novamente para o dia 18 de Junho. Neste dia, administração e redacção não comparecem à abertura, marcada pelo COPCON para o início da manhã.

Segundo a versão de Otelio Saraiva de Carvalho, Arlindo Dias Ferreira, militar do COPCON, teria combinado com Gustavo Soromenho, membro da administração do jornal, a abertura das instalações para as 8 horas da manhã do dia 18. No entanto, nenhum membro da direcção, redacção e administração teria comparecido a essa hora. Às 8 e 40, as instalações seriam entregues aos trabalhadores da CCT (Dil e Pina, 1975: 140).

Em comunicado desse dia, o PS esclarece a versão da direcção e redacção do *República*. Segundo os socialistas, depois de informadas da situação, direcção e jornalistas deslocam-se para a sede do jornal às 11 horas e 40 minutos, sendo-lhes “vedada a entrada por elementos civis estranhos ao jornal e por agentes da PSP”. Após alguma espera, seria permitida a entrada a alguns elementos da direcção, incluindo a Raúl Rêgo,

que exigiam a evacuação do jornal. As negociações durariam até às 17 horas, altura em que direcção e redactores abandonam as instalações “dada a manifesta inutilidade de lá continuarem”. (Comunicado PS 18/06/1975).

Os jornalistas afectos à direcção do jornal envolvem-se, então, numa troca de argumentos com o COPCON, através de comunicados, acusando estes militares de não terem respeitado a hora acordada com a administração (que, segundo a sua versão, seria as 11 horas desse dia) para a reabertura das instalações e de actuarem “em escandalosa defesa de uma das partes” (Dil e Pina, 1975: 118). O COPCON, por sua parte, rejeita o “papel de Pilatos” e acusa estes jornalistas de assumirem “demagógicamente o papel de vítimas” (idem, ibidem: 113), argumentado que teria chamado a si “a responsabilidade da resolução de um problema que se encontrava num impasse” (idem, ibidem: 115).

Perante a situação, nova ronda de negociações é levada a cabo pelos militares, enquanto o PS continua a exigir a entrega definitiva do jornal à administração e redacção. Os trabalhadores ligados à CCT resistem, sob a protecção do COPCON, e decidem tomar em mãos a publicação do jornal a 8 de Julho. A 9 de Julho estará nas bancas o novo *República*.

2. Contexto político-militar do caso *República*

2.1 O 11 de Março

Numa primeira fase pós-25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas (MFA), responsável pelo golpe e por colocar em marcha a revolução, entrega o poder político a António de Spínola, empossando-o como Presidente da República. Mas Spínola, apesar das suas tentativas de controlar o poder político, rapidamente vê as suas intenções goradas pelos militares afectos à esquerda (Rosas, 2005: pág. 224) e é afastado a 28 de Setembro de 1974.

A partir do dia 28 de Setembro de 1974 e até ao dia 11 de Março de 1975, o período revolucionário inicia a sua rota “de radicalização do processo à esquerda”. “O PCP inicia nesta fase a sua estratégia de aproximação do poder através da progressiva hegemonização do MFA, do aparelho militar, da administração local, da máquina sindical e dos principais centros de decisão e de informação (jornais, rádio, RTP)” (Rosas, 2005: 225). Acaba por controlar o governo, as estruturas militares, os sindicatos e a rua. O Partido Socialista, apesar de se delinear como um outro pólo de influência, clamando por um socialismo em liberdade, parlamentar, pluralista e ocidental, assiste ao decorrer do processo sem força para mais devido à pouca influência que então exercia. A radicalização caminha a passos largos, e a 11 de Março de 1975 intensifica-se.

Neste dia é contido, com um grande aparato, um contra-golpe levado a cabo por Spínola e os seus apoiantes. A reacção das forças conservadoras provoca o salto para a frente das correntes comunistas e esquerdistas. O primeiro-ministro Vasco Gonçalves – aparentemente apoiante das teses comunistas – será o porta-bandeira da crescente influência do PCP nos sectores político e militar. Os acontecimentos acabam por permitir aos comunistas um extremar das suas tomadas de posição e um alargamento da sua influência política e económica. A partir daqui, “tudo o que não fosse PCP ou extrema-esquerda era reaccionário” (Lourenço, 2009: pág. 418).

No próprio dia 11, são tomadas várias decisões importantes numa reunião do MFA: o apoio e incentivo ao primeiro-ministro, a reafirmação do compromisso de eleições a 25 de Abril desse ano, e a criação do Conselho da Revolução (CR), que institucionalizaria o MFA e o poder militar, (Rezola, 2008: 131). Este órgão é concebido como um

“instrumento para a intensificação da participação do MFA na vida político-militar nacional” e passa a dispor de amplos poderes (idem, ibidem: 133).

A partir do dia 14 de Março, o Conselho da Revolução decreta a nacionalização de várias instituições de crédito e de companhias de seguros (idem, ibidem: 142). As nacionalizações, discutidas desde 1974, eram assim concretizadas. As consequências seriam profundas para o sector da comunicação social de expansão nacional, já que, em numerosas empresas, o capital social estava maioritariamente na posse de instituições bancárias: passaram para o sector público o *Diário Popular*, o *Jornal do Comércio*, o *Comércio do Porto*, *A Capital* e *O Século*. Apesar de dois terços do capital do *Diário de Lisboa* ser privado, este jornal diário passa também a ser controlado pelo Estado, devido a elevadas dívidas à banca acumuladas pelos seus proprietários. No sector privado restavam os diários *Primeiro de Janeiro* e o *República*, e também alguns títulos da imprensa regional (Conselho de Imprensa, 1979: 42). Segundo o Conselho de Imprensa, “seguem-se novas mudanças nas administrações e direcções dos jornais”, (1979: 43), e acentua-se a influência do PCP na imprensa portuguesa. “A informação estatizada (...) caracterizou-se, nessa altura, por um tom monolítico e, em muitos casos, propagandístico” (Conselho de Imprensa, 1979: 43). Como é sublinhado por Cádima, o assalto ao poder por parte dos comunistas e esquerdistas conquistava “as primeiras linhas da batalha – as mais vulneráveis, mas também as mais decisivas: o campo dos media” (2001: 231).

2.2 As eleições de 25 de Abril de 1975

As eleições de 1975 viriam a ser um dos principais momentos de viragem do processo revolucionário. Prometida pelos militares, a chamada às urnas dos portugueses para eleger a Assembleia Constituinte concretizar-se-ia exactamente um ano após o golpe. Mas, apesar dos compromissos dos militares, a sua realização passou por vários entraves. Em Fevereiro de 1975, o MFA inicia as negociações com os partidos com vista à aprovação de uma Plataforma de Acordo Constitucional – em que os partidos concorrentes se comprometiam a inscrever na futura Constituição vários pontos programáticos definidos pelos militares e aceitavam a institucionalização do MFA (Reis, 2005: 72). Com o evoluir da situação portuguesa, durante os primeiros meses do ano, o sector radical do MFA demonstrou as suas reservas em relação à realização de

eleições, enquanto o PCP ia sugerindo o seu adiamento, “preocupado com a falta de condições de propaganda em zonas dominadas pelo caciquismo reacionário” (idem, ibidem: 73). Para o PS, estas tinham-se tornado o seu “objectivo estratégico nº 1”, na esperança de que um bom resultado trouxesse uma nova dinâmica ao processo e reduzisse a influência dos sectores radicais dos militares (idem, ibidem: 73).

A campanha eleitoral decorre sem incidentes, apesar de lançada a questão do “voto em branco” por alguns militares do Conselho da Revolução, apelando àqueles que “não saibam em quem votar” – desferindo um golpe aos partidos que apostavam no início de uma “legalidade eleitoral” (Rezola, 2008: 159). Tornavam-se óbvias as diferenças na importância dada às eleições nos vários sectores políticos em confronto.

Verdadeiramente inesperados – tendo em conta o ambiente político da altura -, os resultados das eleições traduziram-se numa “estrandosa” vitória do PS com 37,9% dos votos. O PPD seguia-se ao PS, com 26,4%, enquanto o PCP defraudava expectativas com 12% dos votos (idem, ibidem: 160). Apesar destes resultados, e cumprindo a tendência que vinha a ser seguida, vários sectores do MFA e do CR, e o próprio primeiro-ministro, apressam-se a clarificar a natureza das eleições – serviam apenas para eleger a Assembleia Constituinte -, que não teriam qualquer reflexo na constituição dos Governos Provisórios. O MFA continuaria a ser o “motor da Revolução” (idem, ibidem: 161). Mas dados os resultados e a luta política que então se travava na sociedade portuguesa, “doravante, nada podia continuar a ser como até então” (Reis, 2008: 74).

2.3 O 1º de Maio

Apesar do abraço, um ano antes, entre Mário Soares e Álvaro Cunhal, o 1º de Maio de 1975 revelar-se-ia um dos primeiros actos públicos do afastamento entre PS e PCP, actuando como “um revelador das tensões entre os dois modelos e as duas estratégias, mas também como um detonador da contra-ofensiva do PS e da necessidade de uma clarificação de posições no seio do Conselho da Revolução” (Reis, 2005: 75).

O confronto entre PS e PCP materializa-se durante o comício comemorativo do Dia do Trabalhador, no Estádio 1º de Maio. O PS é recebido por uma onda de vaias e insultos e é negada a passagem dos seus dirigentes à tribuna, onde já estariam o Presidente da República, Álvaro Cunhal e Vasco Gonçalves, segundo vários comunicados emitidos

pelo PS após os acontecimentos (Rezola, 2008: 162; Reis, 2005: 75). “Forçamos a entrada e deu-se, inevitável, a confrontação”, explica Soares (*apud* Avillez, 1996: 430). Chegados à tribuna, os dirigentes socialistas são impedidos de entrar por elementos da Intersindical, com o argumento de que “os traidores da classe operária não tinham acesso à tribuna”,

“Interpretando estes incidentes como fazendo parte de uma campanha mais vasta tendo em vista a minimização da sua vitória eleitoral”, o PS organiza para o dia seguinte uma enorme manifestação de protesto, em Lisboa (Rezola, 2008: 163). A versão da Intersindical, do PCP e do MDP/CDE em relação aos acontecimentos seria distinta: para estes, o PS, que pretendia descredibilizar as comemorações, deveria ser considerado o fomentador dos incidentes (*idem*, *ibidem*: 163). Segundo Cunhal, o PS “fez desfile à parte. Foi para o estádio fazer uma assuada ao primeiro-ministro. Realizou no próprio estádio minicomícios, enquanto falava o Presidente da República” (1976: 162).

O CR, por sua vez, realiza uma investigação sumária e acusa o PS de comportamento “divisionista e hostil”, inserindo os acontecimentos na esfera da “luta político partidária entre o PS e o PCP”. Para o CR, o PS pretendia fazer valer o seu peso eleitoral, jogando ao ataque, enquanto o PCP teria adoptado uma estratégia de “defesa” e “contra-relógio” (*idem*, *ibidem*: 163). Assumindo uma posição claramente favorável ao PCP, o CR provocaria o crescimento de tensões entre o PS e os militares.

2.4 Legitimidade eleitoral versus Legitimidade revolucionária

Após as eleições, e na sequência do resultado muito favorável aos socialistas, a luta política passa a assentar em dois polos distintos: a legitimidade eleitoral e legitimidade revolucionária. Estes dois polos representavam também duas ideias distintas para a formação da sociedade portuguesa. Enquanto os defensores da legitimidade eleitoral – PS, PPD e elementos mais moderados – defendiam a criação de um Estado democrático, baseado em eleições e partidos políticos (à luz das democracias ocidentais) (Rosas, 2005), os adeptos da legitimidade revolucionária defendiam um “Estado ao serviço da Revolução” (Cunhal, 1976: 192) e da vontade popular.

Para o PS, o resultado das eleições tornar-se-ia o seu principal trunfo, em redor do qual se desenvolveriam todas as suas acções políticas. Munido da legitimidade das urnas e do voto popular, o PS avançaria para a descredibilização do PCP – que, antes das

eleições, se colocava como a maior força política do país. A extrema-esquerda, apesar de não gozar de tanta influência quanto o PCP, também sofre duramente com os resultados eleitorais – mas não abandona a luta pelo modelo da democracia de base popular.

Para o secretário-geral do PCP, o conflito entre as duas dinâmicas, a eleitoral e a revolucionária, já se anunciava desde o 11 de Março: as forças reacionárias não teriam sido derrotadas inteiramente e o país continuava dominado por forças locais reacionárias, que faziam oposição ao MFA e aos partidos revolucionários (Cunhal, 1976: 153). Acusando a “esquerda militar” de não ter sido suficientemente audaz e ofensiva no desmantelamento desses “feudos locais e regionais” e de não intervir em casos de caciquismo, os comunistas consideraram, então, “inevitável” o desfecho das eleições, que intervieram “contra a dinâmica revolucionária e contra as suas realizações” (idem, ibidem: 155). Em conclusão: segundo o PCP as eleições para a Constituinte constituiriam “o anúncio da grande crise político-militar, o deflagrar da cisão das forças democráticas e do MFA e a partida para uma crescente agudização dos conflitos” (idem, ibidem: 156).

3. O *República* e os partidos

Como dirá Mário Mesquita, no caso *República* “o que estava em jogo (...) situava-se para além do destino da velha casa da Rua da Misericórdia, da vontade dos trabalhadores ou das questões específicas da Imprensa. O caso *República* era um episódio decisivo da luta política em que se decidia a natureza do regime português” (1987: 9).

As duas visões do jornalismo e da sociedade entravam em confronto. A redacção, socialista e a favor do modelo da democracia representativa afecto ao PS, colidia com a do trabalhadores afectos à CCT, orientados pelo modelo de uma democracia revolucionária e exercida pelo poder popular. O conflito, que seria aparentemente laboral, dadas as exigências da CCT, evidenciava um verdadeiro conflito político que arrastaria os principais quadrantes políticos para o epicentro da polémica.

3.1 Posição do PS

Logo no dia 19 de Maio torna-se evidente a importância dada pelo PS ao caso. Na manifestação convocada para a entrada do jornal e destinada a “defender o jornal dos lacaios do Cunhal” (Costa e Rodrigues, 1975: 11-13), surgem os principais dirigentes socialistas, entre eles Mário Soares. Mesmo sem uma clarificação evidente de quem seriam os responsáveis pelo ocorrido no interior do *República*, o PS avança imediatamente para uma responsabilização do PCP – acusando-o de querer tomar conta do último reduto de liberdade na imprensa portuguesa. A partir daqui, o PS passa a “jogar todos os seus trunfos” (Reis, 2005: 76), tomando como sua a luta dos jornalistas, direcção e administração, mas colocando-a no contexto do assalto à comunicação social – denunciando-o como um problema político e um atentado à liberdade de imprensa (Rezola, 2008: 168). Os militares também não saíram incólumes dos ataques do PS, sendo acusados de fazer o jogo dos comunistas.

Perante o fecho do jornal e da não-resolução do problema, o PS decide suspender a sua presença nas reuniões do Conselho de Ministros, exigindo a resolução da situação e uma tomada de posição do CR. O PS é, então, convocado para uma reunião no CR. Os socialistas chegam a um acordo com os militares e concordam em regressar ao Governo. Mas não desistem de utilizar o caso *República* politicamente.

Em comunicado, já no dia 18 de Junho, os socialistas defendem a administração e redacção do jornal e alertam que “a *República* que sobreviveu ao fascismo morrerá às mãos de irresponsáveis e de pretensos revolucionários”.

Perante o que julgam ser a inoperância do CR em fazer vingar as suas próprias ordens, os socialistas convocam novas manifestações a favor da administração e redacção, contra os trabalhadores, aumentando ainda mais a tensão política já existente.

A 8 de Julho, com o jornal nas mãos dos trabalhadores e com uma nova redacção “recrutada nos meios da extrema-esquerda” (Mesquita, 1987: 14), é publicado o novo *República*. No dia seguinte, o PS decide abandonar o IV Governo Provisório, em protesto pelo não-cumprimento das medidas do CR. Em comunicado, os socialistas concluem que “a aliança entre forças partidárias portuguesas no caminho para uma democracia socialista pluralista tem de se basear no cumprimento dos pactos entre elas firmados e no respeito pela palavra empenhada. Doutro modo não se caminhará nem para a democracia, nem para o socialismo. Não há Estado sem autoridade. Nem há revolução sem autoridade revolucionária.” (Comunicado PS 09/07/75). Num parágrafo, os socialistas assumem o conflito com o CR, acusando de não ter efectiva “autoridade revolucionária”, criticando implicitamente o COPCON – o verdadeiro poder revolucionário -, pela entrega do jornal aos trabalhadores.

“Tendo ganho as eleições – e, com elas, adquirido uma legitimidade política incontestável -, que poderia fazer o PS num Executivo que procurava, todos os dias, afirmar a sua legitimidade revolucionária, acelerando o processo revolucionário, em contradição manifesta com a expressão da vontade popular?”, questiona-se Mário Soares (*apud* Avillez, 1996: 443). Regressando sempre às eleições e ao confronto entre as duas legitimidades, para os socialistas, o processo revolucionário entraria, a partir daqui, numa fase diferente. O caso *República* é a justificação perfeita: “torna as posições do PS e PCP irreconciliáveis”, “contribui para o reforço da posição do PS como líder da luta contra as tentativas hegemónicas do PCP” e “marca o início do processo de ruptura do PS com o poder militar” (Rezola, 2008: 171).

Paralelamente às movimentações políticas no país em torno do caso *República*, os socialistas aproveitam-no, especialmente, no âmbito internacional. Com grande impacto por toda a Europa e, principalmente, em França, o caso *República* tornou-se o símbolo da luta do PS pela liberdade, contra a crescente hegemonia dos comunistas (Rezola, 2008: 171).

Quando em viagem pela Europa, militares e governantes portugueses são constantemente questionados acerca do caso que estaria a provocar uma onda de indignação pelos países ocidentais. Como dirá Vasco Gonçalves:

“Em 27 de Maio, desloquei-me à Bélgica, para a reunião anual de presidentes e chefes de Governo da NATO, e um dos temas que mais discussões provocaram com certos representantes estrangeiros foi precisamente o caso *República*, centrado na liberdade de informação. O presidente da Câmara Municipal de Bruxelas, o ministro dos Negócios Estrangeiros belga, o primeiro-ministro holandês, Callagan, na altura ministro dos Negócios Estrangeiros inglês e mais tarde primeiro-ministro, todos me falaram do caso. Tive a confirmação de que se tratava de uma manobra concertada. Passados poucos dias, quando o general Costa Gomes visitou a França, sofreu idênticas pressões. Enquanto em Portugal se provocava todo um clima que servia de pretexto para agitar o fantasma de uma ditadura comunista, Mário Soares aproveitava as suas deslocações à Europa para convencer os governos e, em particular, a Internacional Socialista de tal avanço. Contudo, devo salientar que nessa reunião da NATO ninguém levantou o caso da Rádio Renascença, que era, para nós, muito mais grave do que o do *República*, pelas repercussões internas que tinha não só nas relações com a Igreja Católica, como na consciência social de grande maioria da população, que é católica.” (Gonçalves, 2002)

Martins Guerreiro confirma esta situação referindo que, durante uma deslocação oficial a Itália, em conversas com “partidos, com as centrais sindicais, com várias figuras, em todas as audiências e debates aparecia sempre o caso *República*”. Para o militar, “em termos de cultura ocidental, rendia bem denegrir o PC”.

É unânime entre os entrevistados que o PS aproveitou politicamente o caso, empolando-o e tornando-se o bastião da liberdade, contra a crescente hegemonia do PCP no sistema político-militar da altura. Para Fernando Cascais, “o caso *República* foi uma prenda dada ao Mário Soares, e muito bem aproveitada”. Correia Jesuíno admite também que “houve, de facto, uma manipulação feita pelo PS, com muita inteligência política”, acrescentando que a colagem do caso aos comunistas permitiu que este “chegasse a uma situação extrema”. Segundo os militares entrevistados, o PS “jogou habilmente”. Martins Guerreiro reafirma que o PS aproveitou o caso para fazer “a sua luta na sociedade portuguesa em termos de acesso ao poder” e que, em vez de ajudar à consolidação da situação, andava “extremamente preocupado em aumentar a sua fatia

de poder”. Este militar acrescenta ainda outro factor: a existência de um “sentimento anticomunista” na sociedade portuguesa, que “estava muito consolidado no subconsciente das pessoas”, e que o PS “explorou muito bem”. Vasco Lourenço sublinha ainda que o PS utilizou o caso de “forma demagógica e desonesta”, explorando “extraordinariamente bem o problema para atacar o PCP”.

3.2 Posição do PCP

A posição do PCP em relação ao caso *República* foi, desde o início, a mesma: os comunistas rejeitaram terminantemente qualquer responsabilidade ou influência nas acções dos trabalhadores. Nas poucas alusões ao caso, Álvaro Cunhal refere-se aos acontecimentos como “um pequeno problema que foi agigantado” (Rebelo, 1994: 98) ou como uma “vasta e histórica acção do PS contra a política e as medidas progressistas do Conselho da Revolução e do Governo Provisório, contra o processo democrático, contra as forças revolucionárias, e contra o MFA” (Dil e Pina, 1975: 58). Encarando a questão como um ataque dos socialistas ao poder revolucionário, o PCP desvaloriza o caso, remetendo-se quase ao silêncio.

Num artigo publicado a 5 de Junho no *Avante!*, os comunistas discorrem sobre os dois processos em andamento na sociedade, considerando-os “inconciliáveis”: o “eleitoralismo” e o “processo revolucionário”. O “eleitoralismo” é visto pelos comunistas como “um apêndice da demagogia da classe burguesa, do seu falso democratismo” (*apud* Amaral e Pereira, 2012: 14). O caso *República* surge, neste contexto, como um exemplo de uma “manobra divisionista”, com vista a prejudicar o processo revolucionário (*idem, ibidem*: 15). Utilizando constantemente o “binómio ‘revolução *versus* reacção’”, o PCP constrói a imagem de uma sociedade bipolarizada: de um lado um PS “divisionista e reacionário” e do outro um PCP “unificador das massas na vanguarda da revolução” (*idem, ibidem*: 31). Num discurso no dia 3 de Julho, Cunhal tenta defender-se das acusações do PS reafirmando que o PCP não teve “qualquer intervenção na luta dos trabalhadores do *República*, como o PS tão bem sabe” (*idem, ibidem*: 20). No entanto, apesar de ter vindo a legitimar a actuação dos trabalhadores, Cunhal considera que a sua luta “poderia, em alguns aspectos, ter sido mais bem orientada” (*idem, ibidem*: 21).

Para Vasco Lourenço, o PS associou o PCP, ao caso *República*, de forma incorrecta: o PCP, assegura, foi “mais vítima do que réu”. Esta opinião é, de resto, consentânea com a dos restantes entrevistados. Sousa e Castro considera que o PCP não queria ter “nenhuma actuação nem nenhuma posição relevante”, acabando por ser “arrastado pelos acontecimentos” e funcionando como “bode expiatório”. Para Fernando Cascais, “o PCP deixou-se arrastar” e “apanhou com as culpas todas de uma coisa com a qual não teve nada a ver”. Para o jornalista, a situação explica-se tendo em conta que “a classe operária era muito importante”. “O PCP, ao ver aquela situação, não quis ficar contra o que se estava a passar – na medida em que ficava contra os operários. Resolveu ignorar o assunto, deixando que o partido adversário tirasse todo o proveito possível”, conclui. Isabel do Carmo, antiga dirigente do PRP-BR, sublinha que o PCP “não quis mostrar que estava fora do controlo” e procurou, nesta altura, “capitalizar tudo quanto era luta”, jogando de “forma ambígua”: “foi a reboque das lutas mais radicais” até porque “os militantes pressionavam muito a direcção no sentido de uma radicalização das lutas”. Martins Guerreiro, por sua vez, refere que “o PC é ultrapassado em muitos casos” e que em relação ao *República* o partido não teria “forças lá dentro para poder abafar a situação”, receando que o caso se voltasse contra os próprios.

3.3 Posição dos partidos da “esquerda revolucionária”

A posição da extrema-esquerda no conflito do jornal *República* foi, desde o início, desvalorizada. Dada a imediata campanha do PS, acusando exclusivamente o PCP de estar envolvido no conflito, a intervenção dos movimentos e partidos revolucionários passou despercebida. Mas, como quase todos os entrevistados concluem, a sua influência foi prática e extensa.

Segundo Arons de Carvalho, entre os tipógrafos “havia uma presença muito forte de militantes do PC e de pessoas ligadas à extrema-esquerda”. Fernando Cascais confirma que havia na tipografia “pessoas ligadas a outros partidos da extrema-esquerda”, e que “nunca houve uma maioria do PCP”. Mas é o testemunho de Isabel do Carmo o mais esclarecedor: “a ocupação, a substituição e demissão da direcção, a orientação seguida daí em diante, (...) tudo se passou sob a influência da esquerda revolucionária”. “Não fomos nós que dissemos aos trabalhadores o que eles tinham de fazer. Foi uma orientação interna dos próprios. Os trabalhadores estavam integrados no movimento,

mas foram eles que vieram ter conosco”, acrescenta Isabel do Carmo. Esta visão é corroborada por Carlos Antunes, também antigo dirigente do PRP-BR: “aparecem na sede do PRP um grupo de trabalhadores da *República*, pedindo para os receber; tinham-se dirigido ao PC para expor o ponto de vista deles – dizendo que não era mais suportável a situação no *República* – e que tinham força para tomar conta do jornal; (...) o PC tinha-lhes respondido que não se podia empenhar nesses métodos de luta (...) tendo-lhes feito o discurso do partido responsável”; depois deste encontro com os comunistas, e já na sede do PRP, “disse-lhes que estava solidário, mas que a luta era deles” (Carlos Antunes, 1999). Isabel do Carmo e Carlos Antunes referem, ainda, que o PRP-BR forneceu armas aos trabalhadores, depois de solicitadas pelos membros da CCT.

Formou-se, então, um “Conselho Revolucionário”, composto pelos trabalhadores, “de forma unitária”, que “passou a ter muita influência dentro do jornal”, afirma Isabel do Carmo. “Os Conselhos Revolucionários eram independentes”, mas “havia partidos que os apoiavam, entre os quais, e sobretudo, o PRP”.

Paralelamente a esta visão surge o apoio do COPCON, a unidade militar dirigida por Otelo Saraiva de Carvalho, à luta dos trabalhadores. Conotado com a esquerda revolucionária, o COPCON coloca-se, desde o início do conflito, do lado dos trabalhadores. Isabel do Carmo confirma o apoio: “tínhamos uma relação muito próxima com os oficiais revolucionários e com o COPCON”.

Assumindo a importância do *República* durante a oposição à ditadura, Isabel do Carmo argumenta que o jornal, ao longo do processo revolucionário, tinha manifestado uma posição “muito centrista, mais ligada ao PS e, portanto, mais crítica da esquerda revolucionária”. “O jornal”, prossegue Isabel do Carmo, “não estava na onda dos movimentos populares e, daí, a necessidade de uma orientação diferente, a favor de um movimento popular de base”. O apoio do PRP-BR à luta dos trabalhadores coincidia com a visão da legitimidade revolucionária: “não havia jornais revolucionários; não havia jornais de grande circulação que dessem voz ao movimento popular; o *República* iria dar voz a esse movimento, a partir da iniciativa dos trabalhadores”, esclarece Isabel do Carmo.

4. O *República* e os militares

Dado o contexto político-militar da altura, e o lugar de destaque reservado aos militares, qual o impacto do conflito no interior do Conselho da Revolução? Como lidaram os militares com o desenrolar da situação? Inseridos num contexto de constante pressão por parte dos socialistas, qual a perspectiva dos militares em relação ao *República*?

4.1 O caso no interior do Conselho da Revolução

O Conselho da Revolução, como órgão institucional e com poder deliberativo, viu-se “no centro da polémica” do caso *República*, cabendo-lhe, inicialmente, o poder de mediador do conflito (Rezola, 2008: 168). Logo a 21 de Maio, em reunião ordinária do CR, “é debatida longamente a actuação do PS no caso do jornal *República*” (Acta CR 21/05/75). Em comunicado difundido nesse dia, o CR reage, estranhando “a atitude assumida por forças partidárias” (Comunicado CR 21/05/75). Em comunicado do dia seguinte, 22 de Maio, o CR reprova “toda a especulação feita em torno da paralisação do jornal *República*” e a “forma como um litígio foi explorado no interior e no estrangeiro”. O CR afirma que a defesa das “liberdades democráticas” não é “exclusiva de qualquer partido político”, reprovando ainda “o recurso demagógico em propaganda partidária ao fantasma da ‘ditadura’” (Comunicado CR 22/05/75). O CR evidenciava as suas críticas à actuação dos socialistas.

A 23 de Maio, após pedidos prévios do PS, que pretendia expor vários problemas, os socialistas são chamados para uma audição no CR. Nesta reunião, os socialistas exprimem o seu descontentamento em relação à actuação do CR nomeadamente a propósito do caso *República*, da forma como o CR realizou o inquérito aos acontecimentos ocorridos na manifestação do 1º de Maio e, genericamente, da apreciação que faz quanto ao empenhamento do PS no processo revolucionário (Acta CR 23/05/75). O PS sentir-se-ia votado a uma “situação de frustração e marginalização” pelos militares. Para além dos problemas relacionados com a comunicação social, que consideravam monopolizada pelo PCP, o PS queixava-se ainda da situação nos sindicatos, nas autarquias, e no aparelho de Estado. Sousa e Castro refere que na própria reunião no CR, Mário Soares terá afirmado que “o caso *República*, por si só, não era

suficiente para terem tomado aquela atitude”. O caso era, sim, para os socialistas, cansados da discriminação de que se diziam vítimas por parte do CR, a “gota de água que fizera extravasar o copo”. A questão essencial residiria, para o PS, na relação de forças com os comunistas. O que explica o modo enfático com que a delegação socialista, à reunião com o CR, recorda o resultado das eleições: apenas com 13% dos votos, o PCP não estaria em condições “para interpretar sozinho a vontade do Povo”. E colocam o CR em cheque: “se a democracia é respeitada, vamos com o Conselho da Revolução; se não é, não vamos”. Segundo o PS, o PCP estaria a arrastar o CR para posições impopulares e a empurrar o país para um beco sem saída. Queixando-se das apreciações desfavoráveis do CR relativamente ao seu partido, Mário Soares afirma: “parece que cometemos um crime: ter ganho as eleições; contar com o apoio do 40% do Povo Português” (acta CR 23/05/75). Mas, apesar das acusações, os socialistas sublinham que não pretendem “sujeitar o CR ou o MFA a um ultimatum”. Desenvolvendo a tese de que o CR e o MFA estariam manipulados pelo PCP, Mário Soares cita exemplos. Concede que “a grande maioria das pessoas do MFA não são comunistas”. Só que, afirma, “os únicos organizados [dentro do MFA] são comunistas”. E este grupo organizado, conclui Mário Soares, levaria o MFA a adoptar posições contrárias à sua vontade. Para Mário Soares o “problema de fundo do PS” estaria resolvido se o PCP perdesse a vocação de “partido único”, aceitando o resultado das eleições e o pluralismo. Se “acabássemos de uma vez para sempre com os desejos de hegemonia do PCP...” (acta CR 23/05/75), remata José Magalhães Godinho, membro da mesma delegação.

Em reunião ordinária, no dia 28 de Maio, o CR analisa a audiência concedida ao PS. Os conselheiros decidem convocar nova reunião com os socialistas, no pressuposto de que “deveriam ser feitos esforços no sentido de manter o PS no Governo de coligação”. O Presidente da República, Costa Gomes, adverte para a “repercussão internacional negativa para Portugal proveniente do caso *República*”, aconselhando o desbloqueamento rápido da situação – enquanto Otelo informa que o COPCON estaria a “efectuar diligências nesse sentido” (Acta CR 28/05/75).

Em nova audiência concedida ao PS, no dia 30 de Maio, a discussão centra-se na situação da comunicação social. Para os socialistas, “é evidente para o Povo Português que a informação está ao serviço do Partido Comunista”, recomendando ao MFA que faça um inquérito, caso disso tenha dúvidas. No entanto, os socialistas esclarecem que

não pretendem “encaixar pessoas do PS em órgãos de informação”. Pretendem, sim, que estes sejam independentes. E queixam-se do constante desfavorecimento de que são alvo nos jornais. Contraponto a estas afirmações, Sousa e Castro questiona a comitiva sobre se “além do *República*” haveria outro jornal independente. Mário Soares responde e argumenta que o *Jornal Novo* pretende fazer um jornalismo diferente, enquanto “todos os outros afinam, mais ou menos, pelo mesmo diapasão”, acrescentando que “por vezes, neles aparecem coisas de extremíssima esquerda”. “Todos os dias, em cada jornal, há uma batalha campal. Há um ambiente quase de terror nos jornais, como na rádio e a na TV”, conclui. Para o PS, o apartidarismo da imprensa seria alcançável, desde que “houvesse uma tomada pública do Conselho da Revolução frente aos assaltos à informação”. Mário Soares reafirma que o PS não fez assaltos à comunicação social, ao contrário do PCP que “entende (filosoficamente) que só eles se podem exprimir”.

Em relação ao *República*, o PS considera-o “um problema de teste: se o *República* não voltar a ser publicado, pensamos que qualquer coisa de grave se passa na vida portuguesa e pomos o problema da nossa participação no Governo”, exigindo uma solução rápida através da Lei de Imprensa, restituindo a empresa aos seus proprietários. Deixam uma ameaça: “Se o CR não tem de facto capacidade para respeitar a Lei de Imprensa, nós vamos arrastar o problema durante meses numa situação grave. Não podemos desistir, seríamos projectados pelas bases dada a indignação que vai no país inteiro (...). A cada dia que passa a situação agrava-se”. Interrupção algo provocatória do Almirante Pinheiro de Azevedo: “conclusão, os tipógrafos todos comunistas”. Ao que Soares responde que não, mas que no *República* haveria homens da UDP. Numa das vezes que se deslocara ao jornal, revela, em jeito de prova, os trabalhadores gritavam “morte ao Soares” e, depois, “morte ao Soares e morte ao Álvaro”. Perante os militares, Soares evitava, assim, imputar, directamente, culpas aos comunistas.

Mas como é que o PS explica o impacto sempre crescente do caso, junto da opinião pública? A interrogação vem de alguns conselheiros que insinuam estar o PS por detrás da evolução dos acontecimentos. “O PS escusava de tomar tanto calor”, lamenta, em tom moderado, o Presidente da República, General Costa Gomes, que, admitindo, embora, haver alguma razão do lado dos socialistas, acha que estes “se deixaram levar sentimentalmente” (acta CR 30/05/75).

Antes de terminar a reunião, os socialistas reiteram a ameaça de abandonar o Governo “se o caso da *República* não for resolvido”. No final da reunião, o compromisso é

materializado em comunicado do CR: o PS regressa ao Conselho de Ministros perante as garantias dos militares em resolver o caso. A pressão exercida pelo PS gera efeitos: os militares deixam transparecer o seu receio de agravamento da crise política.

A 4 de Junho, o CR autoriza o Major Arlindo do COPCON a retomar negociações entre a CCT e a administração e redacção, tendo como base o “regresso do jornal à situação de 19 de Maio” e a “não exigência de saneamentos por parte dos trabalhadores nem de despedimentos por parte da Administração” (Acta CR 4/06). Dois dias depois, chega a resolução do CR. Em comunicado, o CR delibera: reabertura do jornal, após pedido da administração; não admite saneamentos da Administração, Direcção e Conselho de Redacção; e não admite transferências de trabalhadores.

Perante a actuação do COPCON, e com o jornal entregue aos trabalhadores, o CR reúne novamente a 30 de Junho e decide colocar as partes em conflito – CCT, administração, direcção e jornalistas – a negociar novamente. Sousa e Castro é o escolhido para levar a cabo a nova ronda de negociações. Segundo este militar, durante a reunião “via-se claramente que eles não tinham intenção nenhuma de resolver o assunto” e que “era absolutamente claro que uns e outros jogavam no radicalismo para obter efeitos políticos” (Castro, 2009: 185). Vasco Lourenço garante que os militares tentaram evitar a situação, mas que “a certa altura foi impossível porque as posições se radicalizaram”. O impasse prolongava-se.

A 9 de Julho, com o novo *República* nas bancas, o PS demite-se do IV Governo Provisório. O CR reúne-se e “repudia” as afirmações de Soares em relação à situação na comunicação social (acta CR 09/07). Tentando encontrar uma solução para “as novas dificuldades surgidas” no *República*, os militares nomeiam uma Comissão Administrativa para o jornal.

Em comunicado do CR do dia 11 de Julho, e tentando “gerir a crise com a naturalidade possível” (Rezola, 2008: 189), os militares “lamentam” a atitude do PS em abandonar o Governo Provisório. Avaliam-na como “negativa em relação à marcha da revolução socialista” e acusam os socialistas de abrirem “campo de manobra para o desenvolvimento de acções contra-revolucionárias”. Aconselham o primeiro-ministro a preencher as vagas deixadas livres pelo abandono dos socialistas “com elementos válidos, competentes e patriotas que, colocando os interesses nacionais acima dos interesses ou simpatias partidárias, levem a bom termo, embora com sacrifício, a sua missão”. Terminando o comunicado, o CR reafirma, porém, a sua “confiança nos

militantes revolucionários do PS, que, por certo, continuarão a apoiar a Revolução Portuguesa”. O rompimento entre socialistas e o Conselho da Revolução estava consumado. E o caso *República* não mais voltaria às reuniões do CR.

4.2 Posição do COPCON

O COPCON, formado logo após o 25 de Abril, tinha amplos poderes e era concebido como um órgão militar executivo, mobilizador dos vários ramos das Forças Armadas e de rápida intervenção (Rezola, 2008: 85). Comandado desde o primeiro dia por Otelo Saraiva de Carvalho, e apesar de pertencer formalmente aos Estados-Maiores das Forças Armadas, acaba cedo por actuar de forma autónoma, “extrapolando largamente as funções militares que inicialmente lhe tinham sido atribuídas” (idem, ibidem: 87).

A actuação do COPCON no caso *República* não é surpreendente, tendo em conta as posições tidas pelo COPCON e por Otelo, próximas da esquerda revolucionária. O próprio esclarece, em entrevista, a sua posição em relação à actuação do COPCON e, especialmente, em relação ao caso:

“Ao formar o COPCON pretendi dar todo o cariz de um órgão ao serviço do MFA e ao serviço do povo português de características profundamente revolucionárias. E, para o cumprimento do programa do MFA, que esse órgão dispusesse de uma dinâmica tal que fosse realmente ao encontro das classes trabalhadoras e das classes mais desfavorecidas. E é nesse sentido que o COPCON tem actuado. Portanto, um lema por que se rege o COPCON é que, em princípio, os trabalhadores têm sempre razão. Portanto, ao examinar o caso *República* a frio, eu via de um lado 152 trabalhadores, tipógrafos, e do outro um grupo minoritário de redactores, directores, administração, etc. Portanto, alguma coisa, por aí, ia mal...” (apud Dil e Pina, 1975: 137).

Como evidencia Martins Guerreiro, “o COPCON actuava directamente no terreno” e, portanto, fazia prevalecer a sua vontade perante ordens de outros órgãos, como as do CR. Após o dia 18 de Junho, com o jornal entregue à CCT, graças à força do COPCON, o CR vê-se desautorizado e empurrado para uma contenda com o PS, “agravando-se o ambiente de tensão que se vive já nesse momento” (Rezola, 2008: 170). Martins Guerreiro justifica a situação: “Há uma divergência entre a análise que faz a maioria do CR e aquela que faz o Otelo e os homens do COPCON, que tinham tendência a dar

razão àqueles que, no terreno, eram os trabalhadores. (...) Combinamos uma coisa no CR, o Otelo concorda. Mas depois, no outro dia, o COPCON está a actuar de outra maneira. E não foi o único caso em que isso aconteceu. O Otelo ficava em minoria, mesmo não concordando com a decisão, ele aceitava. Mas depois, com os seus homens, trabalhavam naquela lógica espontânea e faziam de forma diferente”. Para Correia Jesuíno, “foi o Otelo quem furou as negociações” entre as partes, já que era quem personificava “o real poder militar” e “fazia aquilo que bem entendia”.

5. Consequências do caso *República*

O conflito no jornal *República* envolveu todas as entidades políticas e militares em confronto na primavera de 1975. Dados os seus contornos e a forma como se desenvolveu o caso, as suas consequências foram, sob alguns prismas, profundas.

5.1 Nas relações entre PS e PCP

As relações entre PS e PCP, desde o regime autoritário, até ao Verão revolucionário de 1975, passaram por diversas fases, por aproximações e por confrontos. Depois de vários pactos e desavenças entre o histórico PCP português e a ASP, e após a criação do PS em 1973, em plena ditadura, socialistas e comunistas aliaram-se para as eleições marcelistas desse ano “num clima de grande unidade” (Reis, 2005: 63). Em vésperas do 25 de Abril, PS e PCP agiam em conjunto, celebrando declarações comuns. Dias após a queda do regime, Mário Soares vai aguardar Álvaro Cunhal, o secretário-geral do PCP, ao aeroporto, regressado do exílio. Nas comemorações do 1º de Maio desfilam lado-a-lado. Nas negociações para a formação do I Governo, Mário Soares persuade Spínola a integrar Álvaro Cunhal e o PCP. A união seria, apenas, aparente. E pouco tempo duraria.

Ao PCP não lhe interessaria apostar numa aliança privilegiada com o PS. Os comunistas pretendiam antes “recuperar a prazo uma posição de controlo de um processo revolucionário que fora autonomamente desencadeado pelas Forças Armadas, à revelia da sua estratégia de levantamento nacional e insurreição popular armada” (idem, *ibidem*: 67). Os seus esforços, como a força de resistência ao antigo regime, não poderiam ser desperdiçados. O aliado estava escolhido e seria o MFA, “como garante de um processo revolucionário com condições para se ir radicalizando progressivamente” (idem, *ibidem*: 67).

Numa primeira fase, até ao 28 de Setembro, e face à necessidade de fazer frente aos avanços de Spínola, os dois partidos convergiram esforços no apoio ao MFA, mostrando-se empenhados na descolonização, no compromisso de eleições para a Assembleia Constituinte e contra o presidencialismo de Spínola (idem, *ibidem*: 68). Mas rapidamente os dois partidos se começaram a afastar, acumulando divergências ao

longo dos meses e posicionando-se em campos opostos. O “primeiro grande espinho”, como afirma Mário Soares, seria o MDP/CDE – partido aliado do PCP que aglutinara uma aliança inorgânica de correntes democráticas -, logo em Junho de 1974. Mário Soares defendia a extinção deste partido, enquanto Álvaro Cunhal lhe respondia que, para os comunistas, o MDP seria muito mais importante do que o PS (*apud* Avillez, 1996: 363). Esta seria apenas a primeira de várias desavenças entre os dois partidos, que se foram acumulando em quantidade e gravidade ao longo do processo revolucionário.

Após o 28 de Setembro, o PCP é catapultado como a “principal força mobilizadora das massas populares em defesa do MFA” (Reis, 2005: 69). Logo em Novembro, tornam-se públicas as divisões, com Álvaro Cunhal a acusar os socialistas de “tendências anticomunistas e divisionistas” (*idem, ibidem*: 70). Em Outubro, Mário Soares ainda admitia uma aliança entre PS e PCP. Mas em Dezembro do mesmo ano, para o líder dos socialistas, já não estaria “no horizonte político nacional qualquer possibilidade de um ‘programa comum’ de governo entre o PS e o PCP” (*idem, ibidem*: 70).

Um dos grandes confrontos entre PCP e PS prendeu-se com a chamada “questão sindical”. Os comunistas, defensores da unicidade sindical, chocam com os socialistas, que promovem “um contra-ataque em várias frentes” contra a aprovação do projecto de Lei (Rezola, 2008: 123). O PS, unindo-se ao PPD e ao CDS, acaba por sair derrotado quando a Lei é aprovada pelo Conselho de Ministros. São então abandonadas “quaisquer ilusões de unidade de esquerda com o PCP” (Reis, 2005: 72).

Com o 11 de Março, o contexto político-militar sofre novas alterações. É formado um novo Governo Provisório, o IV, que preconiza uma “viragem à esquerda” (Rezola, 2008: 136). Para Mário Soares, “a parte radical do MFA emergira à luz do dia e dominava tudo, de mão dada com os partidos da esquerda, sobretudo com o PCP” (Avillez, 1996: 419), mas acabaria por aceitar que o seu partido estivesse presente no executivo, apesar das “divergências de fundo”. O PCP, por sua vez, acusa o PS de continuar “a sua propaganda contra o nosso partido”.

Neste contexto, os socialistas sabiam que apenas as eleições trariam uma nova dinâmica ao processo revolucionário, e estas acabam por superar todas as suas expectativas (Reis, 2005: 74). Desde aí, o PCP e os seus aliados no MFA tentarão “desconhecer, minimizar, apagar, o resultado das constituintes” (Rosas, 2005: 228), continuando a invocar a “legitimidade revolucionária” para liderar o processo.

O 1º de Maio de 1975 surge como um novo catalisador do crescente antagonismo entre socialistas e comunistas. Para o PC, estes incidentes seriam a “primeira grande tentativa do PS para provocar rupturas nos próprios órgãos do poder”, considerando ainda que as feridas provocadas pela suposta acção do PS teriam sido “profundas no movimento popular e nas forças armadas” (Cunhal, 1976: 162). Actuando como “revelador das tensões entre os dois modelos e as duas estratégias”, o 1º de Maio constituiria, então, o “detonador da contra-ofensiva do PS e da necessidade de uma clarificação de posições no seio do Conselho da Revolução” (Reis, 2005: 75).

E é neste contexto que, no dia 19, surge o caso *República*. Em ruptura com os comunistas, o PS insere o conflito na ofensiva do PCP para a conquista do poder. Arons de Carvalho confirma que o caso *República* “agravou a cisão, mas não foi o único caso”, inserindo-se antes “num contexto de acesa disputa política entre duas correntes”, mas que acabaria por se tornar o “coroar das divergências”.

O PCP desvaloriza o caso *República*, tratando-o como mais um episódio da luta política levada a cabo pelo PS - um “partido da oposição, polarizando à sua volta forças reacionárias e conservadoras, incluindo grupos esquerdistas pseudo-revolucionários” (Dil e Pina, 1975: 58) - intensificada com o 11 de Março e a “operação divisionista” do 1º de Maio.

Ao abandonarem o Conselho de Ministros, “os socialistas pareciam dispostos não só a enfrentar o PCP como também a cortar com o ‘gonçalvismo’” (Rezola, 2008: 169). Apesar de contestadas pelo PCP e pela extrema esquerda, o PS convoca duas manifestações para os dias 18 e 19, no Porto e em Lisboa, onde pede publicamente a demissão de Vasco Gonçalves – consumando a ruptura com o gonçalvismo e o PCP (Reis, 2005: 77). As duas barricadas políticas estavam delineadas: “de um lado, o PS, em defesa das liberdades, do pluralismo e da democracia representativa de legitimação eleitoral, com o apoio do PPD, do CDS, do MRPP e da Igreja Católica. Do outro, órgãos dirigentes do MFA, com o apoio do PCP e de grupos esquerdistas, pugnando por uma revolução socialista escorada na legitimidade revolucionária” (idem, ibidem: 77).

5.2 Relação entre PS e os militares

Apesar de ocuparem legitimamente o epicentro político português, o MFA e os militares cedo se aliaram aos partidos políticos na construção da democracia portuguesa. Pactos e

negociações entre os militares e os partidos foram uma constante durante todo o processo revolucionário. Mas, segundo Medeiros Ferreira, “muitos foram os conflitos entre o MFA e os partidos políticos, em termos de concepção do tipo de regime a estabelecer em Portugal” (1992: 321). Dado o impacto do caso *República* na vivência entre socialistas e os membros do Conselho da Revolução e do MFA, é de extrema importância perceber como o conflito alterou a dinâmica entre militares e os membros do PS – e as suas consequências na acção de cada uma das partes.

Para Medeiros Ferreira, numa primeira fase da revolução, o MFA entra na cena política como centro de decisão autónomo e parceiro de Governo, paralelamente a António de Spínola, enquanto Chefe de Estado (Ferreira, 1983: 72). Estas duas figuras acabariam por disputar o poder até ao 28 de Setembro de 1974, sob o olhar e as tentativas dos partidos em criarem relações privilegiadas com os militares. Segundo esta perspectiva, partilhada também por Sanchez Cervelló, os militares teriam chamado a si o papel de “motor da revolução”.

Medeiros Ferreira admite, no entanto, que o MFA compreendeu, logo após o 25 de Abril, que a presença dos partidos políticos era importante para a instauração da democracia portuguesa (1983: 88). Militares e partidos uniram-se, portanto, na condução do processo político – mas não sem “muitos atritos, e alguns fortes, (...) em termos da concepção do tipo de regime a estabelecer em Portugal” (Ferreira, 1983: 89).

A este respeito, António Reis estima que “a articulação entre as componentes civis e militares durante o processo revolucionário não pode ser vista em termos de obediente subordinação de umas às outras. Nem as componentes civis vão a reboque das componentes militares, nem estas se limitam a executar as opções estratégicas daquelas” (1995: 572). Mas, apesar de existir uma “margem de autonomia recíproca”, também se gerou “um sistema de mútua dependência entre as diferentes componentes militares e as suas correspondentes civis” (Reis, 1995: 572). Esta autonomia ou mútua dependência varia conforme o momento vivido no processo. Depois do papel primordial assumido pelos militares até ao 28 de Setembro (muito devido à descolonização), o PCP e parte do MFA apostam numa relação próxima entre si – colocando em jogo “a questão ideológica da definição do modelo de sociedade” (idem, *ibidem*: 572). Contrariando Medeiros Ferreira, que considera a instituição militar “o pensamento estratégico da Revolução” (Medeiros Ferreira apud Reis, 1995: 573), António Reis afirma que o poder militar surgiu fragmentado em diversos centros de poder e facções políticas, vulnerável

às influências ideológicas dos agentes civis (Reis, 1995: 573). Portanto, consideramos que, após o 28 de Setembro, a dinâmica entre militares e partidos políticos se pautou por influências e desacordos mútuos, tendo-se criado diferentes facções político-militares.

Com o andamento do processo, e apesar da institucionalização do poder militar, a questão ideológica em relação ao tipo de sociedade vai “facilitar a permeabilidade do MFA à influência dos partidos políticos” (Reis, 1995: 567). A crescente sincronia entre o PCP e a ala gonçalvista do MFA, que impulsionava reformas profundas como as nacionalizações e a Reforma Agrária, acabaria por incentivar ainda a assinatura de um pré-acordo institucional, que garantia um “acordo entre os partidos democráticos e o MFA acerca das linhas gerais da Constituição e da política do futuro” (Cunhal apud Rezola, 2008: 149). O processo de assinatura da Plataforma de Acordo Constitucional é acelerado com o 11 de Março e acaba por ser aceite por todos os partidos, para que possa ser garantida a realização de eleições (Rezola, 2008: 152). Formaliza-se assim, segundo Maria Inácia Rezola, uma “proposta de instituição de regime de dominante militar ou dele bastante próximo”, com o CR a ocupar o lugar máximo da nova estrutura política, dispondo de amplos poderes sobre o Presidente da República e sobre o Governo (idem, ibidem: 158).

No entanto, com o resultado das eleições inicia-se uma nova fase das relações entre os partidos e os militares e, especialmente, entre o PS – o claro vencedor das eleições – e os militares. Elementos do CR e do MFA continuariam a declarar que o MFA era o motor da revolução, relativizando o resultado das eleições. “Os mais altos responsáveis do MFA colocavam, por agora, de lado a hipótese de proceder a qualquer alteração governamental que reflectisse o resultado eleitoral”, prevalecendo a legitimidade revolucionária sobre a legitimidade eleitoral (idem, ibidem: 162).

Num primeiro momento, o PS acatará as condições firmadas pelos militares, sem exigir ganhos políticos com a vitória nas eleições. Mas a mudança de atitude não tardará.

O caso *República* surge neste contexto. Em pleno conflito, o PS jogava todos os seus trunfos, rompendo definitivamente com o poder militar que, por sua vez, o acusava de especular no sentido de atingir fins meramente partidários. Nos dias 18 e 19 de Julho já se gritava, nas manifestações organizadas pelo PS no Porto e em Lisboa, “O Povo já não está com o MFA” (Reis, 2005: 77).

Como considera José Rebelo, o caso significou a “declaração de guerra do PS aos militares”, pondo em causa os seus objectivos democráticos (1994: 101). Freitas do

Amaral concluiria igualmente que o caso teria servido “de mola real à entrada do PS em luta aberta contra o PCP e os seus representantes no Conselho da Revolução” (1996: 385).

Vasco Lourenço confirma que o caso *República* foi “muito importante na luta política”, embora, para o CR, não constituísse o “assunto principal”. Sousa e Castro justifica esta visão argumentando que os militares sabiam que a questão era “mais um instrumento de luta política do que outra coisa”. Na sua opinião, as medidas do PS estavam “completamente desajustadas à gravidade do problema”. “O que aterrorizava o PS”, prossegue Sousa e Castro, “não era o caso *República*, mas sim outros processos políticos que se estavam a desencadear”. Para Martins Guerreiro, o caso “não abonava muito a favor do PS”, já que os militares logo se aperceberam de que “os argumentos não eram honestos” e que havia “uma deturpação da verdade” por parte do PS, que utilizava “o caso *República* na sua luta pelo acesso ao poder”. Após as eleições, conclui o mesmo antigo membro do CR, “o PS, em termos de lógica do poder, tentou fazer reflectir o seu peso eleitoral na máquina do Estado e no desenvolvimento do processo político português [utilizando] todas as possibilidades ao seu alcance para o conseguir”.

5.3 Nas relações entre militares

O PS continuaria a apontar baterias contra a hegemonia do PCP no contexto político-militar, atacando publicamente o primeiro-ministro Vasco Gonçalves e o poder militar no seu todo. Apenas no Verão de 75 seriam públicas estas diferenças entre militares embora, talvez pela preocupação de salvaguardar a unidade do MFA “em torno de Melo Antunes”, o grupo militar mais moderado evitasse demarcar-se claramente das “posições vanguardistas revolucionárias do sector afecto a Vasco Gonçalves (...) alinhando mesmo numa posição crítica em relação à tendência ‘social-democrática’ do PS” (Reis, 1995: 568).

Mas teria o caso *República* ajudado a provocar a ruptura entre os militares do CR?

Para Sousa e Castro, o caso *República* “não era um assunto que dividisse os militares no CR”. Vasco Lourenço e Martins Guerreiro certificam esta opinião. De acordo com o primeiro, “não se radicalizaram posições; havia posições diversas, mas o caso *República* no seio dos militares não constituiu um factor de cisão”. Para o segundo, “entre os militares não houve dificuldades”, apesar “da diferença entre as actuações do COPCON

e a análise política feita no CR”. Os três reiteram que, naquela altura, as facções que se viriam a manifestar mais tarde, em pleno Verão de 75 - uma facção mais moderada, o Grupo dos 9; uma facção gonzalvista, constituída por militares afectos ao PCP; e a ala da esquerda revolucionária, personificada em Otelo - ainda não existiam. Por isso, observa Sousa e Castro, “era demasiado cedo para o caso *República* ter alguma influência no CR”. “O caso *República*”, insiste, “não mexe rigorosamente nada com o que se passa no CR” cujas posições, confirma Martins Guerreiro, eram favoráveis à entrega do jornal à administração.

Apesar de ser pacífico no CR que o problema se deveria solucionar com a entrega do jornal aos seus legítimos donos, a ocupação levada a cabo pelos trabalhadores, sob a protecção do COPCON, cria uma nova situação já que o CR se vê incapaz de impor a execução das suas ordens.

“Há sensibilidades diferentes, o Otelo tem aquelas interpretações basistas...”, sintetiza Martins Guerreiro. Para Vasco Lourenço, “as discussões com o Otelo” passaram a ser “mais que muitas”, tendo a actuação do COPCON funcionado como “mais um factor de divisão dentro do MFA”.

A desobediência do COPCON, e o conseqüente mal-estar no interior do CR, ter-se-á reflectido nas decisões do CR, em Julho de 1975, determinando a “reactivação das Forças Militarizadas, tendo em vista a resolução dos ‘problemas correntes de ordem’ com que o Governo se defrontava, reservando o COPCON para casos excepcionais” (Rezola, 2006: 221). Esta tentativa de reduzir o peso do COPCON, espelharia as divisões cada vez mais profundas entre os militares.

5.4 No Governo e na posição de Vasco Gonçalves

No dia 19 de Maio, o IV Governo Provisório é apanhado de surpresa perante a situação no *República*. Composto por PS, PPD, PCP, MDP/CDE, ex-MES, militares e independentes, é o terceiro executivo liderado pelo General Vasco Gonçalves. Em relação aos anteriores, nota-se uma nova correlação de forças na sua composição: a representação militar desce (de 47% para 38% dos lugares), e são beneficiados os partidos à esquerda do PS – o PCP, MDP/CDE e ex-MES -, que detêm 5 dos 21 cargos, contra 2 dos socialistas (Rezola, 2008: 136). Ainda segundo Maria Inácia Rezola, são incluídos no executivo vários nomes independentes ligados à área comunista (ibidem:

136). No entanto, o PS aceitara fazer parte do governo, “não obstante certas divergências de fundo” (idem, ibidem: 137), que tomaria posse depois do 11 de Março, a 26 do mesmo mês.

O caso *República* seria um teste de fogo à actuação do ministro da Comunicação Social, Correia Jesuíno. O ministro, que se dirigira no dia 19 às instalações do *República* para tentar resolver a situação, acaba por não conseguir mediar um acordo entre as partes – e o *República* é fechado. Correia Jesuíno considera que “havia, de facto, uma pressão muito grande” por parte do PS em relação ao caso e que os socialistas, tirando partido dele, “provocaram o descrédito do próprio Governo”. Mais tarde, já após a intervenção do COPCON, a situação seria de descontrolo: “o Governo não tinha força sobre os militares, sobre o poder real militar que era o Oteló”, acrescenta Correia Jesuíno. Segundo a versão do antigo ministro, o Governo estava contra a entrega do jornal aos trabalhadores, e “era preciso força que não tínhamos”. Como consequência, Correia Jesuíno refere que pensou demitir-se.

A posição de Vasco Gonçalves em relação à resolução do caso seria coincidente com a de Correia Jesuíno e, de resto, com a do CR. Para o primeiro-ministro, a situação teria sido provocada pelos socialistas ao “introduzirem elementos provocadores e agitadores em áreas e postos politicamente sensíveis, [servindo] de pretexto para manobras políticas demagógicas e enganadoras da opinião pública” (Gonçalves, 2002). Mas, apesar de censurar fortemente a actuação do PS, frisa que sempre foi do seu “entendimento, e do CR, que, apaziguada a situação, o jornal fosse entregue aos seus legítimos proprietários e administradores” (Vasco Gonçalves, 2002). O que confirma as versões dos militares por nós entrevistados. Martins Guerreiro esclarece: “a posição de Vasco Gonçalves no caso *República* é uma posição clara: o *República* é para ser entregue à administração, aos jornalistas e aos proprietários. É do PS”. O primeiro-ministro, acrescenta, não se teria sentido apoiado, tendo o caso *República* ajudado a enfraquecer a sua posição e a do Governo.

Mas, apesar de Vasco Gonçalves ser, no caso *República*, favorável à administração e redacção do jornal, o crescendo da radicalização e do fosso entre as duas legitimidades – eleitoral e revolucionária - era uma realidade. Como lembra Sousa e Castro, em vésperas do caso *República*, no dia 17 de Maio, em visita à Sorefame, o primeiro-ministro afirmaria que “só há duas posições, ou estamos na revolução ou estamos na

contra-revolução. [...] Não há meio caminho nesta tarefa em que nos metemos e que põe a nossa própria vida, o nosso futuro, em jogo.” (Castro, 2009: 185).

As movimentações políticas do PS contra o PCP e a facção gonçalvista do MFA – muito impulsionadas pelo conflito no *República* -, levariam a que os socialistas acabassem por reclamar publicamente, já em Julho, a demissão de Vasco Gonçalves do cargo de primeiro-ministro. O declínio das posições gonçalvistas inicia-se a nesta altura, e termina com a substituição de Vasco Gonçalves pelo almirante Pinheiro de Azevedo.

Conclusão

Em perspectiva, e analisando-o pelos diferentes ângulos, o caso *República* teve, de facto, uma importância decisiva no decorrer do processo revolucionário de 1975. Relativa, conforme o foco, mas efectiva partindo de todos eles. Cingindo-nos aos ângulos estudados neste trabalho – o contexto político-militar – podemos afirmar que o conflito no jornal foi um dos pontos de viragem do processo que culminaria a 25 de Novembro de 1975.

Instrumento vital para o PS, o caso *República* seria o seu trunfo para a entrada em ruptura com o PCP e com o MFA, fazendo assim vingar a, por si proclamada, legitimidade eleitoral em detrimento da legitimidade revolucionária, reclamada à sua esquerda.

Neste estudo, chegamos à conclusão de que as acusações do PS, responsabilizando os comunistas, não correspondem à realidade dos factos. Os comunistas negam, desde o primeiro dia, qualquer responsabilidade na evolução do conflito. Uma versão que é corroborada por todos os militares entrevistados, integrantes do CR, assim como por Isabel do Carmo, dirigente do PRP-BR. Esta, confirma que, apesar de os trabalhadores do *República* terem, de início, agido apartidariamente, foram, num segundo tempo, acompanhados de perto pelo seu partido, conotado com a esquerda revolucionária. A extrema-esquerda terá tido, pois, uma acção maior e mais influente do que o PCP, relutante, aliás, segundo o testemunho de Carlos Antunes, em apoiar a luta dos trabalhadores.

A questão da luta dos trabalhadores é relevante para a tomada de decisão dos actores políticos. Seguindo as pistas que trilhamos, apesar de o PCP não ter tido uma acção prática ou influente na conduta dos trabalhadores, recusar o seu envolvimento ou censurar a sua actividade, perante os valores de então, constituiria uma “traição à classe trabalhadora”, caminho que, naturalmente, o PCP não poderia seguir. Por outro lado, a luta dos trabalhadores coincide com o período áureo do COPCON, comandado por Otelo Saraiva de Carvalho, que, no terreno, apoiava, sem excepção, a luta dos operários contra as “forças burguesas” – epíteto aplicado à redacção e administração do *República*. O COPCON, dada a sua proximidade a partidos da esquerda revolucionária como o PRP-BR, fica do lado da CCT, contra as determinações do CR – favoráveis ao PS e à administração do jornal.

Perante a ameaça da abertura de uma enorme crise política, o CR estaria pronto a acatar os pedidos do PS. Otelo seria a voz discordante, entregando o jornal aos trabalhadores, através do COPCON. Demonstra-se, assim, claramente, a dissonância entre Otelo e os restantes elementos do CR.

Dissonância que, no entanto, pouco efeito tem na estratégia socialista. Nas suas intervenções públicas, o PS não estabelece diferenças entre militares. Coloca-os todos do mesmo lado. E constrói uma representação de aparelho militar homogéneo, coerente, como se estivessem movidos pelos mesmos objectivos.

Depois de consumir publicamente o rompimento com os comunistas, o PS rompe com os militares e abandona o IV Governo Provisório. Sempre a pretexto do caso *República*. A determinação do PS em contestar globalmente o poder militar e em associá-lo ao PCP terá tido, de certa forma, alguma influência nas movimentações seguintes dos próprios militares. Em Agosto de 1975, já o chamado “Grupo dos 9”, tornava pública a sua discordância com as facções gonçalvistas e otelistas do CR. O caso *República*, ajudando à radicalização do discurso do PS e acelerando o ritmo de confrontação política, terá determinado a facção moderada a romper com quaisquer tentativas de unidade militar e a decidir avançar contra as outras duas facções.

Sublinhe-se, ainda, a posição de Vasco Gonçalves. O primeiro-ministro concordava com a entrega do jornal à administração – talvez por prudência ou receio das consequências – e alinhava com os militares do CR que também defendiam tal solução. O que não impediu o ataque cerrado de que sempre foi objecto por parte dos socialistas. Embora ofuscado por outros acontecimentos – dos tantos que ocorreram durante aqueles meses -, o caso *República* revela-se fulcral na actuação dos socialistas. E, sendo um dos principais actores políticos da altura, a actuação do PS acabaria por influenciar a actuação de todas as outras forças políticas e militares. Apesar de minimizado pelos militares que entrevistámos, o caso *República* contribuiu, decisivamente, para o desfecho do processo revolucionário.

Bibliografia

- Agee, Warren K. e Néilson Traquina (1984), *O quarto poder frustrado: os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário*, Lisboa, Vega
- Amaral, Diogo Freitas do (1996), *O antigo regime e a revolução*, Venda Nova, Bertrand
- Amaral, Virgílio e Susana Pereira (2012), “O caso *República* e a retórica nos discursos políticos: um estudo descritivo”, em *Oficina do CES*, 387
- Antunes, Carlos (1999), em *Histórias do PREC*, TSF [registo áudio]
- Antunes, Melo (2004), *Melo Antunes: o sonhador pragmático*, Lisboa, Círculo de Leitores
- Avillez, Maria João (1996), *Soares*, vol. 1, Lisboa, Público
- Cádima, Francisco Rui (2001), “Os ‘media’ na revolução (1974/1976)”, em Brito, J. M. Brandão de (org.), *O País em Revolução*, Lisboa, Notícias
- Castro, Rodrigo Sousa e (2009), *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*, Lisboa, Guerra & Paz
- Conselho de Imprensa (1979), *A imprensa escrita em Portugal: Abril 1974 – Julho 1976*, Lisboa, Conselho de Imprensa
- Costa, Francisco S. e António P. Rodrigues (1975), *O "caso República"*, Lisboa, A Tipográfica
- Cunhal, Álvaro (1976), *A revolução portuguesa: o passado e o futuro*, Lisboa, Edições Avante
- Dil, Fernando e Carlos Pina (1975), *Operação República*, Edições Terceiro Mundo
- Ferreira, José Medeiros (1983), *Ensaio histórico sobre a Revolução do 25 de Abril : o período pré-constitucional*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda
- Ferreira, José Medeiros (1992), *O comportamento político dos militares : forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Estampa
- Gomes, Francisco Costa (1979), *Sobre Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo
- Gonçalves, Vasco (2002), *Um General na Revolução*, Lisboa, Notícias
- Graham, Lawrence S. e Douglas L. Wheeler (1983), *In search of modern Portugal*, Paris, The University of Wisconsin Press
- Hallin, Daniel C. e Paolo Mancini (2004), *Comparing Media Systems*, Cambridge, Cambridge University Press
- Lança, Isabel Babo (2006), *A configuração dos acontecimentos públicos: o “Caso República” e as manifestações dos Açores em 1975*, Coimbra, MinervaCoimbra

- Lourenço, Vasco (2009), *Do Interior da Revolução*, Âncora Editora
- Maxwell, Kenneth et al (1983), *The press and the rebirth of Iberian democracy*, Westport, Greenwood Press
- Merz, Friedhelm e Victor Cunha Rego (1976), *Liberdade para Portugal*, Lisboa, Bertrand
- Mesquita, Mário (1987), “O caso *República* ou o símbolo destruído”, em Abreu, Dinis de (dir.), *Cadernos de Imprensa*, 1
- Mesquita, Mário (1988), “Estratégias liberais e dirigistas na Comunicação Social de 1974-1975”, em *Revista de Comunicação e Linguagens*, 8, p. 85-114
- Mesquita Mário (1994), “O caso *República*: um incidente crítico”, em Torgal, Luís Reis (dir.), *Revista de História das Ideias*, 16, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias
- Mesquita, Mário (2003), *O Quarto Equívoco*, Coimbra, MinervaCoimbra
- Pimlott, Ben e Jean Seaton (1983), “Political Power and the Portuguese Media”, em Graham, Lawrence S. e Douglas L. Wheeler, *In Search of Modern Portugal*, Paris, The University of Wisconsin Press
- Pinto, António Costa (1999), “Enfrentando o legado autoritário da transição para a democracia (1974-1976)”, em Brito, J. M. de Brandão de (orgs.), *O País em Revolução*, Lisboa, Notícias
- Rebelo, José (1994), “Da legitimidade revolucionária à legitimidade democrática: o «caso *República*»”, em Mesquita, Mário e José Rebelo (orgs.), *O 25 de Abril nos media internacionais*, Porto, Afrontamento
- Reis, António (1994), *Portugal 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores
- Reis, António (1995), “A dialéctica entre as componentes militar e civil no processo revolucionário do 25 de Abril”, em *Revista de História das Ideias*, 17, p. 561-573
- Reis, António (2005), “O Partido Socialista na revolução”, em Canas, Vitalino (orgs.), *O Partido Socialista e a Democracia*, Oeiras, Celta Editora
- Reis, António (2005a), “O Partido Socialistas na revolução, no poder e na oposição”, em Canas, Vitalino (orgs.), *O Partido Socialista e a Democracia*, Oeiras, Celta Editora
- Rezola, Maria Inácia (2008), *25 de Abril: mitos de uma revolução*, Lisboa, A Esfera dos Livros
- Rezola, Maria Inácia (2006), *Os militares na Revolução de Abril*, Lisboa, Campo da Comunicação
- Rosas, Fernando (2005), “A revolução portuguesa de 1974/75”, em Martins, Fernando e Pedro Aires Oliveira (org.), *As Revoluções Contemporâneas*, Lisboa, Edições Colibri

Seaton, Jean e Ben Pimlott (1983), “The Portuguese Media in Transition”, em Maxwell, Kenneth, *The Press and the rebirth of Iberian Democracy*, Westport, Greenwood Press

Serrano, Estrela (2006), *Jornalismo Político em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri

Soares, Mário (1976), *Portugal: Que Revolução?*, Lisboa, Perspectivas & Realidades

Anexos

I – Entrevista a Fernando Cascais

Realizada a 10 de Dezembro de 2012, Lisboa

- Antes de deixar a redacção do *República*, já previa que um conflito grave entre os trabalhadores e a redacção pudesse acontecer?

Todos nós prevíamos que ia acontecer qualquer coisa lá no jornal. E de facto todos nós estávamos muito insatisfeitos com o que se passava ali. Começaram a haver alguns problemas algumas semanas após o 25 de Abril. Estavam lá o Raúl Rêgo, o Vítor Direito, e gradualmente, pouco a pouco, eles começaram a fazer uma determinada selecção da informação disponível, da informação do dia, que começou a causar algum desconforto em muita gente da redacção. No fundo quem na altura se revelou como proprietários do jornal foram pessoas próximas e afectas ao aparelho do PS. O jornal começou a ter uma linha editorial que se afastou da cobertura de tudo aquilo que se passava para pôr em evidência muito mais ou os acontecimentos, ou as posições, que o PS e a direcção do PS tinham sobre a situação. E começaram a haver discussões dentro da redacção: “mas porque é que a manchete é aquela?”, “porque é que se dá relevo àquela matéria?”, “porque é que um acontecimento qualquer - que as pessoas consideravam importante - ia para uma página qualquer dentro do jornal?”. Começaram a haver muitas discussões dentro da redacção. Começou a tornar-se evidente que de facto havia uma ala ligada ao PS e que qualquer outra argumentação em relação aos acontecimentos não era viável porque em primeiro estavam os interesses do PS. Os tipógrafos estavam mesmo ao lado da redacção. Havia uma separação, mas estavam mesmo ao lado. Todas as discussões que se passavam na redacção eram ouvidas. As discussões eram acompanhadas pelos tipógrafos que trabalhavam connosco. Nós trabalhávamos com eles, íamos lá para paginar, etc. Havia uma grande inter-relação todos os dias com a tipografia, estávamos ali ao lado uns dos outros. Portanto, começou a avolumar-se na tipografia que o jornal estava a desviar-se daquilo que era antes do 25 de Abril. Aquilo que as pessoas queriam era que o jornal continuasse a ser aquilo que era, e que não estivesse ligado a uma determinada linha partidária. A outra coisa que aconteceu foi que a própria direcção do jornal reparou de repente que a maioria da redacção não concordava com aquela linha – eram comunistas, ou outra coisa -, não eram PS. E, portanto, havia de um lado os tipógrafos cada vez mais interventivos, que partiam logo para a discussão, e por outro lado havia uma redacção que maioritariamente não estava de acordo com aquilo que se estava a passar. Entretanto, começam a entrar novos jornalistas para a redacção. Essas pessoas eram admitidas pela direcção, eram afectas ao PS e começaram a equilibrar as forças na redacção (entre uma dúzia e uma dezena). Houve um outro equilíbrio dentro da redacção. E depois o jornal era cada vez mais feito pelas pessoas em quem a direcção tinha confiança e os outros eram um bocado afastados. Tudo isto se foi avolumando. Então a tipografia... Na tipografia e em alguns sectores administrativos. Aquilo era um barril de pólvora. Eram as hostilidades entre a própria redacção (éramos o inimigo dentro da redacção) e era a tipografia cada vez a refilar mais e a entrar pela redacção a protestar – “mas o que é isto?”. Eles estavam mesmo ali ao lado. A situação foi-se tornando cada vez mais insuportável. Cada vez nos custava mais estar ali dentro e gradualmente fomos saindo. Eu saí e fui para a ANOP. Quando saímos, tememos que os tipógrafos iam “ficar entregues aos bichos”.

- Os tipógrafos sentiram-se isolados?

Sim, sentiram-se isolados. E alguns até estavam aborrecidos por nós sairmos. A partir de Maio confluíram outras coisas: a revolta dos tipógrafos, que viram que não estava ninguém na redacção para defender o jornal, o jornal que agora era perfeitamente alinhado com o PS, e depois o ambiente cá fora. O conflito do *República* foi utilizado politicamente cá fora. O que se passou era impensável segundo os cânones democráticos do jornalismo. E claro que isto teve um grande impacto lá fora. Eu lembro-me de ter falado com um ou dois tipógrafos com quem me dava mais e de lhes ter dito para não fazerem nenhum disparate. Disse-lhes, “vocês são tipógrafos, componham aquilo que vos mandarem”. Eles tinham a ideia que tinham de intervir, que tinham alguma coisa a dizer sobre o conteúdo do jornal e que não podiam ficar apenas como simples operários. E portanto, lembro-me de ter apelado a que tivessem calma e que não

fizessem nada – que foi aquilo que acabou por acontecer. Porque era um jornal e houve logo aproveitamento político. Passou lá para fora, e escandalizaram-se os meios ligados à imprensa.

- Quem provocou o conflito? Acha que os tipógrafos agiram sozinhos ou que houve alguma influência do PCP ou de outros partidos?

Na tipografia havia uma grande mistura partidária. Era o jogo político da altura. Ao PS convinha dizerem que as pessoas eram do PCP, mesmo que fossem dos mais variados partidos.

- Mas concorda com a versão do PS? Foram os comunistas os responsáveis?

Não. O PCP não teve nada a ver com o assunto. Havia lá pessoas afectas ao PCP. Eles limitaram-se a protestar contra a linha editorial do jornal. Eram os ideais românticos de esquerda, mas que não tinham a ver com partido nenhum. Eles foram contratados para um jornal que de repente mudou sem ninguém lhes dizer nada, e disseram-lhes: “afinal isto é nosso e por isso nos é que mandamos, não interessa o que se passa lá fora, interessa o que pensamos nós como partido”. Foi contra isso que as pessoas se revoltaram, independentemente do partido A ou B. Lá fora, houve um bom aproveitamento, muito bem feito. O PCP deixou-se arrastar naquilo. Apanhou com as culpas todas de uma coisa com a qual não teve nada a ver, como partido. Foi um disparate. Eles deviam dado um murro na mesa e ter dito que não tinham nada a ver com aquilo. A classe operária era muito importante. Quando metia a classe operária, “alto que a classe operária é que tem a prioridade no nosso pensamento”. Julgo que o PCP ao ver aquela situação toda não quis ter ficado contra o que se estava a passar – na medida em que ficava contra os operários. Resolveu praticamente ignorar o assunto. Ignorou o assunto mas deixou que o partido adversário na altura tirasse todo o partido possível, nacional e internacionalmente, daquela situação, que acusava o PCP. Acho que o PCP deixou-se ficar como se fosse um silêncio quase cúmplice do que se estava a passar. Foi um erro. O PCP devia ter dito que não tinha nada a ver com o assunto. Devia ter denunciado a mudança de linha editorial. Podia ter contado muitas coisas que lá se passaram. Podia ter contado coisas que demonstravam a forma como o jornal estava a ser usado partidariamente. E foi isso que gerou tudo aquilo. Foi a mudança de linha editorial do jornal.

- Álvaro Guerra chegaria a afirmar que “o PC, nessa altura, em certos casos era o motor e noutros andava a reboque”. Neste caso, o PC foi o motor ou foi a reboque da extrema-esquerda?

O PCP e as pessoas ligadas ao PCP, tanto na redacção como na tipografia (que havia algumas), não tiveram uma acção organizada relativamente àquilo. Limitaram-se a protestar, como os outros estavam a protestar, contra o que se estava a passar no jornal. Agora, se havia pessoas... É evidente. Havia pessoas ligadas a outros partidos da extrema-esquerda, nomeadamente na tipografia. Havia. O Álvaro Guerra deverá ter razão numa coisa: esses tiveram um papel mais ativo nos acontecimentos que os do PCP não tiveram. Na tipografia nunca houve uma maioria do PCP.

- Então os tipógrafos actuaram independentemente de partidos, guiados apenas pela vontade de alterar a situação no jornal?

Sim, sim. Não teve nada a ver com partidos. Foi aquilo tudo junto e resultou em tudo isso. Era o tal barril de pólvora e o rastilho foi-se queimando, queimando.

- E em relação à actuação dos militares? Acha que foram um bom mediador do conflito?

A questão dos militares é posterior. A ideia que eu tenho é de que os militares, por muito boa vontade, naquela altura eram uma espécie de bombeiros. O facto é que os militares levaram com aquilo em cima e andaram sem saber o que fazer. Penso que a ideia seria acalmar politicamente lá fora. E penso que, mais tarde, o objectivo seria entregar o jornal à administração. A forma como o fizeram é que veio gerar confusão.

- O PS afirmava, na altura, que o *República* era a única voz livre na imprensa portuguesa. Acha que a tomada de posição dos socialistas foi uma tentativa de confrontar o PCP?

O PS nessa altura foi uma força que se opôs àquilo que eles consideravam ser o domínio do PC no aparelho de Estado, nos militares, etc. De facto o PC tinha presença de simpatizantes ou militantes em várias áreas, mas não quer dizer que mandasse. Mas tinha uma presença importante na sociedade e nas instituições naquela altura. Tudo servia ao PS para utilizar como arma contra o PCP. O caso *República* foi

uma prenda dada ao Mário Soares, foi ótimo. E muito bem aproveitada. Perante a apatia do PC. Que nem terá tido a consciência do trunfo que o PS tinha na mão com o caso *República*. Nem se apercebeu. Mas isto estava tudo inserido naquele ciclo de combate político.

- Acha que o caso poderá ter tido alguma influência no que passou a seguir no processo revolucionário?

O caso cá chocou muita gente. Esta discussão dos tipógrafos tomarem conta do jornal e retirarem os proprietários do jornal. Houve muita gente que ficou muito chocada com isto. Havia aproveitamentos políticos de tudo e mais alguma coisa. Mas isto era uma questão de conteúdos, de orientação. Se um partido tiver um jornal e dirigir a sua orientação, aí ninguém pode fazer nada. Posso é não ler o jornal. Quem gostar que o leia. O problema nunca foi o PS ter assumido o controlo do jornal. O problema foi a transição – o que era e o que passou a ser, em muito pouco tempo. Antes do 25 de Abril não era evidente quem eram os donos do jornal. Não havia uma definição de quem era a propriedade. Só depois, e de uma forma muito abrupta e um pouco autoritária, é que os donos apareceram. O que é grave é que a história revista continua a dizer que aquilo foi uma luta pela liberdade de imprensa contra uma tentativa do PC de usurpação. Não foi isso que aconteceu.

II - Entrevista a Vasco Lourenço

Realizada a 8 de Janeiro de 2013, Lisboa

- Quais foram as posições que se alinharam no seio do Conselho da Revolução em relação ao Caso *República*?

Fundamentalmente foi uma posição de tentar evitar o fecho da *República*. De, em grande medida, apoiar os trabalhadores. Mas ao mesmo tempo, não deixar resvalar para situações radicais e demagógicas. Como “os trabalhadores têm sempre razão”, como na altura havia quem tivesse essas posições. Tentar encontrar um denominador comum que evitasse o que acabou por se passar. Nós, inclusivamente, participamos em reuniões onde esteve a Comissão de Trabalhadores e a administração da *República*, representantes do COPCON e representantes do Conselho da Revolução para coordenar a reunião. As posições entre a administração e a Comissão de Trabalhadores já estavam bastante radicalizadas e foi quase impossível chegar a um consenso para tentar evitar a deriva do jornal.

- Mas houve cisões no seio do Conselho da Revolução?

Acho que não. Acho que cisão não. Não se radicalizaram posições. Havia posições diversas, mas o caso *República* no seio dos militares não constituiu um factor de cisão como se passou na sociedade civil. No Conselho da Revolução tentamos pô-los a falar uns com os outros e chegamos à conclusão de que, de facto, de parte a parte havia posições erradas, havia atitudes erradas, e por isso, não apoiamos nenhuma das posições. Claro que influenciou as posições que os militares tinham em relação ao processo, mas não foi factor de divisão forte dentro do Conselho da Revolução.

- Foram unânimes as decisões em relação ao caso?

Provavelmente as decisões foram maioritárias, consensuais. Ter-se-á votado mesmo, e portanto unanimidade não creio. Era raro haver unanimidade naquela altura no Conselho da Revolução. Não acredito que aqui tivesse havido unanimidade.

- Como é que o Conselho da Revolução encarou o papel de moderador que assumiu?

A certa altura a situação agravou-se com a Comissão de Trabalhadores a querer assumir a direcção do jornal. O *República* era, na altura, quase o único jornal de uma área menos de esquerda. Era da área do PS e para a direita não havia... O *Século* e o *DN* já estavam claramente a ser tomados pela área do PCP. Havia o *Diário de Lisboa* que era da área do MDP/CDE, e portanto mais próximo do PCP do que do PS. O *República* já vinha da oposição ao regime, mas era um jornal que tinha uma posição da área do PS. Quando ele é atacado e dominado pela área da extrema-esquerda com nuances da área do PCP, deparámo-

nos com a situação e tentamos intervir. Mas o caso *República* não era a única situação complicada que havia na altura. A *República* era um caso. Todos os dias havia problemas e complicados para resolver. O caso *República* ajudou a complicar a situação. Acho que o PS explorou extraordinariamente bem o problema do caso *República* para atacar o PCP, que, na minha opinião, neste caso foi mais vítima do que réu. Acho que no caso *República*, nomeadamente o Mário Soares, sabendo que não era bem assim, que aquilo não era uma acção do PCP, explorou aquilo muito bem. Quem perde grandemente em termos políticos é o PCP. O PS, mesmo no campo internacional, explorou extraordinariamente bem o caso *República*. Nós, militares, tentamos evitar o que se passou. Mas a certa altura foi impossível porque as posições se radicalizaram. Os membros da administração abandonaram e deixaram aquilo aos trabalhadores. O caso foi altamente complicado e muito explorado. O caso *República* é importante na luta política que se desenvolve naquela altura. Depois há a queda do IV Governo, a situação complica-se. Depois, as forças que estavam a impor um problema e que estiveram na origem do caso *República* perderam entretanto. O caso *República* é um caso que tem muita importância na luta política. O resultado do caso na luta política é mais importante do que o próprio caso. Era mais um jornal, mas era um jornal significativo e que depois foi utilizado como estandarte da defesa da liberdade de imprensa. O Conselho da Revolução teve de se envolver no Caso República mas, para nós, o caso não era o assunto principal.

- Mas o Conselho da Revolução teria consciência, na altura, das consequências que a não-resolução do conflito poderia albergar?

Tentamos encontrar uma saída. O PS também tinha posições que não nos agradavam a nós. Nós não éramos PS. Nós procurávamos ter uma posição independente, autónoma e neutra, tanto quanto possível. O PS também teve, dentro da luta pelos seus objectivos partidários, atitudes com as quais nós não concordamos e que criticamos. Na minha leitura, o PS e o Mário Soares exploraram o caso *República* de forma demagógica e desonesta. Quando eles acusam o PCP de ser o instigador, o mau da fita, o PS sabe perfeitamente que não é. O PS sabe que é a extrema-esquerda. O PCP em muitas situações fez muitas asneiras quando não se deixava ultrapassar pela extrema-esquerda. O PCP, na minha opinião, tentou tomar o poder naquela altura. E um dos instrumentos grandes que o PS teve contra o PCP foi tornar o caso *República* numa bandeira de defesa da liberdade de imprensa, principalmente num contexto internacional, e criar uma imagem do PCP que, no caso *República*, não era correcta. Mas politicamente isso aconteceu.

- O PS ameaçou abandonar o IV Governo se o Conselho da Revolução não solucionasse o problema. Depois de terem chegado a um acordo, o Conselho tentou mediar a situação, mas o jornal acabou mesmo nas mãos dos trabalhadores...

Pessoalmente, estive numa reunião com a administração e com os trabalhadores e tentei pô-los a dialogar. Mas as posições das duas partes eram tão radicais que lembro-me de a certa altura me ter chateado com a administração. Disse-lhes que estávamos a tentar encontrar uma saída para o problema e que se de parte a parte eles se radicalizam e diziam 'ou é como eu quero ou nada feito', não se chegava a lado nenhum. Num compromisso as várias partes têm de ceder em alguma coisa. A administração, a certa altura, estava numa posição de não cedência.

- E os trabalhadores?

Sentia que nos tínhamos mais legitimidade para impor aos trabalhadores que cedessem do que à administração. E portanto precisávamos que a administração cedesse alguma coisa para podermos impor aos trabalhadores. E isso não se verificou. Não houve possibilidade e tivemos algumas discussões muito fortes entre nós. Eu e o Avelino Ferreira, que estava lá a representar o COPCON, tivemos uma discussão tremenda porque ele defendia intransigentemente a posição dos trabalhadores. Tivemos uma discussão e disse-lhe que não podia ser, que os trabalhadores não tinham razão. A reunião não foi conclusiva. Depois cheguei ao Conselho da Revolução, expliquei o que se tinha passado, que não tinha sido possível pô-los a dialogar e encontrar uma solução de compromisso.

- Entretanto, no dia 18 de Junho, o jornal acabou mesmo nas mãos dos trabalhadores, apoiados pelas forças do COPCON. O Conselho da Revolução tinha ordenado o cumprimento da Lei de Imprensa e entrega do jornal à administração. Como se explica que os conselheiros não tenham conseguido fazer cumprir as suas indicações?

É preciso tentarmos colocar-nos naquela época para tentarmos perceber. Porque a certa altura havia vários focos do poder. O Otelo, que era o comandante do COPCON, estava no Conselho da Revolução. E o COPCON era uma fonte de poder. A certa altura o Otelo chegou a dizer que o Conselho da Revolução não era o Conselho da Revolução, mas sim o “Conselho da Contra-Revolução”. Por aqui vê-se o tipo de conflito que havia. Tentou-se depois uma solução de compromisso. Nomeamos o Pereira de Carvalho, que era um homem ligado à área dos gonalvistas, do PCP. Houve uma solução de compromisso. Depois, o PS e a administração acabaram por deixar cair o *República*. Ganharam os trunfos políticos que conseguiram. Como é que explico a situação? Não explico, é difícil explicar algumas das coisas que se passaram na altura.

- Como é que os militares lidaram com a atitude do COPCON?

Foi complicado. Foi mais um factor de divisão dentro do MFA. E que depois nos leva a escrever e a divulgar o Documento dos 9, em Agosto de 1975. Naquela altura, dentro do MFA identificam-se três facções claras. O grupo dos 9, que era o maioritário; o grupo dos gonalvistas, afecto ao PCP; e o grupo da extrema-esquerda, ligado ao Otelo, que no Conselho da Revolução tinha só o Otelo, mas que lá fora tinha o COPCON. É evidente que não era por decreto do Conselho da Revolução e por maioria de determinada parte que o COPCON fazia exactamente. Foram situações complicadas que nos obrigaram a atitudes de ruptura. O Documento dos 9 é claramente uma atitude de ruptura dentro do Conselho da Revolução. Tentamos ultrapassar a situação com algumas reuniões, de onde resultou o PAP. Apesar de aprovado por unanimidade no Conselho da Revolução, passados dois dias estava a ser deitado para o caixote do lixo. O caso *República* é um caso que foi muito importante. Mas foi mais importante para a posição do PS do que para a nossa posição. Para o PS era o único instrumento que tinha na comunicação social. Depois criou outros e deixou cair o *República*. Perdeu o simbolismo de um jornal que vinha da oposição à ditadura, com aquele passado. O *República* foi um instrumento para o PS na sua luta. E mesmo perdendo, foi extraordinariamente útil ao PS na luta que teve.

- As discordâncias com o COPCON começaram nesta altura?

Na altura, as discussões com o Otelo e com o COPCON eram mais que muitas. Havia de facto as três facções. Para o 25 de Abril avançamos com uma grande frente. Dentro do MFA não havia diferenças, unia-nos um objectivo comum que era o derrube da ditadura. Nos primeiros tempos a nossa luta no MFA, em termos internos, era contra os spinolistas. Depois começam a haver divisões entre nós. E criam-se três tendências evidentes. Tendência pró-comunista, e a tendência esquerdista, ligada ao Otelo. E depois havia o grosso do MFA que se mantinha fiel ao compromisso que tínhamos assumido depois do 25 de Abril. Entretanto, conseguimos ainda manter a data das eleições, que se realizam a 25 de Abril de 1975. Os resultados das eleições foram surpreendentes porque aparentemente quem tinha mais força era o PCP, que ficou com 12%. E isso teve uma importância extraordinária em tudo o resto. Até em nós. Teve importância porque, não sendo para a Assembleia Legislativa, não deixou de ser significativo aquilo que o povo disse que preferia. Isto teve uma importância que influenciou as decisões que as várias partes viriam a tomar. O PCP e os militares que os apoiavam, na onda revolucionária que levavam, e com uma extrema-esquerda radical demagógica a querer sempre mais e a obrigar o PCP a avançar ainda mais pela esquerda, levou-nos a certa altura a questionar: “houve eleições para quê?”. Tudo isto levou ao radicalizar de posições e a certa altura decidimos tomar ação pública e assinamos o documento dos 9. É um processo complicado. O caso *República* é mais um caso que se passa no meio. Para nós tem alguma importância, para o PS tem uma importância muito maior, mas para o processo é importante. Mas não é o caso *República* que resolve o processo. Não olho para o caso *República* como o caso que resolveu o problema, mas denunciou valores e os erros que foram cometidos. Foi um factor de divisão entre nós, a certa altura, principalmente com o COPCON. O PCP levou nas orelhas ficando como o mau da fita quando acho que foi mais vítima do que réu.

- Como se justifica o silêncio do PCP em relação ao caso?

O PCP não tinha condições nem para apoiar a comissão de trabalhadores, que lhes fugia ao controlo, mas também não tinha condições, como PCP, para dizer aos trabalhadores que eles não tinham razão. E portanto, “calemo-nos, tentemos aproveitar o resultado da luta”, o que agradou ao PS. Porque se o PCP tivesse tomado uma atitude e tivesse dito que os trabalhadores não tinham razão, o PS já não tinha arma contra o PCP. Esta posição do PCP levou a que o PS pudesse usar aquela arma. Eles diziam que não tinham nada a ver, mas para tomarem uma posição clara tinham de dizer que não concordavam com os trabalhadores.

- Maria Inácia Rezola propõe uma hipótese em relação à actuação do Conselho da Revolução: “até que ponto estava o Conselho da Revolução, ou parte dele, de facto interessado na resolução do caso República? Não lhe seria mais útil promover o enfrentamento PS-PCP com o objectivo de forçar um confronto entre os dois partidos e clarificar a liderança do processo revolucionário?” (em “Os militares na Revolução de Abril”). Concorda com esta interpretação?

É uma interpretação que, na minha opinião, não é correcta. Podia haver pessoas dentro do MFA que pretendessem isso, forçar a clarificação entre PS e PCP. Nós tentamos que não houvesse ruptura. Tentamos sempre. A maior parte de nós defendia a necessidade de uma certa aliança entre o PS e o PCP. Nós queríamos a unidade das forças de esquerda porque achávamos que o país avançaria muito melhor se se conseguisse a unidade das forças à esquerda. Quanto a essa teoria, diria que os gonzalvistas eram capazes de querer forçar essa clarificação para pôr o PS de lado. Do nosso lado não era essa a posição.

- Então, nessa altura, as diferenças no interior do Conselho da Revolução ainda não se reflectiam desta forma?

Não. Se havia, ninguém tinha a habilidade de o dizer. Talvez discutissem entre os que estavam na mesma posição. Na altura, fizemos uma tentativa de resolver o assunto. Foi a única vez que chamamos uma delegação do PS e uma do PCP ao Conselho da Revolução. Em plenário foram dos únicos. Quando o PS estava a querer sair do Governo, quisemos ver se conseguíamos evitar e resolver. Da parte do Conselho da Revolução só havia duas pessoas que intervinham, eu, que era o moderador e porta-voz, e o Presidente Costa Gomes. Há duas coisas que realço: da parte do PS falavam todos; da parte do PCP só falou o Álvaro Cunhal. E a certa altura, o Álvaro Cunhal disse que considerava que em relação à democracia em Portugal era preciso ponderar os votos porque um voto em Trás-Os-Montes não valia o mesmo do que um voto no Alentejo, porque as pessoas estavam diferentemente informadas. Tínhamos que reponderar o valor dos votos. Entre nós dissemos que era impossível, com posições daquelas, conseguirmos conciliar as posições. Ia para a ruptura de certeza. E pronto, depois o PS sai do Governo. Nós, da nossa parte, tentamos tudo. Não sei se provavelmente havia alguém dentro do Conselho da Revolução que defendia que o melhor era a ruptura.

- Notaram, nesta altura, algum afastamento entre os militares e o PS?

Houve uma ideia incorrecta que foi criada. O MFA é visto como estando com o PCP. O MFA nunca esteve com o PCP. Houve uma facção do MFA que esteve com o PCP. Mas que nunca foi dominante nem maioritária. Quando o PS se afasta do Governo, afasta-se de alguns militares. Não se afastou de outros e de mim, por exemplo. Mesmo entre nós, a situação precisou de se clarificar. O PS afastou-se de alguns militares mas aproximou-se muito de nós.

- Segundo a interpretação de Maria Inácia Rezola, o centro das atenções do Conselho da Revolução volta-se para a actuação do PS. Para a autora, o tom de censura dos comunicados era óbvio (“Os militares na Revolução de Abril”). Concorda com esta visão?

O PS aproveitou a situação e radicalizou-se. Naquela reunião que coordenei com os elementos do COPCON, que queriam apoiar os trabalhadores, eu queria apoiar a administração. Mas também não lhes podia dizer que a administração é que tinha razão. Eu queria que eles cedessem em alguma coisinha para dizer aos trabalhadores que não podia ser. Isto enquanto a administração continuava a radicalizar-se. Estávamos em Maio e o Documento dos 9 só saiu em Agosto. E uma semana às vezes parecia um ano. Ainda estávamos relativamente longe da ruptura, ainda passamos pelo PAP e pela tentativa Povo-MFA, e portanto a correlação de forças não eram a mesma que passados uns meses. É natural que aí sobreviesse mais a posição dos indivíduos mais críticos da actuação do PS. Mesmo na altura da manifestação do PS na Fonte Luminosa, tive a necessidade de ir dizer “não confundam o PS com a reacção”. Os ataques que se faziam eram em relação ao PS. A primeira vez que numa Assembleia do MFA tenho que tomar uma atitude clara contra os gonzalvistas, porque tentávamos manter a frente do 25 de abril, é quando a certa altura sai uma proposta para prender o Mário Soares e o Salgado Zenha, que eram ministros. Fiz uma intervenção extraordinariamente dura em que disse que o PS tinha feito asneiras e perguntei pelas do PCP. Passado pouco tempo já era reaccionário até dizer basta. Nesta altura é natural que, na correlação de forças, o CR acabasse por criticar mais o PS do que os outros.

- Como se deu a nomeação de Pereira de Carvalho para director do jornal?

A nomeação de Pereira de Carvalho deve ter sido relativamente pacífica. Deve ter sido indicado pelos Gonçalvesistas ou pelos Copconistas e nós não levantamos problemas. Na correlação de forças não era fácil encontrar uma pessoa que aceitasse ser director de um jornal dominado pela Comissão de Trabalhadores e que ao mesmo tempo tivesse algumas condições para não deixar essa Comissão de Trabalhadores fazer muitas asneiras.

- E em relação ao Presidente da República, como ficaram as relações entre Costa Gomes e o PS?

O PS considerava o Presidente da República Costa Gomes ligado ao PC, o que não ajudou muito. O General Costa Gomes foi extraordinariamente hábil e foi essencial para evitar rupturas mais violentas. Considero-o importante por ter evitado a guerra civil.

- Chegou a debater-se o caso nas assembleias do MFA?

Provavelmente foi bastante discutido. Mas na Assembleia era mais difícil discutir. Na altura era muito complicado defender, entre os militares, a tese de que os trabalhadores não tinham razão. Era politicamente incorreto.

III – Entrevista a Jorge Correia Jesuino

Realizada a 12 de Fevereiro de 2013, Lisboa

- Como ministro da Comunicação Social, como encarou o despoletar do caso *República*?

O fecho das instalações do jornal resulta de um impasse nas negociações que se estavam a desenrolar e em que procurei funcionar como mediador, mas também como árbitro. Dado que não se conseguiu chegar a um acordo, as posições estavam extremadas, a solução foi selar as instalações. Ficamos lá praticamente toda a noite. E havia pressão. Enquanto estávamos a discutir dentro das instalações do jornal na Rua da Misericórdia, havia uma multidão na rua e alguns elementos da direcção vinham à janela incitar ainda mais a multidão a manifestar-se. Achei pouco correcto, mas na altura não podia dizer nada. Havia uma multidão na rua, liderada pelo Mário Soares, e havia, de facto, uma pressão muito grande. Era uma espécie de claque a apoiar a administração para não ceder. Porque a *República* era claramente afectada ao PS na altura e fazia pressão sobre o Governo. Em vez de se interpretar os incidentes que tinham acontecido no *República* como uma iniciativa da extrema-esquerda, o Partido Socialista procurou colar o caso a uma vantagem, a uma conveniência, comunista. Dava jeito, o caso já estava internacionalizado, e permitiu que fosse empolado e que chegasse a uma situação extrema. E tirou partido disso, provocando descrédito no próprio Governo. E depois houve toda uma evolução a partir daí. O caso Rádio Renascença é um bocadinho diferente, mas é paralelo.

- Considerou o caso *República* um conflito de trabalho ou um conflito ideológico?

Um conflito de trabalho não. As coisas não são propriamente dissociáveis. Não era meramente conflito de trabalho, mas era realmente comandado pela extrema-esquerda. Mas nós também tínhamos contradições no próprio Governo. O Governo também tinha uma orientação, podemos dizer, de um socialismo de esquerda ou de comunismo. Mas no poder militar, que estava muito controlado pelo Otelo Saraiva de Carvalho, não era dessa linha, era de uma linha da extrema-esquerda. É um período muito complexo, com contradições. Temos uma sociedade civil, ainda embrionária, com partidos políticos em formação. E as próprias forças políticas, militares e partidos políticos, todos eles em estado embrionário. E os militares com uma cultura política deficientíssima. Havia um sentido de justiça, de lealdade, de justiça social, mas também uma ingenuidade enorme do ponto de vista da própria operacionalização política. É um caso que é muito difícil nós percebermos. O caso é o resultado, daquilo que os sociólogos chamam a construção social da realidade. Hoje podemos compreender melhor o que se passou, mas há algo em relação ao caso *República* que nos permite examinar aquela dinâmica extremamente complexa e que mostra como num momento revolucionário esse dinamismo é gerador de resultados que à partida são imprevisíveis, em que as coisas mudam. O caso *República* condensa muito do que aconteceu naquela época. Na altura fiquei muito indignado, pensava que tinha sido manobrado, manipulado. Mas eu estava lá era para isso, era natural que isso acontecesse. Procurei, muito ingenuamente, fazer uma espécie de mediação, e ao mesmo

tempo tentei também ser árbitro, o que decide. O mediador não ajuda a que as partes se encontrem. A arbitragem foi minha. Mas é o Oteló quem fura as negociações. Durante algumas semanas ainda estava em relativas boas relações com a direcção do jornal e com o Raúl Rêgo, embora desconfiassem muito da minha actuação. Havia desconfiança. Mas era difícil acusarem-me de ter sido a favor de um partido ou de outro. Durante algum tempo beneficiei desse estado de graça, de conselheiro que tinha sido justo. Mas isso não durou muito tempo. Até porque o Governo evoluiu muito, começou a ficar cada vez mais debaixo de fogo. Depois quando a *República* é reeditada, depois já não interessa para nada. É uma voz que não interessa nada. A *República* serviu para aquilo.

- O PS aproveitou o caso politicamente?

Acho que sim, e com muita inteligência. Fez isso muito bem. Foi uma das peças que jogou muitíssimo bem. Posso dizer que o Mário Soares foi uma pessoa que odiei naquela altura, precisamente por estas razões. Naquela altura percebi o que era o lado feio e escuro da política. Em determinadas circunstâncias empolando-se certos aspectos e ignorando outros. Houve ali de facto uma manipulação feita pelo PS com muita inteligência política. Naquela altura percebeu-se que eles estavam a tentar tirar partido da situação e é óbvio que isso desagradou.

- Qual foi o real envolvimento do PCP neste caso?

O PCP não estava envolvido nisto. O PCP tinha, e tem, relações muito difíceis com a extrema-esquerda. O PCP não tinha ninguém na *República*. Eram todos elementos afectos à extrema-esquerda, aqueles que estavam na tipografia e alguns jornalistas. Depois também se diz que o PCP tinha saído para viabilizar aquela confrontação. Mas não se livrou de estar envolvido e de ser acusado de querer tirar partido disso. Foi a associação que lhe foi feita. Mesmo que não fosse essa a sua intenção, nestas coisas da política, o que parece é. Está-se à procura de quem aproveita o crime. E o PS pergunta: “quem é que aproveita isto?”. Mesmo que seja a extrema-esquerda a fazer isto, quem é que aproveita o crime é quem esta por detrás. Uma espécie de mão oculta e de mão invisível que pode aproveitar. Quem saiu vitorioso foi o PS.

- Mas como se justifica o silêncio do PCP?

O PCP não atacou, defendeu, e disse que não tinha nada a ver com aquilo. Tanto quanto me recordo, o PCP limitou-se a defender-se a dizer que não tinha nada a ver com o caso. E depois há as pressões de fora. O Carlucci, por exemplo. O embaixador americano que teve um papel muito importante e apoiou o Mário Soares. O Carlucci convidou-me para ir aos EUA, fui entrevistado e lá vinha sempre o caso *República*. Eu fazia parte da chamada facção gonçalvista, que tinha uma posição minoritária, e que depois acabou derrotada.

- Chegaram a haver discussões ou confrontos acerca do caso *República* nas reuniões do MFA?

Confronto não houve. As assembleias do MFA eram muito renhidas. Havia muitas discussões, entre as diferentes facções. Eu não intervinha muito. Havia os militares que estavam no Governo e havia militares que tinham um papel muito mais activo. Havia vozes muito críticas, mesmo na própria secção dos favoráveis que estavam no Governo. Tive alguns encontros com o Presidente da República, com o Costa Gomes. Era preciso controlar a questão da comunicação social. Mas controlar no sentido de não permitir que nos acusassem de estar a fazer censura. Mas o papel do Presidente da República era mais no sentido da moderação do que no de espicaçar.

- Recorda-se das reuniões que teve no Conselho da Revolução?

O conselho da Revolução era uma espécie de conselho de Estado, na altura, composto por militares. Eu ia lá na condição de ministro e explicava, da forma mais objectiva possível, o que se tinha passado. Mas não me lembro do que se passou. Devia, mas não me lembro. Quando saí do Governo desliguei-me completamente da política. Fiquei traumatizado pela passagem pela política e por tudo o que lhe disse. Fiquei muito chateado com o caso *República*, com o caso da Rádio Renascença. Fiquei traumatizado com os próprios problemas internos do Governo. E depois também com as próprias desconfianças que vinham dos 9. Chocou-me muito. Traumatizou-me de facto.

- Como reagiu às acções do COPCON, que entRêgou o jornal aos trabalhadores, contrariando as indicações do Conselho da Revolução e do primeiro-ministro Vasco Gonçalves?

Fiquei muito zangado com o Otelo, porque o Otelo tinha o poder militar e fazia coisas contrárias às deliberações que eram feitas. Vivíamos numa situação de anarquia. Falava-se muito do V Governo por ser um Governo pró-comunista. Muito pior do que ser pró-comunista, é que não havia de facto liderança. Vivíamos numa situação de descomando. O Governo não tinha força sobre os militares, sobre o real poder militar que era o Otelo. E ele era caprichoso, fazia aquilo que bem entendia. Esta era a situação real.

- Mas no próprio Governo, como viram a entrega do jornal aos trabalhadores?

Vimos mal. Era preciso força que não tínhamos. Pensei demitir-me. Não me demiti por causa daquela coisa dos militares, que estão muito condicionados para a lealdade e obediência. Não há casos de demissões entre militares. E havia várias pessoas como eu. Era preciso ter a força das armas, que nós não tínhamos. Nós tínhamos a força da razão, mas não a razão da força. Isso verificou-se com muita clareza neste caso.

IV – Entrevista a Manuel Martins Guerreiro

Realizada a 4 de Março de 2013, Oeiras

- Qual foi a reacção no Conselho da Revolução, a nível interno, à situação no jornal *República*?

O caso *República* em termos do Conselho da Revolução não causou grande problema. Depois das eleições, que o PS ganhou, é evidente que os socialistas em termos de lógica do poder tentou fazer reflectir o seu peso eleitoral na máquina do Estado e no desenvolvimento do processo político português. Portanto, a partir daí o PS utilizou todas as possibilidades que tinha para fazer valer isso. E começa logo no 1º de Maio de 75. Não se acordou sobre quem falava. O PS não se integra na própria manifestação, o Mário Soares chegou mais tarde, houve uns empurrões. Enfim, houve ali uma situação extremamente desagradável. Queriam fazer valer a sua posição, individualizaram-se e deu esse problema. Mas isso, a nós, militares, não nos perturbou. Analisamos a situação e consideramos que era o jogo de poder dos partidos. Claro que o PS, depois, quis fazer reflectir o seu peso eleitoral em duas áreas importantes: no aparelho do Estado e na comunicação social. O PS já tinha tido muita influência num dos jornais, mas isso depois alterou-se por causa de toda aquela dinâmica. E isso não tem nada a ver com o MFA. Quando eles dizem que era o PC, era fácil dizer que era o PC. Naquela altura, os trabalhadores queriam tomar posições. E os tipógrafos também queriam. Surgiram problemas em vários sítios. E, de facto, o PS queixava-se. Eles pedem uma reunião com o Conselho da Revolução que ocorre no dia 23 de Maio com uma delegação do PS, que vem apresentar os seus problemas. Querem mais peso na comunicação social, não dizem mas percebe-se que indicam que o PC tem mais influência do que o peso eleitoral. Querem ter mais representantes no aparelho do Estado, argumentando que as nomeações não podiam ser como estavam a ser. O Governo era um Governo de coligação. As eleições não eram para se reflectir no Governo. Mas eles queriam que o resultado se reflectisse na composição do Executivo. Procuraram fazer valer o resultado. Em termos de lógica de acesso ao poder é normal. Ganharam força eleitoral. Provavelmente nem estavam à espera daquele resultado e agora queriam fazer valer isso. O que mais complicado é partir daí. Quem o PS considera o adversário, não direi o inimigo, é o PC. Estão extremamente preocupados com o PC e com a influência que ele poderia ter no processo ou com a influência que poderiam ter no MFA. Na interpretação que nós fizemos, as eleições foram para a Assembleia Constituinte e não para o Governo, por isso o Governo continuava a funcionar assim, não alteramos. Eles não gostaram disso. Não gostavam porque o domínio deles sobre o processo era relativamente pequeno. A implantação do PS na sociedade portuguesa como partido organizado era frágil. O PS cria-se depois do 25 de Abril e não tem propriamente uma máquina forte. O PS teve estruturas que não eram maiores do que as da UDP, que teve 4% dos votos. O PS questiona as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia. Questionam a Intersindical e as eleições para os sindicatos, porque queriam eleições democráticas, queriam ter a sua influência. Tudo isto é o jogo em termos de influência dos partidos. O peso real que tinham era muito inferior ao seu peso eleitoral e, portanto, queriam compensar, queriam negociar. E como não têm grande estrutura nem muitos militantes para agarrar a situação e para actuar, qual era a via mais fácil? É, realmente, pela comunicação social. A posição deles já tinha sido melhor, e, claro, os comunistas eram mais aguerridos, tinham melhor organização. Por isso é natural que eles se

queixassem de algumas coisas. Da influência nos órgãos de comunicação social do Estado, e de que os comunistas tinham mais influência do que eles. Há um ou outro caso em que a acusação é justa. Era uma diferença significativa entre o peso eleitoral e o real. Como havia um processo revolucionário em andamento desde o 11 de Março, eles tinham receio que esse processo ganhasse uma certa velocidade e ultrapassasse a via democrática. Aliás, essa era a mensagem que a Europa lhes transmitia e a nós também. Nessa reunião que temos com o PS a 23, transmitem esse problema todo: das estruturas, das relações de força, dos poderes. E que acham que o MFA é muito mais tolerante com o PC do que com eles. Sentiam-se atacados pelo PC e diziam que nós tolerávamos isso e que achávamos que eles não se esforçavam o suficiente pela construção da revolução. Sentem-se um pouco injustiçados, ou marginalizados, ou não suficientemente valorizados. O que é natural. Mas o que é verdade é que realmente os socialistas também não eram muitos. Não tinham grande capacidade, não insistiam muito. Tiveram muitos votos, é verdade. Mas estruturas concretas no terreno, a fazer coisas, não havia assim tantos como isso. Não era pela nossa parte que eles não eram escolhidos. Por nós eram tão escolhidos como os outros.

- A certa altura, o PS deixa de estar presente nas reuniões do Conselho de Ministros porque considera que as suas opiniões não contavam.

Eles acabavam por dar a imagem de indivíduos pouco assíduos, que não fazem muito trabalho. Querem ter poder, querem falar, querem decidir. Mas depois para fazer o trabalho não são tanto assim. Um militar é uma pessoa que considera isso importante. As coisas que se dizem são para se fazer, se assumem é para se cumprir. E na comparação em concreto do compromisso e da execução, havia uma diferença muito grande entre os do PS e alguns do PC. E aqui não é uma questão ideológica, é uma questão da nossa maneira de trabalhar. Isso acontecia com militares que tinham pensamento mais à esquerda e com militares com pensamento mais à direita. Para um militar isso era importante. Já com o Zenha não era bem assim, o Zenha desse ponto de vista era muito mais fiável em termos do que se combinava e fazia. Eles aproveitam extraordinariamente bem o caso *República* para tratar esse problema da comunicação social. E atacam brutalmente o Governo e o MFA à conta disso. Dizem que é o PC, que é o Vasco Gonçalves que está feito com o PC. Isto quando a posição do Vasco Gonçalves no caso *República* é uma posição clara. O *República* é para ser entregue à administração e aos jornalistas. O jornal é do PS. O Vasco Gonçalves não tem qualquer dúvida em relação a isso e nunca levantou qualquer dúvida sobre o caso *República*. Quem levantou alguns problemas acabou por ser o COPCON e o Otelo, com aquela coisa dos trabalhadores. Mas quem depois vem acusado internacionalmente de impedir a liberdade de informação é o Governo, o Vasco Gonçalves e o PC. Quando não é isso que se passa. A realidade não é essa. Mas o grande problema do PS, em termos do poder e da disputa pelo poder no processo, era com o PC. E por isso, ali é que convinha fixar as baterias. Fiquei um bocado surpreendido com isso, o caso *República* estava completamente deturpado.

- Então, entre os militares não houve problemas em relação à situação?

Entre nós, militares, não houve dificuldades. Houve talvez alguma dificuldade por parte do Primeiro-Ministro, desse ponto de vista. O Primeiro-Ministro não se sentiu apoiado. É verdade que o Conselho da Revolução acabou por não fazer aquilo que o Primeiro-Ministro tinha sugerido, que era entregar o *República* à administração, os tipógrafos terem de obedecer e acabou-se. Mas, aí meteu-se o Otelo, meteu-se o COPCON, que tinha selado aquilo. Depois acabamos por nomear um administrador por parte do Estado, o Pereira de Carvalho, para pôr aquilo a funcionar. Nomeamos uma comissão que estudou o caso. Havia duas posições: havia a do Primeiro-Ministro e havia a do Otelo e do COPCON. Entre nós, MFA, o caso *República* não criou problemas. Já havia alguma diferença entre as actuações do COPCON e a análise política que se fazia no Conselho da Revolução, ou a que fazia o Primeiro-Ministro. O COPCON actuava directamente no terreno. Às vezes tinha um bocado aquela lógica de que o que os trabalhadores é que têm razão, e depois dava estas confusões. E o PM aí estava certíssimo. O Governo teve uma posição corretíssima. E a liberdade de expressão nunca esteve em causa, nunca houve problema nenhum com a liberdade de expressão. Mas eles aproveitaram o caso *República* para fazer uma luta contra o PC e contra a situação portuguesa. Não porque aquele caso fosse assim, mas porque, no seu entendimento, convinha fazer essa luta. E convinha criar dificuldades ao PC e criar dificuldades ao MFA que, na perspectiva deles, era talvez mais revolucionário do que devia ser. E que, ao fim ao cabo, não os estava a apoiar para que assumissem mais posições de força e posições de poder. Quando temos um Governo de coligação é evidente que é desejável que aquelas forças se entendam para levantar o processo revolucionário. Ora, se essas forças se começam a digladiar e a lutar entre si, esquecem-se de que existe o processo contrarrevolucionário em marcha. E nós sentimos que isso era perigoso. Essa era a nossa grande preocupação. Na sociedade portuguesa o que estava a ocorrer era uma luta bastante aguda entre forças

pró-PC e forças do PS, e a contrarrevolução continuava a organizar-se. E nós dizíamos ao PS que não podia ser assim. Fazia-se a Constituinte e depois podiam ficar com o poder. O PS via que poderiam consolidar-se muito as forças do PC e que depois era mais difícil. Havia muitos processos em paralelo. O PS aproveitou o caso *República* com outra perspectiva e com outra dimensão para fazer a sua política. Não é porque o caso *República* seja um caso grave.

- Na própria reunião no Conselho da Revolução, o Mário Soares afirma que o caso *República* por si só não era suficiente para terem tomado aquela atitude.

Eles próprios diziam que tinha de ser o caso *República*. Para depois saírem do Governo, para dar um conflito. Utilizaram muito o caso *República* para a sua luta na sociedade portuguesa em termos de acesso ao poder. Mas se isto tivesse sido feito sem que estivesse a correr a contrarrevolução, tudo bem. Era o tal processo normal, numa democracia instalada, do jogo das forças para ganhar posições e para vencer eleições. Mas não, nós tínhamos uma contrarrevolução a correr e tínhamos atentados bombistas por todo o lado. As forças contrarrevolucionárias organizaram-se, com o apoio da Igreja conservadora. Tínhamos um PS que, em vez de ajudar no Governo de coligação a consolidar as coisas, estava extremamente preocupado em aumentar a sua fatia de poder. Embora isso tenha alguma lógica, nós percebíamos isso. Mas estivemos numa situação difícil. As coisas podiam ter-se radicalizado para uma guerra civil ou virado muito à direita. Por acaso conseguiu-se controlar a situação. A nós incomodávamo-nos bastante que houvesse este problema de um PS muito virado para a esquerda, muito virado contra o Primeiro-Ministro, muito virado contra o PC. Para nós, eles deviam entender-se. Mas a responsabilidade é toda do PS? Não, claro que também há erros do PC. Também há responsabilidade do PC. Esses erros dos tipógrafos do *República*... Provavelmente havia lá gente do PC, mas creio que a iniciativa daquilo nem sequer é de gente do PC. A iniciativa é mais daquele espontaneísmo revolucionário. Os rapazes também querem marcar a sua posição. E como são apoiados pelo COPCON sentem-se estimulados. Mas a esses o PS nunca atacou. O PS nunca atacou essa área porque não lhes fazia grande perigo, e que às vezes até os ajudava na luta contra o PC.

- Então concorda com a versão dos tipógrafos que diziam ser motivados por ideologia e não por partidos?

Nós percebíamos muito bem, o jornal era do PS. A imprensa é livre, o PS quer ter o seu jornal, pois que tenha. E os trabalhadores como estavam numa de espírito revolucionário, não podiam apoiar. Mas isso é um problema que o PS tinha de resolver internamente e do ponto de vista da legalidade. Os proprietários são os proprietários, é um problema que eles resolvem. O PS pretendia era que nós militares fossemos lá tirar os indivíduos e por lá outros. E isso também não era muito correcto. Embora aí o COPCON possa não ter actuado bem do ponto de vista da luta política porque criamos uma situação difícil ao Primeiro-Ministro. Entre nós, militares do Conselho da Revolução, não há divisão, aquelas famosas divisões das correntes que surgem mais tarde. Ali não existem. Nós fazemos mais ou menos uma análise relativamente aceiteada por todos, quer pelo processo do 1º de Maio, quer sobre este processo de luta de poder. No caso concreto de os trabalhadores terem razão, aí é que há uma divergência entre a análise que faz a maioria do Conselho da Revolução e aquela que faz o Otelo e os homens do COPCON, que tinham a tendência de dar a razão aos que no terreno eram os trabalhadores. É evidente que no terreno os trabalhadores da empresa são a maioria, mas a empresa tem um dono, há uma propriedade. É a propriedade que tem de resolver. Se o PC também tem o seu órgão de imprensa, é deles, não é de outros, não é propriamente dos trabalhadores. Mas nos processos revolucionários essas coisas ocorrem sempre, em fábricas, em empresas. Isto tinha uma dimensão pequena. Não tinha nem pouco mais ou menos a dimensão do “foi silenciado o órgão do PS, portanto não há liberdade de expressão em Portugal”, e “o Governo fechou o *República*”. Completa mentira. Não foi nada assim.

- Mas considera que o caso *República* tenha tido alguma influência nas movimentações que se deram posteriormente?

Naquela audiência no Conselho da Revolução, é evidente que o PS faz ali uma jogada muito clara de tentar utilizar o anticomunismo para virar um grande número de militares do Conselho da Revolução contra o PC. O PS explorou muito bem esse sentimento anticomunista da sociedade portuguesa, que existia e estava muito consolidado no subconsciente das pessoas. Durante 50 anos de ditadura, aquilo foi injectado sistematicamente. As pessoas podiam ser tudo menos comunistas. Os comunistas eram uma coisa perigosíssima. E eles exploraram isso brutalmente bem. Esse é o factor que provavelmente beneficiou muito o PS eleitoralmente. Em termos da sociedade portuguesa, e em termos do MFA, antes

das eleições e depois do 11 de Março, há um salto qualitativo de perspectivas sociais. Há uma certa opção pelo socialismo. E quando se vai fazer as eleições isso está no ar. Se o MFA tivesse concorrido, tinha tido a maioria, não tenho dúvidas. Não fomos candidatos, há no ar a opção pelo socialismo, há o anticomunismo metido na cabeça das pessoas. É evidente que a opção acaba por ser o PS. Por outro lado, havia um problema grave com o MFA. O MFA desde o princípio, ao fazer o programa, disse que não ia exercer o poder. Não derrubou a ditadura para ficar no poder, mas para entregar o poder ao povo. O I Governo Provisório só tinha um militar, que era o Ministro da Defesa. Claro que aí foi ingenuidade nossa. Os civis não eram aquilo que nos pensávamos. Eles não estavam tão organizados, nem tinham tanta capacidade e tanto conhecimento como à partida pensávamos. Ao fim de uns meses já estava uma confusão. Por outro lado, o próprio general Spínola queria uma solução que não era a do programa do Governo e do MFA. E dá-se aqui um certo conflito. Diz-se que este governo assim não dá, tem de ir para lá outro. E quem é chamado para o Governo? As pessoas que têm credibilidade. Portanto, vai para lá o MFA, o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. Quem nós indicamos nesta altura para primeiro-ministro foi o Melo Antunes. Mas o Spínola disse que não porque ele era comunista. Ora, o Vasco Gonçalves também não era comunista. Isso foi uma maneira de o PS combater os militares que tinham um pensamento mais à esquerda, chamando-lhes comunistas. É evidente que era para os isolar, para os reduzir e para explorar o sentimento anticomunista da maioria dos militares, que realmente tinham esse problema. Esse foi o grande problema dos homens do COPCON e do Otelo, que acabaram por radicalizar-se e passar para a esquerda do PC.

- Como explica a reacção do PC em relação ao caso *República*?

Eles não se sentiram à vontade. Mas não foram eles os responsáveis por aquilo. E muito menos o Governo e o Primeiro-Ministro. E nós ainda tentamos ajudar e encontrar uma solução entre as partes. É então nomeado o Sousa e Castro para falar com os trabalhadores e com a administração. Mas o PS, à medida que o processo vai evoluindo, vai vendo que aquilo do ponto de vista político é um trunfo muito bom. O Raúl Rêgo, a certa altura, quer demitir os trabalhadores. Ele também radicaliza a posição, não procura um entendimento. O PS viu que isso politicamente lhe interessava. Era um trunfo a explorar. E exploraram-no bem. E exploraram-no contra os indivíduos que não tinham nada a ver com aquilo: contra o Primeiro-Ministro e o próprio PC, que não tinha grandes responsabilidades.

- Mas se realmente não tinham responsabilidades, como se explica a atitude do PC, que nunca negou categoricamente o envolvimento nos acontecimentos?

O próprio PC também não é aquela máquina tão forte quanto pensávamos. O PC, até ao 25 de Abril, é um partido de quadros. Uns milhares mas não muitos milhares de pessoas. Não chegava a 10 mil. E portanto o PC tem de passar de um partido de quadros para um partido de massas, em meia dúzia de meses. Mas também não tem esse controlo sobre os movimentos sociais. O PC é ultrapassado em muitos casos. Mas como quer dirigir os movimentos sociais e as massas, não se pode pôr contra eles. Por exemplo, como no cerco à Assembleia. Aquilo não foi organizado pelo PC, foram os sindicatos e trabalhadores. Mas o PC também não combate aquilo porque não tem forças para combater. Provavelmente o PC não queria dar ao caso *República* uma dimensão para lá do próprio caso. E desse ponto de vista era correcto. Mas também não tinham forças lá dentro para poder abafar a situação. E se se pusessem contra aquilo, o caso ainda crescia mais e contra eles. Assim também cresceu, mas podia ser a extrema-esquerda a utilizá-lo. Eles próprios também não eram assim tão fortes quanto isso. Comparando com os outros, eram melhor organizados, tinham mais capacidade. Mas o PC nunca esteve no poder. Tinha alguma influência, mas não teve no poder. O PC nunca ocupou efetivamente o aparelho de Estado. Nós às vezes e que pensávamos que eles mais fortes do que realmente eram.

- E no interior do Conselho da Revolução, como é que se vão desenvolvendo as relações entre os militares?

Entretanto, agudiza-se o problema. Até Maio, até ao PAP, entre nós não há divisões. Pode dizer-se que há sensibilidades diferentes. O Otelo tem aquelas interpretações um bocado basistas, mas não há divisões entre nós. Há a preocupação pela defesa da revolução e de impedir o processo contrarrevolucionário. Depois isto agudiza-se e os preconceitos anticomunistas dos militares vêm ao de cima e são muito bem explorados pelo PS. Por outro lado, entre nós também há problemas que se agudizam. Vão-se marcando as diferenças. E havia a grande contradição do MFA, que é chamado a exercer o poder por vazio da

sociedade portuguesa, e porque nós é que temos a credibilidade. Mas, por outro lado, nós não queríamos continuar no poder. Mas somos nós que temos a capacidade e a credibilidade para o exercer. Mas como não vamos continuar no poder, falha um elemento essencial que é o cimento do poder. Depois vai acontecer que aqueles que querem ir para o poder vão tentar arranjar força dentro do MFA, que é quem está no poder. E nós entre nós não temos um elo de ligação para dizer que não podia ser. Há uns que começam a inclinar mais para o PS, outros para o PC. E isto vai-se agudizando. Depois o processo torna-se mais complicado. Nesta altura podemos dizer que são todos gonçalvistas, embora nem todos apoiarmos o Primeiro-Ministro. Apesar de, mesmo aqui no *República*, não o termos apoiado, não há divisões dentro do MFA. Mas essas divisões vão surgir. E portanto, vão aparecer três correntes, como podiam aparecer outras.

- Os militares sentiram-se atacados pelo PS em relação ao caso *República*?

Não. Sentiram que o caso *República* foi usado de uma maneira que não correspondia à verdade. Atacados não. Éramos atacados naquele sentido de dizerem que estávamos feitos com o PC. Quando o PC não tinha nada a ver. O PS usou e abusou do argumento “estão feitos com o PC”. Por exemplo, o Vasco Lourenço e outros ficavam incomodados com esse rótulo. Não queriam, não gostavam. E o PS aproveitou muito bem isso. Os que não tinham esse problema, ficavam mesmo com o rótulo, eram comunistas e acabou-se. Esse caso *República* é interessante porque foi aproveitado, como poderia ter sido outra coisa qualquer. Foi-lhe dada uma dimensão e foi virado contra quem nem eram os responsáveis. Em Itália verifiquei isso, havia uma deturpação enorme. Mas isto também era um problema que não abonava muito em favor do PS. Nós víamos que os instrumentos usados não eram sérios, não eram honestos. Os argumentos não eram honestos. Havia uma deturpação clara da verdade. E eles sabiam qual era a verdade.

- Apesar das garantias do Conselho da Revolução ao PS em reabrir o jornal e entregá-lo à administração, o COPCON acaba por entregá-lo aos trabalhadores. Como reagiram internamente a esta atitude do COPCON?

Houve essa interferência com o COPCON. Nós combinamos uma coisa no Conselho da Revolução, o Otelo concorda. Mas depois no outro dia o COPCON está a actuar de outra maneira. Não foi o único caso em que isso aconteceu. Ou o Otelo ficava em minoria, mesmo não concordando havia a decisão, e ele aceitava. Mas depois com os seus homens, depois trabalhavam naquela lógica espontânea e eles faziam de outra maneira. Era realmente difícil. Mas isso não dava divisão entre nós e o Otelo porque nós conhecíamos bem a personalidade dele. O Otelo esteve contra o Vasco Gonçalves, esteve contra os 9, depois aliou-se aos 9 contra o Vasco Gonçalves. Acabou por estar sempre mais contra o Vasco Gonçalves do que contra os 9, embora em termos de avanço da revolução ele até estivesse mais próximo do Vasco Gonçalves. Mas depois, pelas proximidades de idade e pelo percurso anticomunista... Houve pessoas que se incomodaram com isso e deixaram-se intimidar. A razão fundamental por não se conseguir a união entre nós é o problema do poder. Nós não queríamos continuar no poder e é evidente que acabamos por nos dividir de acordo com os candidatos ao poder que existiam.

- E em relação aos ataques feitos pelo PS contra o Conselho da Revolução depois da entrega do jornal aos trabalhadores por parte do COPCON, houve reacções internas?

Aí está mais uma vez a jogada pouco séria do PS. Porque em vez de atacar o COPCON, não lhe convinha dizer isso do COPCON. Ataca directamente o Conselho da Revolução. E ataca o Presidente da República e o Primeiro-Ministro também.

- Este tipo de atitudes do COPCON já tinham acontecido anteriormente ao caso *República*?

Já tinha acontecido antes. Houve casos em que o COPCON apoiou coisas que não tinha nada de apoiar. Ou em que não tirou as pessoas de onde tinha de tirar. Houve coisas abusivas. Quando havia orientações para actuar numa situação, eles iam lá e não faziam nada. O COPCON teve várias destas. E muitas vezes nem era o Otelo. Eram as pessoas no terreno.

- Concorda que a posição do PS em relação ao caso ajudou a alterar o rumo do processo português?

Sim, em termos da comunicação social, da liberdade de imprensa, em termos da simpatia internacional, e para isolar o PC. E para ajudar a criar as fraturas entre os militares. Porque se os militares estivessem coesos... Nesta altura não conseguiu dividir os militares, mas ajudou a criar essas tensões. E ajudou a

enfraquecer o Vasco Gonçalves e o Governo. Se o Vasco Gonçalves tivesse muita força, é evidente que aquela política da revolução, de consolidar uma estrutura a favor dos trabalhadores, ia-se consolidando e o PS não queria. Os socialistas teriam dificuldade em entrar numa lógica dessas. Eles queriam descartar o Vasco Gonçalves.

- Maria Inácia Rezola propõe uma hipótese em relação à actuação do Conselho da Revolução: “até que ponto estava o Conselho da Revolução, ou parte dele, de facto interessado na resolução do caso *República*? Não lhe seria mais útil promover o enfrentamento PS-PCP com o objectivo de forçar um confronto entre os dois partidos e clarificar a liderança do processo revolucionário?” (em “Os militares na Revolução de Abril”). Concorda com esta interpretação?

Não faz sentido essa análise. Aqui neste caso não era. Se já tivessem claramente desenhadas aquelas duas linhas, provavelmente seria na cabeça do Melo Antunes, tinha de haver um confronto. Mas na cabeça dos outros isso não era claro. Portanto, nós não estávamos a promover qualquer enfrentamento. Mais tarde isso acontece, as correntes estão claramente desenhadas. Há já uma lógica por parte de uns em função de um claro confronto. Mas isso só acontece depois do documento dos 9.

Ali não havia um confronto PS-PC. Havia um confronto do PS mas era geral. Porque não era o PC que tinha feito aquela manobra. Eles queriam, em termos gerais, ganhar vantagens. Quem tentou explorar negativamente o caso *República* e a revolução portuguesa foram eles. Foi uma campanha internacional, uma coisa medonha. Em Itália falei com os partidos, com as centrais sindicais, com várias figuras e em todas as audiências, às vezes a primeira coisa, era o caso *República*. E nos debates aparecia sempre o caso *República*. Em termos de cultura ocidental rendia bem denegrir o PC. Era fácil as pessoas perceberem a ideia de que o PC estalinista fechava o órgão de imprensa do PS, ainda por cima com um Primeiro-Ministro militar e comunista. Foi uma campanha muito profunda e deturpada. Se fosse uma campanha com base em dados certos, muito bem. Mas os argumentos contra o PC e contra o PM não eram verdade.

V - Entrevista a Rodrigo Sousa e Castro

Realizada a 17 de Março de 2013, Sintra

- Como conselheiro da Revolução e moderador das negociações entre a administração e a Comissão de Trabalhadores do jornal *República*, como é viu o desenrolar deste caso?

Isto foi um conflito num jornal que começou a 2 de Maio. O conflito interno entre os trabalhadores e a administração manteve-se confinado às paredes do jornal até ao dia 19. Entretanto, nesse período os tipógrafos afastaram o director, que era o Raúl Rêgo. Eles consideravam que o director tinha posto o jornal ao serviço do Partido Socialista. Entretanto, isto não tinha nada a ver com o Conselho da Revolução, mas atingiu repercussões tais porque o Dr. Mário Soares utilizou, a meu ver, este incidente para a luta política, considerando isto uma questão essencial. Achavam que era um golpe do PC. E então o tema acaba por ser levado ao Conselho da Revolução na sessão do dia 21 de Maio. No Conselho decidiu-se deixar actuar a Lei de Imprensa. No dia seguinte o PS sobre a parada e exerce uma forma de pressão política. O que, aliás, era usual na altura. Estávamos num processo revolucionário. E, portanto, deve ser visto neste contexto. E o que é que o PS faz? Os seus ministros estavam em coligação com mais dois partidos, o PPD e o PC. O PS obriga os seus ministros a retirarem-se. E a 23 de Maio, após a saída do PS, por intermédio do Mário Soares e do Salgado Zenha, o secretariado do partido foi recebido em plenário no Conselho da Revolução, que também recebeu no mesmo dia uma delegação do PC. O que reflecte logo uma luta política em que o Conselho da Revolução procurava, de certa maneira, agradar a gregos e troianos. Mais tarde, nessa altura, o PS refere que houve três gotas de água que fizeram transbordar o copo. E finalmente admite uma coisa que não está nas actas, e provavelmente em lado nenhum, que o caso *República*, por si só, não seria suficiente para eles terem tomado aquela atitude. Acusaram ainda o Conselho da Revolução de fazer uma apreciação do PS no sentido de que não havia revolucionários no PS, de que o PS não seria um partido verdadeiramente socialista, o que aliás não deixa de ser irónico. O caso *República* é mais um caso numa avalanche de casos, num processo muito conturbado. De certa maneira, a *República* era a menina dos olhos do PS. A seguir ao 25 de Abril há um conjunto de erupções. Há golpes e contragolpes. Com o 11 de Março, as eleições para a Assembleia

Constituinte iam ficar em banho-maria. Mas nós no Conselho da Revolução fizemos finca-pé e decidimos fazer as eleições a 25 de Abril de 1975. E esta é a questão essencial depois para todo o processo político. Nessas eleições o PS ganha. Não ficou com maioria absoluta, mas mesmo assim o PS tinha tantos votos como toda a direita junta, e o PC teve uma votação abaixo das suas expectativas. As pessoas que estavam comprometidas com estes partidos, com o PC e seus “compagnons de route”, ficaram muito desanimados com esse resultado e acharam então que deviam opor à legitimidade democrática do voto aquilo a que nos chamávamos a legitimidade revolucionária. Isto tinha, do ponto de vista teórico, tinha um certo sentido. Esta luta atinge um nível tremendo. Porque o PC não se conforma. E ao não se conformar, o PC tinha muita força organizativa. Não tinha o voto a favor, o que era natural, pois estávamos num país conservador, os comunistas comiam criancinhas ao pequeno-almoço, portanto não podiam aspirar a muito mais. Tinham a área do Alentejo, a cintura industrial de Lisboa e de Setúbal, e pouco mais. O PC não se conseguiu afirmar como um partido nacional, no sentido de ter uma votação expressiva mesmo que não fosse maioritária. Portanto, podia ser esse o caminho para adquirir mais poder, reivindicar a legitimidade revolucionária e levar atrás quem fosse, militares, civis. Fosse quem fosse que tivesse poder. E uma das áreas onde o PC actua deliberadamente é na comunicação social. O PC controlava boa parte da comunicação social, o DN, que era o jornal mais importante. O PC só não controlava o Expresso. Portanto, o PC tem esta atitude e dada a panorâmica geral da comunicação social, para o PS o *República* era um jornal essencial. Do meu ponto de vista, o *República* é um elemento chave para a actuação do Mário Soares e do PS no contexto da luta política da altura. E ele prova-o aqui com a história das três gotas. As eleições são um ponto fundamental para se perceber como é que o Mário Soares conduz a crise do caso *República*. Nesta reunião em que ele faz as críticas, tudo tinha a ver com o poder do PC.

- Como correram as reuniões entre a administração e a Comissão de Trabalhadores?

Numa assembleia, no Centro de Sociologia Militar, apesar de uma intransigência recíproca, fez-se um documento em que se tinha chegado mais ou menos a um acordo. Mas depois um dos elementos da administração remete a discussão para a estaca zero... Uns e outros jogavam no radicalismo para obter dividendos políticos. E aquilo acabou abruptamente. Via-se claramente que eles não tinham intenção nenhuma de resolver o assunto. E portanto, aquilo por mim acabou com esta cena. As deliberações do Conselho da Revolução foram reabrir, não admitir saneamentos ao Conselho de Redacção, nem saneamentos de trabalhadores como a administração tinha exigido. É na sequência desta reunião em que estive, que a administração se põe de lado. Recordo-me de ter rasgado o que estava escrito e de dizer que estava tudo acabado. O PS também estava interessado. Para o PS o jornal *República* tinha uma importância simbólica, mas não tinha interesse nenhum político. Não era por isso que o PS ia ter mais capacidade de actuação. Mas o conflito da forma que foi entendido, dizendo-se que foram os comunistas que tinham tomado conta daquilo, depois deu pano para mangas. O jornal acaba por fechar em 1976, prova em como o PS não estava nada interessado no jornal. Portanto, acho que foi um elemento de fixação de luta política.

- Quem considera terem sido os responsáveis pelo conflito no *República*?

Estes radicais não eram PC. O PC não precisava do *República* para nada. Eles eram liderados por dois indivíduos da LUAR, uns dos quais era o Belo Marques. Esta gente da LUAR era dissidente do PS. Quem domina o processo *República* e a Comissão de Trabalhadores, são a estas duas organizações, a LUAR e o PRP-BR, sendo que a LUAR estava ligada ao PS. Sempre tive, e ainda hoje tenho, razões para pensar que a extrema-esquerda causou males irreparáveis ao processo democrático. Há aqui um elemento que acho essencial, que é perceber qual foi o papel deste grupo de extrema-esquerda, o grupo LUAR. A extrema-esquerda causou terríveis prejuízos ao processo democrático, que podia ter sido muito razoável. O papel da LUAR no caso *República* sempre me intrigou. Agora, era mesmo o PC que estava por detrás do caso *República*? Acho que não. O PC nem sequer tinha interesse político nisso. Mesmo na Rádio Renascença, não foi o PC que entrou ali. Se calhar também não tinha interesse.

- O caso *República* provocou alguma cisão entre os militares do Conselho da Revolução?

Não, não. As divergências que haviam eram muito mais profundas. Na altura do caso *República* notavam-se divisões políticas. Mas o que se nota nas reuniões em Tancos é que há militares que são pela linha da legitimidade revolucionária a todo o custo. O Conselho da Revolução resolve a sua crise interna no início de Setembro. O caso *República* começa em Maio e era demasiado cedo para ter alguma influência. A ideia que tenho é que o caso *República* não mexe rigorosamente nada com o que se passa no Conselho da Revolução. E também porque o caso *República*, para nós, era muito estranho. Primeiro foi protagonizado

por esta extrema-esquerda duvidosa. Depois sabia-se, porque o próprio Mário Soares o afirma, que era mais um argumento para a luta política do que outra coisa. Aliás, as medidas que o PS toma são completamente desajustadas para a gravidade do problema. Às tantas já estava a dizer que em Portugal não havia liberdade, que era uma ditadura. Fez uma campanha no exterior que envolvia até a situação geral portuguesa. Hoje compreendo que ele tivesse feito isso para ganhar o apoio da Europa. Há uma narrativa política de assalto do PC ao poder. O PC nunca quis tomar conta do poder em Portugal. O que o PC queria era ter algum poder. Ou ter, de outra maneira, o máximo de poder possível dentro de um patamar que não fosse o poder próprio, dos sistemas comunistas. Queria ter o máximo de poder. Os russos e o leste estavam aterrorizados com a ideia de haver uma luta em Portugal que fizesse implementar um governo comunista. Eles queriam era ter mais poder. E, de certa maneira, mesmo assim, tinham um poder informal muito mais expressivo do que o formal dos votos. O PC, a meu ver, não estava demasiado interessado nesta história. E, por outro lado, o caso *República* é um belo argumento político para a acção do Mário Soares no plano interno e externo. Na Europa havia uma grande desconfiança em relação ao que se estava a passar em Portugal. O Mário Soares era socialista e a direita europeia tinha muita importância nesta altura. O Soares tinha necessidade de ser apoiado por essas forças e acabou por esgrimir muito bem o caso *República*. A questão do caso era argumentar que acabando o *República* acabava a liberdade de expressão em Portugal. Acusando o PC. Porque quem liderou realmente não foi o PC. Aliás, o PC tinha influência na comunicação social, mas a extrema-esquerda, de várias proveniências, era mais combativa em todo o lado. Penso que na própria Rádio Renascença, quem lidera o processo é a extrema-esquerda. O PC não teve, nem queria ter, em nenhum destes episódios nenhuma actuação, nem nenhuma posição relevante. Foi arrastado pelos acontecimentos. O Mário Soares conseguiu o impossível. Jogou habilmente. O PC pôs-se a jeito porque era um partido, e ainda hoje, do ponto de vista doutrinário muito sectário. O PC vinha da clandestinidade, estavam organizados. O PC, a par da extrema-esquerda, podia ter conseguido os mesmos efeitos de progresso se tivesse tido uma posição mais moderada.

- Mas acha que o PC era o motor ou “andava a reboque” da extrema-esquerda?

O PC andava a reboque no sentido em que procurava liderar o processo. Quando fez a Frente de Unidade Revolucionária, depois viu que só ia dar buraco. Mas dou um exemplo. A determinada altura, tínhamos muitos problemas no RALIS, por causa da extrema-esquerda. E resolvemos lá pôr dois alferes do PC para tentar disciplinar por dentro a unidade. Algumas leituras são demasiado fáceis em relação à situação que se vivia.

- Qual era a posição dos militares do Conselho da Revolução em relação à actuação do PS em relação ao caso?

Nós, na altura, estávamos preocupados com situações diversas. Uns teriam a percepção de que o PS se estava a aproveitar, outros teriam a percepção de que a situação também era chata para o PS. Não era um assunto que dividisse os militares no Conselho da Revolução. A campanha internacional era um número do Mário Soares, nós percebíamos. Um elemento factual é que o jornal encerra em Janeiro. Mas porquê? Se era uma coisa tão importante? Mas o que aterrorizava o PS não era o caso *República*, eram outros processos políticos que se estavam a desencadear.

VI - Entrevista a Alberto Arons de Carvalho

Realizada a 18 de Abril de 2013, Lisboa

- As relações entre jornalistas e tipógrafos do jornal *República* tinham vindo a deteriorar-se ao longo do início do ano de 75. Como é que se despoletou a crise no interior do jornal, que culminou no fecho das instalações a 19 de Maio?

Creio que o que foi acontecendo não propriamente a ver com as relações entre jornalistas e a tipografia. Foi o conjunto de trabalhadores do jornal, onde a tipografia tinha um peso numérico grande, juntamente com algumas pessoas dos serviços administrativos, que tinha uma maioria politizada que contestava uma tendência de ligação do jornal ao PS. Ou seja, o jornal não era um órgão oficial do PS, obviamente. A seguir ao 25 de Abril, o jornal obedeceu um pouco, em termos de definição dos seus conteúdos editoriais,

à tendência geral dos seus acionistas que eram favoráveis ao PS. O jornal *República* passou por períodos de grande crise, com tiragens muito baixas, e nos anos 60 houve um grupo de pessoas que pensou que era importante para a corrente socialista e para a própria oposição fortalecer o jornal. Na altura foram então recrutados jornalistas e foi feito um aumento do capital. Houve uma aposta grande no jornal, na sua modernização, no seu equipamento, na sua capacidade editorial. Depois do 25 de abril, esse investimento que foi feito traduziu-se depois na influência que o jornal tinha, e como os acionistas eram todos próximos do PS... Houve essa colagem maior, essa tentativa do PS de influenciar o jornal a seu favor, tal como o PC tinha o O Diário e outros jornais. Isso começou a ser contestado sobretudo pelos tipógrafos, onde havia uma presença muito forte de militantes do PC e de pessoas ligadas à extrema-esquerda. Isso começou a notar-se e começou a ser contestado pela tipografia, onde havia militantes activos do PC e da extrema-esquerda. Começou-se a notar que havia um choque entre duas correntes de jornalismo e entre duas correntes políticas. As pessoas do PC e da extrema-esquerda queriam um jornal ao serviço da revolução. Todo aquele período do PREC foi um período onde se digladiaram duas concepções diversas de jornalismo. O jornalismo ao serviço do processo revolucionário, em que não devia ser concedida a palavra aos antirrevolucionárias mas apenas às pessoas que estavam próximas da revolução. E o das pessoas que tinham uma concepção diferente, mais próxima da concepção europeia e pluralista que diziam que tinham de haver órgãos plurais. É claro que esta dicotomia que se sentiu a nível da sociedade inteira e no conjunto da comunicação social, na *República* havia um problema suplementar. No jornal recusávamo-nos a colocá-lo ao serviço das correntes político-militares da extrema-esquerda e do PC, mas ao mesmo tempo queríamos que o jornal estivesse enquadrado no processo de democracia pluralista europeia. Mas a verdade é que o jornal era claramente liderado por pessoas afectas ao PS e tinha uma proximidade ao PS nos conteúdos editoriais, na escolha dos jornalistas, e no próprio director que era o Raúl Rêgo. E, portanto, isso era um factor suplementar de atrito. A tipografia começou a ser um factor de instabilidade no jornal. Contestaram a direcção até que chegou aquele dia em que reuniram e resolveram demitir o director, em desrespeito da Lei de Imprensa que tinha sido aprovada em Fevereiro de 75. Nessa matéria, a *República* estava absolutamente de acordo com a lei. É claro que o caso *República* é apenas um caso entre muitos outros do PREC nesta matéria da comunicação social. Há o caso, por exemplo, de O Século, em que o plenário dos trabalhadores elegeu um tipógrafo para director. Há o caso dos 24 do Diário de Notícias, o da Rádio Renascença, o caso da Europa-América. Foram exemplos de casos concretos em que havia a fundamentação baseada na ideia de que a comunicação social devia estar ao serviço da revolução, dos ideais revolucionários, e que não deve admitir as vozes dissonantes em relação ao processo revolucionário, tal como ele era entendido por essa facção mais radical. Neste caso sabíamos que havia pessoas afectas ao PC, sabíamos que havia pessoas da extrema-esquerda. Quem teve a liderança do processo não sabemos. Não posso dizer que foi o PC que decidiu fazer aquilo, tal como não posso dizer que não foi o PC e que o PC foi a reboque dos outros. Conhecia mal as pessoas, conhecia mal os tipógrafos. Entrei para o jornal como jornalista profissional em Junho de 74, a seguir ao 25 de Abril, e antes era meramente colaborador num suplemento. Mas não conhecia suficientemente os tipógrafos. Conhecia-os mais ou menos, mas não tinha com eles uma ligação em que pudesse dizer que este era de um partido ou de outro. Houve aquele plenário de trabalhadores, a demissão do Raúl Rêgo da direcção e nomeação de outro director, o Álvaro Belo Marques, que fazia as pontes. Tinha um passado anterior ao 25 de Abril de luta contra o regime e penso que foi naquele entusiasmo de ser nomeado director, deixando-se andar. A redacção opôs-se a isso. O Correia Jesuíno foi chamado ao jornal, esteve lá naquele dia, e resolveu fechar as instalações à espera de clarificação. Depois o Conselho da Revolução decidiu dar o jornal ao movimento dos tipógrafos. O jornal voltou a sair, mas com uma tiragem muito baixa, acabando por desaparecer. Os jornalistas saíram de lá e foram os primeiros na Europa a invocar a cláusula de consciência. Todos nos fomos indemnizados. Invocamos a cláusula de consciência, fizemos o Jornal do Caso *República* e depois A Luta.

- Considera que o caso configurou um conflito político ou um conflito de trabalho?

Foi um conflito político. O jornal foi uma parte do conflito, que teve depois teve reflexos internacionais grandes. O PS aproveitou muito o caso *República*, que acabou por ter uma cobertura nos jornais internacionais muito elevada. O caso *República* foi um caso simbólico. Mas creio que foi sobretudo um exemplo de um conflito entre duas concepções de liberdade de comunicação social. Ou seja, uma comunicação social como expressão de diversidade de opiniões ou uma comunicação social ao serviço do processo revolucionário.

- Os tipógrafos argumentavam que a tendência do jornal se tinha alterado drasticamente após o 25 de Abril e que actuavam para trazer o *República* às origens. Considera que houve esta mudança ou que o jornal já estaria, antes do 25 de Abril, a seguir a tendência socialista dos seus accionistas?

Não me recordo, mas digamos que o jornal *República* estava, mesmo antes do 25 de Abril, mais ligado aos socialistas. Em 1969 houve eleições para a Assembleia Nacional e houve duas listas da oposição. A CEUD, com socialistas e monárquicos da oposição, e a CDE, uma ligação entre os comunistas e o MES. O jornal *República*, em 68/69, já tinha uma conotação mais próxima do PS. Embora não me lembre quando o Raúl Rêgo entrou para o jornal. Aí sim, foi já uma escolha dos novos acionistas com uma conotação político-ideológica. A ideia era fazer daquilo um jornal da oposição, mas com uma tendência próxima do PS. A *República* tinha um correspondente em Paris, que escrevia com muita frequência. Esse correspondente escreveu meses e meses a fio, tanto quanto a censura permitisse. Esse correspondente era o Mário Soares. E ele, indirectamente, estava a tentar passar mensagens. Ou seja, havia uma ligação já antiga, de antes do 25 de abril, uma colaboração clara do PS com o jornal. Admito a visão de dos tipógrafos que até queriam colaborar e manter o jornal independente, mas não podemos esquecer que o caso *República* não foi um caso isolado. Inseriu-se num contexto de acesa disputa política entre duas correntes. De um lado, o PS, o PSD e o CDS e, do outro, o PC, a extrema-esquerda, a esquerda do MFA e do Conselho da Revolução. O caso *República* não foi o único caso. A luta de influências e a anulação pela extrema-esquerda de um jornal como o *República*, que era alinhado com o PS, era um caso importante. Sobretudo por isso. Em Março de 75 foi nacionalizada a banca, e isso teve consequências muito grandes na comunicação social. Foram nacionalizados o Diário de Notícias, o Jornal de Notícias, o Diário Popular, o Diário de Lisboa, o Comércio do Porto, A Capital. Grande parte da imprensa foi nacionalizada. O que quer dizer que a estatização da imprensa significou também a governamentalização da imprensa. Na RTP foi um caso flagrante. A imprensa era estatizada, e como tal, governamentalizada, ou estava ao serviço da revolução e do Conselho da Revolução. A *República* escapava um pouco a este fenómeno. Quem diz a *República* diz o Expresso, o Jornal Novo. A *República* era um alvo muito apetecível. Um alvo estratégico nesta luta entre os favoráveis ao PREC e os desfavoráveis ao PREC. Obviamente que a *República* foi um caso de disputa política. O que os tipógrafos queriam, a meu ver, era anular a influência do PS. Obviamente que estávamos numa fase diferente da de hoje, em que os jornais tinham um alinhamento. Isso hoje em dia não existe em Portugal, mas há países da Europa em que há alinhamento dos jornais.

- Acha que os trabalhadores actuaram sozinhos ou que tinham o apoio de alguma força partidária?

Acho que entre eles havia militantes políticos activos. Não digo que tenham sido instrumentalizados, eles defenderam as convicções que tinham. Mas foram acompanhados pelas direcções partidárias do PC e da extrema-esquerda, não tenho dúvida sobre isso. Quando o jornal *República* reapareceu mais tarde, era um jornal completamente alinhado com a extrema-esquerda, nem sequer com o PC. Admito que o PC tenha ido a reboque do que se passou e deixou-se estar. Porventura deve ter tido o bom senso de perceber que aquilo ia ser prejudicial. O caso *República* teve tal dimensão que foi o pretexto mais forte que o PS encontrou para não entrar no V Governo Provisório. Isto ganhou uma dimensão nacional e internacional que porventura era inesperada para quem estava no meio da confusão. O PC, que foi mais sensato que a extrema-esquerda, provavelmente foi mais a reboque.

- Em relação à atitude do PS em relação ao caso, considera que o PS empolou a situação para obter dividendos políticos?

Obviamente que empolou. Dramatizou o caso e utilizou-o politicamente. Mas isto não quer dizer que o caso não tivesse gravidade e que não fosse simbólico. O caso *República* foi um símbolo de uma disputa político-ideológica entre duas correntes, e duas correntes sobre a sociedade que devia ser construída. Neste contexto, entendemos o *República* como um símbolo dessa disputa. E talvez como foi o caso mais flagrante no espectro internacional, acho que o PS não empolou excessivamente. Mas é claro que o PS politizou aquilo. Basta ver que naquele dia, na confusão, houve uma manifestação convocada pelos socialistas para a frente da *República*, onde esteve o Mário Soares e o Manuel Alegre. E portanto, o PS aproveitou isso. Deve ter entendido isto como a gota de água que fez transbordar o copo. E portanto, a partir de dada altura agarrou-se àquilo. Teve reflexos internacionais, teve consequências internas e portanto o PS aproveitou, naturalmente. É evidente que aceito que o PS tenha empolado o caso *República* e que o tenha tornado num instrumento de luta política. Mas é um caso simbólico sobre a concepção da informação, da concepção do regime democrático. O caso *República* tornou claro que havia projectos sociais inconciliáveis e que era necessário definir qual deles devia vigorar na sociedade portuguesa. O

caso *República* foi um bom argumento que o PS utilizou interna e externamente para fazer valer o seu jogo político.

- Acha que o caso provocou a cisão definitiva entre o PS e o PC?

Agravou essa cisão. Não foi o único caso, foi mais um caso. A situação já vinha do 1º de Maio, já vinha das divergências que havia em relação a outros casos, o do Diário de Notícias, da Rádio Renascença. É mais um choque entre duas correntes de pensamento. Não foi a única divergência, foi o coroar das divergências. Levou a que o PS estivesse ausente do V Governo Provisório. Acho que o caso *República* foi uma parte motora desse conflito.

- Como ficaram as relações entre os socialistas e os militares do Conselho da Revolução?

Havia o Vasco Lourenço, o Melo Antunes, o Sousa e Castro, as pessoas mais moderadas e a facção mais radical. O PS tinha uma aliança tácita com as pessoas da facção moderada, o chamado Grupo dos 9. O Mário Soares e outros tinham contactos frequentes com esses militares. Mas eram contactos muito reservados.

- Recorda-se da entrega do jornal aos trabalhadores, apoiados pelos militares do COPCON?

Recordo-me pouco. Recordo-me disso, de estarmos convencidos de que ganhamos e afinal depois não ganhamos. Lembro-me da morte lenta do processo, mas não tenho memória disso.

- Recorda-se das negociações entre trabalhadores e administração levadas a cabo no dia 19 de Maio, nas instalações do jornal? E das reuniões que decorreram durante as semanas seguintes, moderadas pelos militares?

O Correia Jesuino teve um pouco essa função. O ministro da Comunicação Social foi lá, no próprio dia, para tentar arbitrar as coisas. Mas nós percebemos, quando ele recuou na decisão, de que a situação estava mal encaminhada. Quando não há uma decisão contra aquelas coisas e o jornal pára assim... Tenho memória apenas dos plenários dos trabalhadores e da discussão na própria redacção no dia 19 de Maio.

- Como ficaram, na altura, as relações entre o PS e os militares, após o caso *República*? Consideravam os socialistas que o caso poderia provocar alguma cisão entre os próprios militares?

A minha convicção é de que o caso *República* agudizou a separação dentro das Forças Armadas, e o PS manteve um contacto privilegiado com a corrente moderada do MFA e do Conselho da Revolução contra a corrente mais revolucionária. O caso *República* foi um símbolo dessa fratura. Tínhamos uma relação mais estreita com os militares do Grupo dos 9, que depois viriam a definir o poder depois do 25 de Novembro. Portanto, havia contactos frequentes. O Mário Soares, o Salgado Zenha mantinham o contacto, sempre com grande discrição. Mas havia de facto essa cumplicidade. O caso *República* precipitou os acontecimentos. Agudizou a divisão nas Forças Armadas e extremou as posições em torno dos projectos político-ideológicos na vida portuguesa. Alargou o fosso entre a extrema-esquerda e o PC, por um lado, e entre o PS e direita por outro. Teve esse efeito catalisador. E creio que teve consequências nos militares.

- Alguns militares acusaram a administração de ter assumido uma posição intransigente, provocando o colapso das negociações. E chegam também a afirmar que parecia não haver interesse por parte da própria administração em resolver a situação...

Não me recordo de todos os detalhes. Mas a partir do momento que os trabalhadores dizem “Rêgo Out” e poem o Belo Marques, que era o director comercial, não é possível qualquer conciliação. Eles não aceitavam o regresso do Raúl Rêgo e queriam que nós aceitássemos o Belo Marques. E o director era um elemento decisivo, porque decide a orientação editorial do jornal. Portanto, isso significava uma total impossibilidade de chegar a um entendimento.

VII - Entrevista a Isabel do Carmo

Realizada a 22 de Abril de 2013, Lisboa

- Como dirigente do PRP-BR, como viveu a situação do caso *República*?

Na *República* havia um Conselho Revolucionário, constituído por trabalhadores, de uma forma unitária. Uns com filiações partidárias, outros não. E esse Conselho Revolucionário passou a ter muita importância dentro do jornal. A dada altura, esse Conselho Revolucionário ficou armado. Tal como os da Rádio Renascença e outros. Nesse Conselho estavam tipógrafos e pessoas da redacção. Houve uma decisão de demissão e substituição da direcção do jornal. A influência das organizações de esquerda foi total. Porque ao contrário do que foi dito, e repetido ao longo do tempo, o PC não teve nada a ver com isto. Havia um ou outro elemento do PC que estava nesse Conselho, mas não sob a orientação do PC. Portanto, a ocupação, a substituição e demissão da direcção, a orientação daí em diante, as manifestações que se fizeram na rua da Misericórdia em relação ao *República*, tudo isso foi sob a influência da esquerda revolucionária.

- Então os partidos da esquerda sabiam o que se estava a passar no jornal.

Os partidos sabiam o que se estava a passar, particularmente nós, do PRP. Mas, nesta altura, neste caso, nós tínhamos predomínio. Na altura constituíram-se, na rádio e noutros sítios, conselhos independentes, eleitos pelos trabalhadores, que estivessem armados para defesa. Em relação à rádio e aos jornais, os conselhos pretendiam ter uma orientação sobre o jornal. E o *República* era um jornal que tinha sido da oposição à ditadura e era muito importante nesse aspecto. O jornal teve ao longo do processo revolucionário uma posição que nós considerávamos muito centrista, mais ligado ao PS. E portanto, mais crítica da esquerda revolucionária. Não estavam na onda dos movimentos populares. E daí a necessidade de uma orientação diferente para o *República*. A favor de um movimento popular de base.

- E os trabalhadores apoiaram essa visão?

Sim, os trabalhadores apoiaram. Nós estávamos de fora e gostaríamos que fosse assim, mas não fomos nós que dissemos aos trabalhadores o que eles tinham de fazer. Foi uma orientação interna dos próprios trabalhadores. Os trabalhadores estavam integrados no movimento, mas não fomos nós que fomos ter com eles, foram eles que vieram ter connosco. Ou uma coisa recíproca.

- Mas os partidos de esquerda estavam envolvidos nesse Conselho Revolucionário?

Não houve partidos. Os Conselhos Revolucionários eram independentes, e de facto não havia partidos. Havia partidos que apoiaram isto, mas não houve nenhuma organização partidária. Havia alguns militantes ligados a alguns partidos, entre eles o PRP. Mas isto não foi organizado com os partidos, foi organizado dentro da redacção e da tipografia.

- Concorda que o PS empolou o caso, acusando o PC de ser o responsável, para retirar dividendos políticos?

O PC, de facto, nunca teve nada a ver com aquilo. Não sei se havia um outro ou outro militante do PC, mas, de todo, não houve qualquer orientação do PC. Tal como não houve no caso da Rádio Renascença. Se o PC tivesse que decidir, decidia o contrário, porque tentava uma posição de conciliar. E portanto, depois o PS atribuiu ao PC para dizer que os comunistas estavam a tentar dominar, que ia ser uma ditadura do PC. Ao PS dava imenso jeito levantar o papão do PC. Neste período do verão, o PS condiciona isto ao papão do PC. O PS tinha boas razões para denunciar o estalinismo e todos os horrores que se tinham passado nos países estalinistas. Mas daí a considerar que aqui se ia passar o mesmo e que era o PC que ia dominar e que tomaria o poder, era uma efabulação. Mas ao PS claro que convinha essa questão.

- Como se justifica o silêncio dos comunistas? Acha que neste caso o PC tentou recuperar a luta dos trabalhadores do jornal?

O PC nunca foi impulsionador das formas mais radicais de luta. Nunca. Pelo contrário. Em relação a algumas greves, houve mesmo uma manifestação da Intersindical contra essas greves. Foi contra as

greves da TAP, dos CTT. E foi de uma forma bastante dura. O PC nunca foi o impulsionador das formas de luta mais radicais. Procurou naturalmente, naquela altura, capitalizar tudo quanto era luta. Nesta fase, tentava capitalizar. Não impulsionou essas lutas. Nesta fase, em 1975, o PC foi a reboque das lutas mais radicais. Não quis perder as situações que não controlava. E não queria mostrar que estava fora de controlo. No caso *República*, no caso Rádio Renascença, no caso dos SUV, o PC não teve nada a ver. Foi a reboque porque estava num momento em que os militantes pressionavam muito a direcção no sentido de uma radicalização da luta. O PC jogou de uma forma ambígua. Tanto que depois entrou para a FUR, por uns dias, juntando-se aos partidos da esquerda revolucionária. É um padrão dos partidos comunistas que se repete.

- Acha que o caso *República* teve alguma influência no decorrer do processo revolucionário?

Acho que sim. Estes casos, e mais tarde a ocupação da rádio, foram uma radicação das lutas. E foram radicalizadas da forma que elas se devem radicalizar, a partir do movimento popular de base. Foi a organização de base, independente de partidos. Foram os próprios trabalhadores, nos seus locais de trabalho, que radicalizaram as lutas. Era como se os trabalhadores da RTP tomassem conta daquilo e comesçassem a passar as verdadeiras informações. Era óptimo. O objectivo era a informação verdadeira. A informação, embora sem censura, tanto do *República* como da radio, davam as informações institucionais. E não davam, ou davam pouco, as lutas populares.

- A entrega do jornal aos trabalhadores, apoiada pelos militares do COPCON, foi a desculpa perfeita do PS para poder atacar o andamento do processo revolucionário?

Completamente. Naquele momento o PS tinha uma posição contra o movimento dos trabalhadores e contra os movimentos de base. O PS ganhou as eleições numa população que tinha ouvido falar no socialismo e que queria o socialismo. E que votou no partido que dizia que era socialista. Mas o PS estava claramente numa posição de ataque aos movimentos mais revolucionários.

- E em relação aos militares, acha que o caso poderá ter provocado alguma cisão entre eles?

Havia correntes. Havia a corrente do COPCON, que se situava mais à esquerda e que coincidia com a esquerda revolucionária. Houve uma predominância do COPCON. Naquele momento tinha muita força. E mesmo os oficiais do COPCON, não era só o Oteló. Naquele altura, era a linha mais revolucionária. Nós tínhamos uma relação muito próxima com os oficiais revolucionários e com o COPCON. Mas há aqui histórias mal contadas. Esta foi verdadeiramente uma história mal contada.

- Quem ganhou e perdeu com o caso *República*?

No momento foi uma vitória dos trabalhadores. Depois, perdemos todos os que queríamos uma evolução para uma situação mais radical.

- Houve acções conjuntas entre o PRP-BR e o COPCON em relação a este caso?

Nunca entrei dentro do *República*. Evitava que parecesse que estávamos ali como partido. Mas tive realmente muitos contactos com trabalhadores do *República*. E integrei as manifestações em frente ao *República*. O COPCON apoiou os trabalhadores desde sempre.

- Em relação às armas, qual era o objectivo?

As armas tinham sido desviadas do Exército e serviram para armar os Conselhos Revolucionários. Essas armas nunca foram utilizadas, mas eram armas dissuasoras.

- O PC sabia o que se estava a passar no jornal, mesmo antes do 19 de Maio?

O PC não tinha rigorosamente nada a ver com aquilo. Penso que esse Belo Marques era PC e que, se fosse preciso, até fazia aquilo à revelia do PC. Como houve outros que fizeram coisas à revelia do PC porque achavam que o PC tinha de se radicalizar. As pessoas estavam fartas de ver o jornal sair todos os dias com posições pró-PS e contra o movimento de trabalhadores. Estavam fartas. Devem ter tido imensas discussões internas. Foi um processo dos trabalhadores, interno, autónomo, sem interferências de partidos. Mas claro que alguns partidos apoiavam, como nós.

- O caso *República* foi um conflito político ou um problema relacionado com a liberdade de expressão?

O PS tomou aquilo como uma questão de censura e da liberdade de imprensa porque o director não resolvia a orientação editorial do jornal. O que se pretendia era que fosse o colectivo dos trabalhadores a decidir a orientação do jornal. Foi uma questão política. Mesmo política. Não foi uma questão reivindicativa, não foi uma questão corporativa, foi uma questão política de orientação do jornal.

- Considera, então, que não havia jornais verdadeiramente revolucionários na altura?

Não havia jornais revolucionários. Não havia jornais de grande circulação que dessem voz ao movimento popular e daí a necessidade de o *República* dar voz ao movimento popular, a partir da iniciativa dos seus trabalhadores. Era importante para o movimento que houvesse um jornal que transmitisse isso.

- O que é que o movimento popular e o PRP-BR consideravam em relação à direcção do *República*?

O Raúl Rêgo era um senhor republicano, muito tradicional. Nós olhávamos para ele como uma pessoa muito tradicional. Tem o seu mérito, foi uma pessoa da oposição ao regime. Mas, naquele momento, era uma pessoa que estava ultrapassada. E isso é muito doloroso para os velhos. Mas o melhor é aperceberem-se e abrirem as portas às coisas novas. E naquele momento a coisa nova era o movimento popular de base. E pessoas como o Raúl Rêgo não perceberam isso.

VIII - Entrevista a João Gomes

Realizada a 30 de Abril de 2013, Lisboa

- Como é que se gerou o conflito no jornal *República*?

Começou-se a notar que havia uma certa movimentação na tipografia, entre os tipógrafos. Depois veio a verificar-se que, de facto, que eram movimentações um bocado estranhas e que eram de ordem política. Eles, no fundo, queriam ter uma intervenção no jornal. E achavam que, por o jornal pertencer por maioria ao PS, a dirigentes ou militantes, e uma parte dos jornalistas serem desta tendência, não dava a folga necessária a que o jornal fosse completamente isento e completamente independente. Isso não é verdade porque nós segurávamos uma direcção e uma orientação perfeitamente independente. Portanto começamos a verificar que havia ali uma influência do PC. Foi a nossa impressão desde a primeira hora. Depois, evidentemente que eles tentaram que o jornal não saísse. O jornal era enviado para a tipografia e houve uma altura em que se opuseram a fazê-lo. Isso depois começou a avolumar-se. Tentaram mesmo que nós fôssemos forçados a não contactar com o público. A certa altura, quase na véspera dos acontecimentos, começaram a juntar-se umas pessoas à frente do jornal porque sabiam que já havia movimentações. Nessa altura, recordo-me que houve um tipógrafo que, estando eu à janela, e as janelas fechadas, que davam para a rua, tentou manter as janelas fechadas, e eu tentei abrir. E depois foi assim, ele com um daqueles blocos de chumbo, a exercer pressão para que eu não abrisse a janela. Mas eu abri a janela. Disse-lhe para me bater e evidentemente que aí ele parou. Houve estes inconvenientes. Houve vários jornalistas que foram impedidos de entrar na redacção, de subir a escada. Houve quase um corpo-a-corpo. Nós estávamos absolutamente determinados a avançar, determinados a não ceder na posse do jornal. Eles tinham uma atitude idêntica, também estavam determinados. Aí eles ganharam. Até com o apoio dos militares, que para eles foi muito grande. A certa altura, à noite, foi lá o ministro da Comunicação Social, o comandante Correia Jesuíno. Foi tentar negociar com os jornalistas e com os tipógrafos, ver o que era possível fazer. Mas o que é certo é que ele efectivamente nunca conseguiu nada. Portanto, houve essas negociações e depois nunca se verificou haver acordo, ou haver possibilidade de acordo. Portanto, o jornal parou. Entretanto, o caso do jornal *República* tomou uma proporção muito grande, até internacional. Na altura, o PS e o Mário Soares tomaram posições sobre o assunto. O Mário Soares passou a dar entrevistas aos jornais, considerando que aquilo era uma acção do PC para tentar calar o jornal. No dia do conflito, chegou a dar-se uma altura em que se juntou mesmo muita gente. Nós viemos para a janela, tomamos posições, discutimos e fazíamos discursos dali às massas, e estavam ali centenas de pessoas. Até alguns jornalistas, como o caso do Mário Mesquita que saiu uns dias antes para

o Jornal Novo. O movimento era nitidamente dirigido pelo senhor Belo Marques, que estava nitidamente ao serviço do PC. Esse senhor tomou uma posição e depois verificou-se que não era possível fazer o jornal. Eles tomaram conta do jornal, mesmo. Nós, os jornalistas da *República*, formamos um outro jornal, o Jornal do Caso *República*. Eles fizeram um jornal *República*, do qual, aliás, nunca tiveram grande tiragem. Chegaram a fazer uns quantos números que não vendiam, ou que não vendiam em número suficiente para manter o jornal equilibrado. Nós já estávamos a fazer A Luta e tínhamos uma tiragem enorme nessa altura.

- Considerou o caso *República* um conflito político ou um conflito de trabalho?

O jornal foi um problema político porque eles queriam efectivamente ter uma influência na linha editorial. E o director e os jornalistas não permitiam isso. Eles, como tipógrafos, ou mesmo como administração, não tinham que se meter na orientação do jornal. E, portanto, foi isso que levou a desencadear esta luta toda. Para eles valeu de pouco. Evidentemente teve muitas repercussões. Chegamos a ir ao Conselho da Revolução, ao Palácio de Belém, tivemos reuniões com os militares. Tivemos muitas acções, mas evidentemente que isso depois não deu nada.

- Os tipógrafos alegavam que o jornal estaria afecto ao Partido Socialista. Concorda com esta ideia?

Não concordo. Nós não desmentimos que houve essa influência do PS. Evidentemente que o Raúl Rêgo, o director, era socialista, era dirigente socialista e foi ministro da Comunicação Social. Portanto, não desmentimos a orientação socialista. O que nós considerávamos era que, na orientação socialista, dávamos uma orientação perfeitamente verdadeira. Nós relatávamos os acontecimentos tal e qual se passavam. Eles queriam que nós dessemos a versão do PC ou da extrema-esquerda. Alguns seriam da extrema-esquerda, não seriam do PC. Mas o que é facto é que eles queriam que o jornal desse uma orientação segundo a vontade deles. E nós isso não aceitávamos.

- Porque é que não se conseguiu chegar a um acordo entre as partes?

A posição deles era uma muito determinada. Eles estavam dispostos e queriam, efectivamente, intervir no jornal. E nós dizíamos que não. Eles, como tipógrafos, ou como administração, não podiam intervir no jornal. O que eles pretendiam era ter uma participação na orientação do jornal, e nós nisso estávamos determinados. Fomos intransigentes.

- Quem acha que esteve por detrás da acção dos trabalhadores?

Havia ali uma mescla de PC e de alguns elementos da extrema-esquerda. Nós consideramos que os membros do PC eram os mais organizados e os que tinham uma orientação. A orientação devia vir, em grande parte, do PC. Mas também havia elementos que pertenciam à extrema-esquerda, a outros partidos. A minha leitura é de que os membros do PC eram os mais organizados, tinham uma orientação mais determinada. Os outros eram um bocado arrastados. Mas é discutível se era assim ou se eram os elementos da extrema-esquerda que tinham mais influência. Isso não discuto. Para a minha orientação, isso é um pormenor. O que interessava é que a orientação fosse da direcção do jornal e que eles fizessem a parte que lhes competia.

- Esteve presente em alguma reunião com os militares a propósito do caso, para tentar chegar a um acordo?

Cheguei a estar numa reunião dessas. O Correia Jesuíno era nitidamente influenciado pelo Vasco Gonçalves. Digamos que o Correia Jesuíno era um afilhado do Vasco Gonçalves. E, portanto, era comunista. O Vasco Gonçalves tinha uma orientação do PC e tinha sido escolhido pelo PC. Não há duvida absolutamente nenhuma. Mas evidentemente que, na altura, não souberam dar a força e dar a orientação para que a direcção de então pudesse dirigir o jornal como devia.

- Considerou, então, que a actuação do ministro da Comunicação Social não foi parcial?

Penso que ele não foi parcial. Apesar de ter sido aparentemente, no fundo, ele não queria ser imparcial. Era um membro que estava ao serviço do Vasco Gonçalves, que era um comunista. Podia, aparentemente, dar a ideia de que queria que o jornal seguisse sob a orientação dos jornalistas, mas na prática isto não correspondia à sua vontade.

- Como encararam a acção dos militares, em especial a entrega do jornal aos trabalhadores por parte do COPCON?

Não deviam ter dado o jornal aos tipógrafos. Nunca deviam ter dado. Ali havia uma direcção. Entregar o jornal aos tipógrafos foi uma orientação que eles tomaram na altura e nós acatamos. Achamos injusto e achamos que os militares foram absolutamente parciais. Mas acatámos. Não podíamos fazer outra coisa.

- Em relação à actuação do PS, acha que o caso foi empolado para que se retirassem dividendos políticos?

Penso que não foi. Evidentemente que aquela luta deve ser vista no âmbito do que decorria no país. Era uma luta em que o PC estava a tentar lutar para ficar à frente das forças políticas. Portanto, dão-se as primeiras eleições que mostraram que o PC não tinha a influência que pretendia. Para o povo, para o público, a *República* era, em grande parte, do Raúl Rêgo. Os jornais de todo o mundo interpretaram aquilo como o PC a procurar captar o jornal para si. Isto deve entender-se no contexto em que havia uma luta política em Portugal. E o PC estava a tentar dirigir essa luta, evidentemente para tentar ganhar todos os elementos que pudesse. Havia grande influência porque o Mário Soares veio a participar no assunto. Era um líder com muita influência e era considerado o lado oposto do PC. O PC estava de um lado e o PS estava do outro. Mesmo os partidos da extrema-esquerda, os pequenos partidos, tinham uma influência relativa mas não tinham uma influência de massas. O PS estava lançado em todas as frentes para ser um partido enraizado na sociedade portuguesa. O PS batia-se pelo caso *República*. E nós, esse, perdemo-lo. Mas era, efectivamente, uma luta política. E portanto, aí achamos que valeu a pena o acto de termos perdido o caso *República* para ganharmos politicamente. As pessoas vieram a entender que o PC era um partido com uma orientação leninista.

- O PS utilizou o caso para romper com o PC?

Sim. É capaz de ter feito isso para marcar uma posição. O Mário Soares deu imensas entrevistas a grandes órgãos de comunicação social no sentido de manter esta posição. Foi um elemento que constou na vida portuguesa, na luta pelo poder. Ficou aí provado se chegávamos a viver sob uma ditadura ou se ficávamos a viver com liberdade. O PC pretendia ter uma influência nos grandes órgãos de comunicação social.

- Acha que o PS se sentia marginalizado pelos militares do Conselho da Revolução?

Exactamente. Só depois com o Grupo dos 9 é que começou a haver uma mudança. O caso teve uma influência, absolutamente. O caso *República* determinou para onde é que o campo político se estava a voltar. Perante uma influência do PC e da extrema-esquerda, o PS avançou.

- Entre os elementos redacção, o apoio do PS foi bem recebido?

Sim, absolutamente. Tínhamos uma pessoa que foi um grande elemento nesta luta, que foi o Álvaro Guerra. Era um grande amigo do Ramalho Eanes, e o Álvaro Guerra tinha, de facto, muitos contactos no PS e fazia a ligação directa nesse aspecto. Sim, nós concordamos e foi uma grande manifestação no dia 19, em que estavam muitas centenas, se não mesmo milhares, de pessoas.

- Como se justificam as acções do PC, que se manteve praticamente em silêncio?

Era um bocado a orientação deles. Mesmo que eles quisessem estar em cheio naquela luta, negavam sempre. Negavam que estivessem a influir na comunicação social. Continuo a considerar que os elementos mais organizados, entre os tipógrafos e entre a administração, eram os membros do PC. Eram os mais organizados e os mais orientados. Entre os outros podia haver pessoas de outros partidos da extrema-esquerda, mas não tiveram uma orientação tão determinada.

- Chegaram a ter algum encontro com os militares do COPCON?

Fomos ao COPCON e o Otelo era da opinião de que se entregassem os jornais aos trabalhadores. Foi uma reunião muito curta, ele estava muito atarefado, cheio de problemas. Quase nos disse que aquilo era para os trabalhadores e que os trabalhadores é que deviam ter a direcção do jornal. O COPCON, naquela altura, tinha todo o poder na mão. Portanto, se o COPCON queria e era da opinião de que, de facto, os trabalhadores deviam mandar, na altura, o poder é que mandava. Verificamos que o poder, na altura, estava num órgão, chamado COPCON, da facção da extrema-esquerda.